

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

**MIQUELINE FERREIRA DE FREITAS**

**LINDOLFO COLLOR: O OLHAR DE UM BRASILEIRO EXILADO NA  
EUROPA SOBRE O REGIME NAZISTA.**

**VITORIA - ES**  
**2015**

Miqueline Ferreira de Freitas

**Lindolfo Collor: o olhar de um brasileiro exilado na Europa sobre o regime Nazista.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, área de concentração em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Geraldo Antônio Soares

**VITORIA - ES  
2015**

MIQUELINE FERREIRA DE FREITAS

**Lindolfo Collor: o olhar de um brasileiro exilado na Europa sobre o regime Nazista.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História, área de concentração em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

**Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.**

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Geraldo Antônio Soares – UFES (Orientador)

---

Profa. Dra. Renata Barbosa Ferreira – IBMEC

---

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco - UFES

---

Prof. Dr. Fábio Muruci dos Santos – UFES

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

F866l Freitas, Miqueline Ferreira de, 1984-  
Lindolfo Collor : o olhar de um brasileiro exilado na Europa  
sobre o regime nazista / Miqueline Ferreira de Freitas. – 2015.  
140 f.

Orientador: Geraldo Antônio Soares.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Exílio. 2. História. 3. Memória. 4. Nazismo. 5. Relações  
internacionais. I. Soares, Geraldo Antônio, 1959-. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências  
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

O trabalho do historiador é inconcebível sem uma referência a valores. São estes que lhe ditam sua conduta: se ele formula certas perguntas, se delimita certos temas, é por julgá-los úteis, importantes, exigindo até mesmo um exame urgente. A seguir, em função de seu objetivo, ele seleciona, entre todos os dados que lhe vêm de arquivos, depoimentos e obras, aqueles que lhe parecem mais reveladores, e os agenda depois numa ordem que considera propícia à sua demonstração. Por fim, e embora sua “moralidade” não seja tão explícita quanto a do fabulista, ele sugere o ensinamento que se pode extrair desse fragmento de história. Os valores estão em toda parte; e isso não choca ninguém. Ora, quem diz valores diz também desejo de agir no presente, de mudar o mundo, e não só de conhecê-lo.

*Tzvetan Todorov, em “Memória do Mal, Tentação do Bem” (2002).*

À Maria do Carmo Ferreira de Freitas: mãe, exemplo de garra e determinação fundamentais para a conclusão deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, eterno cúmplice de caminhada, que me sustentou neste que foi o período mais desafiador na minha vida. Aos meus pais, meus primeiros mentores, que de maneira única me incentivaram a seguir sempre com determinação e confiança. Ao meu marido, por acreditar no meu futuro às vezes mais até do que eu acredito, por entender meus longos momentos de estudos e estar sempre disponível a aliviá-los com um lanche maravilhoso, por toda dedicação e amor incondicional. Aos meus fiéis cães companheiros, Theodore e Apollo, que mesmo nos momentos mais solitários de produção me acompanharam e me incentivaram com um chamego e um carinhoso olhar. Aos demais familiares: Irmã, Cunhado, Sogra, Sogra, Cunhada, Sobrinhos, Avós, Tias, Tios, Primos, Primas, Afilhados e Amigos que compreenderam minha ausência e me ajudaram nos momentos de tensão. O meu muito obrigado a todos!

Agradeço especialmente ao meu querido orientador Prof. Dr. Geraldo Antônio Soares por toda generosidade, paciência e compreensão. Os professores Dr. Sebastião Pimentel Franco e Dr. Fábio Muruci às valiosas orientações em minha banca de qualificação. À Profa. Ms. Priscila Silva de Oliveira, aos professores Dr. Carlos Vinicius Costa Mendonça e Dr. Emiliano Unzer orientadores de diferentes projetos que diretamente contribuíram para a produção deste trabalho. À Profa. Dra. Renata Barbosa Ferreira que prontamente aceitou o convite para participar da banca examinadora desta dissertação. A minha eterna gratidão a todos!

Aos meus companheiros de academia: Rita Hussid Brandão, Natan Baptista, Ruth Cavalcante e Fernando Viana, sem vocês a caminhada não teria tantas risadas, cafés, bolos de chocolate, ideias, discussões e desafios. Obrigada por dividirem comigo essa incrível experiência!

Agradeço ao suporte e apoio do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS – UFES), corpo docente, secretaria e equipe administrativa. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de fomento à pesquisa, sem a qual este trabalho seria inviável. Enfim, a todos que direta e indiretamente contribuíram para construção desta dissertação. Muito Obrigada!

## RESUMO

O objetivo desta dissertação de Mestrado foi analisar duas importantes obras do escritor, jornalista e político Lindolfo Collor, escritas quando de seu exílio no continente europeu entre os anos de 1938 a 1941. Durante este período Lindolfo Collor escreveu vários artigos publicados no jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, sobre o Regime Hitlerista e a conjuntura inicial da Segunda Guerra Mundial. Posteriormente esses artigos foram reunidos em duas obras “*Europa 1939*” (1939) e “*Sinais dos Tempos*” (1942) fontes desta dissertação. Escolhemos o desafio de pesquisar a formação, trajeto histórico e condição em que Lindolfo Collor foi exilado; identificar as mudanças políticas, sociais e culturais deste período; analisar o olhar de Lindolfo Collor ante as transformações ocorridas na Europa; bem como, compreender suas memórias e representações da experiência que vivenciou.

**PALAVRAS-CHAVE:** História. Memória. Relações Internacionais. Exílio. Nazismo.



## **ABSTRACT**

The objective of this dissertation was to analyze two important works of the writer, journalist and political Lindolfo Collor, written during his exile in Europe among the years 1938 to 1941. During this period Lindolfo Collor wrote several articles which were published in the newspaper *Diário de Notícias* of Rio de Janeiro, on the Hitlerian regime and the initial context of the World War II. Afterwards, these articles were gathered in two books "Europa 1939" (1939) and "Sinais dos Tempos" (1942) sources of this dissertation. We chose the challenge of researching the training, the historical route and the condition in which Lindolfo Collor was exiled; of identify the political, social and cultural changes of this period; analyzing the perspective of Lindolfo Collor before the changes occurred in Europe; as well, as understanding his memories and representations of the experience he lived.

**KEYWORDS:** History. Memory. Foreign Affairs. Exile. Nazism.

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>10</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1: LINDOLFO LEOPOLDO BOECKEL COLLOR.....</b>                              | <b>20</b>  |
| NASCE UM JORNALISTA .....   | 25         |
| TRAJETÓRIA POLÍTICA.....  | 27         |
| ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930 .....   | 33         |
| PRIMEIRO MINISTRO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MTIC) .....                      | 38         |
| REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA / EXÍLIO NA AMÉRICA DO SUL / MODUS VIVENDI.....          | 43         |
| <b>CAPÍTULO 2: UM JORNALISTA BRASILEIRO TESTEMUNHA DO REGIME<br/>HITLERISTA .....</b> | <b>48</b>  |
| DIÁRIO DE NOTÍCIAS: EXCLUSIVIDADE ÀS PUBLICAÇÕES.....                                 | 55         |
| O PARTIDO NACIONAL-SOCIALISTA .....   | 57         |
| GROSS-DEUTSCHLAND: A GRANDE ALEMANHA .....  | 65         |
| <i>O discurso Fascista Italiano</i> .....   | 71         |
| MODERNIDADE NAZISTA .....   | 76         |
| CENSURA.....  | 78         |
| OS ALEMÃES ANTINAZISTAS .....   | 82         |
| ANTISSEMITISMO .....  | 88         |
| <b>CAPÍTULO 3: INIMIGO DA ALEMANIDADE.....</b>  | <b>91</b>  |
| AS FINANÇAS DO TERCEIRO REICH .....   | 93         |
| PONTIFICEM HABEMUS.....   | 98         |
| CENÁRIOS DE UMA GUERRA.....   | 103        |
| <i>O Contraponto da Democracia e Liberdade</i> .....                                  | 105        |
| A GUERRA .....  | 113        |
| RETORNO AO BRASIL.....  | 117        |
| EVITAR QUE O MUNDO DO FUTURO SEJA NAZISTA.....  | 120        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>129</b> |
| <b>REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                 | <b>133</b> |

## INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação foi analisar as obras *Europa 1939*<sup>1</sup> e *Sinais dos Tempos*<sup>2</sup>, do escritor, jornalista e político Lindolfo Collor, produzidas durante seu exílio no continente europeu entre os anos de 1938 a 1941. Durante este período Collor escreveu artigos publicados em jornais brasileiros, dentre eles o *Diário de Notícias*<sup>3</sup>, no Rio de Janeiro, sobre a conjuntura inicial da Segunda Guerra Mundial. Determinados artigos foram reunidos e publicados nas obras citadas e permite compreender não apenas as percepções de Lindolfo Collor sobre este período, mas também opiniões e expressões do contexto vivido. A escolha destas obras como fonte de pesquisa se justifica por sua importância e exclusividade, visto que, segundo Collor, esses foram os únicos livros escritos por um brasileiro nestas circunstâncias e em contato imediato com os acontecimentos. Compreendemos que o autor usou seu momento em exílio e sua condição de intelectual e jornalista para informar e apresentar ao Brasil as ocorrências e passagens deste período. Propõe-se assim o desafio de analisar as mudanças políticas, sociais e culturais deste contexto; as justificativas e condições em que Collor foi exilado; identificar seu olhar ante as transformações, sua memória e representações do passado que vivenciou; perceber como o autor utilizou-se dessa condição e a transformou em relato histórico.

Estas fontes possuem uma extensão de aproximadamente quinhentas e cinquenta páginas, divididas em cem artigos nas duas obras, dos quais quarenta estão diretamente expostos neste trabalho. Foi um trabalho criterioso de leitura, compreendendo a ordem dos artigos; os cenários expostos; os discursos e seus contra discursos; escolhendo temas transversais e as definições que serão apresentadas; os trechos específicos das citações e conclusões; como também, as fontes utilizadas por Collor, suas leituras, onde buscava informações. Com este material e a relevância dos detalhes, tornou-se difícil evitar as citações. Prevaleceu o anseio de manter as palavras de Collor para que o leitor pudesse sentir a mesma impressão que tivemos ao lê-las. Houve um temor em parafrasear, e porventura alterar o sentido de suas expressões, interpretações e pensamentos.

---

<sup>1</sup> COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1989.

<sup>2</sup> COLLOR, Lindolfo. *Sinais dos tempos*. Rio de Janeiro: Editora Panamericana S/A, 1942.

<sup>3</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, Domingo, 19 de Março de 1939. Ano IX, Número 5029. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01). Acesso em: 11/10/2013.

O quadro teórico utilizado nesta dissertação assinala a história política como campo referencial, tendo como foco o intelectual Lindolfo Collor, bem como a análise das ideias expostas durante seu exílio. Mas, o que caracteriza nosso pesquisado como um intelectual? Buscamos essa resposta no texto de Jean-François Sirinelli<sup>4</sup>, que previamente nos apresenta dois problemas relacionados a essa definição. Primeiro a questão sobre a compreensão e a extensão do termo “intelectual”, segundo o fato de que as respostas ao primeiro problema são muitas vezes “formuladas por intelectuais”. Sirinelli propôs duas acepções do intelectual, sendo a primeira “ampla e sociocultural, englobando os criadores e os mediadores culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”<sup>5</sup>; no primeiro caso temos os jornalistas, escritores, entre outros; na segunda definição, “baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, por exemplo, a assinatura de manifestos -, testemunha ou consciência”:

Tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou “sua especialização”, reconhecida pela sociedade em que ele vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade – que o intelectual põe a serviço da causa que defende. Exatamente por esta razão, o debate entre as duas definições é em grande medida um falso problema, e o historiador do político deve partir da definição ampla, sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo<sup>6</sup>.

Lindolfo Collor foi jornalista e testemunha durante seu exílio no continente europeu, tendo seu trabalho reconhecido pela sociedade brasileira como veremos nesta dissertação, legitimando assim sua atuação intelectual. Sirinelli apresentou ainda algumas dificuldades e objeções do trabalho com intelectuais, muitas das quais identificamos durante o período de produção desta dissertação, primeiramente alertou sobre a abundância da documentação, a amplitude e diversidade das fontes. Quando comecei a pesquisar sobre Lindolfo Collor descobri que foi um ávido escritor, transformou toda sua experiência profissional, seja como seminarista, jornalista ou político em publicações, ao todo foram 18 obras. Este, aliás, foi o ponto de partida: pesquisar, localizar e conhecer o acervo deixado por Collor, um extenso e relevante material. Para além das publicações, localizamos também digitalizações de diferentes jornais onde Collor atuou. Muitas obras e contribuições foram analisadas e serão

---

<sup>4</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 231-270.

<sup>5</sup> SIRINELLI, 2003, p. 242.

<sup>6</sup> SIRINELLI, 2003, p. 243.

utilizadas nesta investigação, entretanto sabemos que analisar cuidadosamente todo material deixado por Lindolfo Collor não seria possível neste trabalho, tal atividade resultaria em muitas outras dissertações.

Sirinelli defendeu que a “observação e o cotejo de itinerários políticos” permitiu “desenhar mapas mais precisos dos grandes eixos de engajamento dos intelectuais”<sup>7</sup>, assim, para atingir os objetivos propostos fez-se necessário entender o processo de formação de Lindolfo Collor. No primeiro capítulo apresentamos sua vida e obra, na tentativa de avaliar a conjuntura que aqui se evidencia, esclarecer suas escolhas e como estas o levaram à condição de exílio. A abordagem adotada nesta dissertação não pretendeu necessariamente apreender a escrita biográfica, entretanto, para identificar os olhares de Collor foi preciso compreender sua vida, seu processo de formação, suas experiências, expectativas e frustrações políticas. Seguindo os conselhos de Sirinelli que vão de encontro ao objetivo desta dissertação: apresentar a figura de Collor, um intelectual de menor notoriedade, mas com sua devida importância neste contexto histórico político brasileiro:

Sob a condição [...] de não nos limitarmos às trajetórias apenas dos “grandes” intelectuais e de descermos até o estrato intermediário dos intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram, e até a camada, ainda mais escondida, dos “despertadores” que, sem serem obrigatoriamente conhecidos ou sem terem sempre adquirido uma reputação relacionada com seu papel real, representaram um fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo uma influência cultural e mesmo às vezes políticas<sup>8</sup>.

Entendemos que muitos pesquisadores estudam esse período tendo como referência a figura do Presidente Getúlio Vargas, pretendemos dessa forma apresentar um novo olhar, uma nova abordagem para este contexto. Personagem presente na história brasileira da primeira metade do Século XX e comumente esquecido nos estudos do período, um breve exercício de memória nos leva a recordar acontecimentos como, por exemplo: a formação da Aliança Liberal, a Revolução de 1930, a consolidação das leis trabalhistas, a Revolução Constitucionalista, o Golpe de Estado em 1937, contudo, poucos estudos apresentam a participação de Collor direta ou indiretamente nesses acontecimentos. Este trabalho permitiu entender o contexto histórico apresentado acompanhando um olhar específico dos fatos, seguindo uma trajetória de vida que perpassou tais acontecimentos.

---

<sup>7</sup> SIRINELLI, 2003, p. 245.

<sup>8</sup> SIRINELLI, 2003, p. 246.

Pierre Bourdieu<sup>9</sup> ressaltou a identificação, no mundo social, da normalidade com a identidade, seguindo uma forma de “nomação” ou nome próprio, que institui uma identidade social constante e durável e confere identificação ao indivíduo em todos os campos onde ele “intervém como *agente*, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis”<sup>10</sup>. Assim, “o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais”<sup>11</sup>. Notando o nome próprio de Collor, cabe aqui breve ressalva de uma associação inevitável, atualmente quando citamos esse sobrenome, automaticamente vem à memória a lembrança de Fernando Collor de Mello e o questionamento sobre seu parentesco. Esclareço que Lindolfo Collor teve três filhos, dentre eles a primogênita Leda Collor de Mello, mãe de Fernando Collor de Mello, sendo assim, Lindolfo, avô materno do nosso ex-presidente. Cronologicamente falando não teve, porém a oportunidade de conhecer e ensinar seus valores políticos a seu neto, existindo apenas uma influência genealógica, familiar e nominal, não cabe aqui realizar referências outras a essa relação.

Foi utilizando o registro oficial, ou o nome próprio “Lindolfo Collor”, que iniciamos as pesquisas e localização de acervos, estudos, arquivos e obras biográficas. Foi possível localizar no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>12</sup>, uma vasta documentação, especialmente porque a família doou os arquivos pessoais do jornalista para o Centro de Pesquisa. Também identificamos biografias já produzidas sobre Lindolfo Collor para entendermos melhor a vida e obra do personagem, que serão analisadas no primeiro capítulo desta dissertação. Apresento-as seguindo as datas de publicação: os estudos de Leda Collor de Mello, *Retrato de Lindolfo Collor: dados sobre sua vida e sua obra*<sup>13</sup> escrita em 1988; Licurgo Costa, *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*<sup>14</sup> lançada em 1990; Rodrigues Till,

---

<sup>9</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 183-191.

<sup>10</sup> BOURDIEU, 2005, p. 186.

<sup>11</sup> BOURDIEU, 2005, p. 187.

<sup>12</sup> CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/>

<sup>13</sup> MELLO, Leda Collor de. *Retrato de Lindolfo Collor: dados sobre sua vida e sua obra*. Rio de Janeiro, 1988.

<sup>14</sup> COSTA, Licurgo. *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*. Florianópolis: Lunardelli, 1990.

*Lindolfo Collor e a verdade histórica*<sup>15</sup> também produzida em 1990; Exposição do Centro Cultural do Banco do Brasil em comemoração ao *Centenário de Lindolfo Collor*<sup>16</sup>, realizada e publicada também em 1990; e por fim, Ebe Reale, *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil*<sup>17</sup>, escrita em 1991. Observamos assim, que grande parte da bibliografia utilizada corresponde a obras e edições publicadas quando da comemoração do centenário de nascimento de Lindolfo Collor em 1990. Ressaltamos, porém, que muitas destas publicações advêm de pessoas próximas ou admiradoras de Collor, apresentando assim uma visão de certa forma parcial e heróica de sua história. Não pretendemos esgotar as possibilidades históricas e ocupações de Lindolfo Collor, abordaremos as condições em que o personagem surge no cenário brasileiro especialmente suas contribuições como jornalista e político. Não coube nesta dissertação exaltar a figura de Collor antes seus dessemelhantes, entretanto gostaríamos de salientar as condições nas quais se tornou protagonista no cenário histórico e utilizou de sua profissão como jornalista para esclarecer questionamentos, posicionamentos políticos e sociais com os quais assemelhava ou dos quais discordava. Entendemos que sua carreira jornalística influenciou seus caminhos e suas escolhas, assim os jornais do período ora estudado também nos auxiliam como fonte, contribuindo para o confronto e confirmação de informações.

No segundo capítulo Lindolfo Collor seguiu para exílio no continente europeu e decidiu permanecer na Alemanha por alguns meses para compreender a conjuntura que o nacional-socialismo estabeleceu no país, dessa forma analisaremos os olhares de Collor sobre o regime hitlerista. Sabina Loriga em *O pequeno x*<sup>18</sup> refletiu sobre a contribuição pessoal de um personagem para a história, segundo a autora “o pequeno x” é uma expressão de Johann Gustav Droysen<sup>19</sup>, que escreveu em 1863 a seguinte teoria: quando designamos A como o gênio individual, “que significa tudo o que um homem é, possui e faz”, observamos então que este A é formado por “ $a + x$ ”, onde “ $a$  contém tudo o que lhe vem das circunstâncias externas – de seu país, de seu povo, de sua época; e  $x$  representa sua contribuição pessoal, a obra de

---

<sup>15</sup> TILL, Rodrigues. *Lindolfo Collor e a verdade histórica*: documentação do registro civil e da Igreja. Porto Alegre: EVANGRAF, 1990.

<sup>16</sup> EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1990, Brasil. *Centenário Lindolfo Collor 1890-1942*. Brasil: Impressão Gráfica Colorama, 1990.

<sup>17</sup> REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 1991.

<sup>18</sup> LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

<sup>19</sup> Johann Gustav Droysen foi filólogo, tradutor, historiador e teórico da história.

sua livre vontade”<sup>20</sup>. Compreendemos Collor como um “pequeno x”, que contribuiu pessoalmente, através de seus escritos, discursos, artigos e publicações, para informar à sociedade brasileira sobre o contexto observado. Entendemos que suas escolhas o levaram à condição de exilado e o formou intelectualmente para que ele pudesse perceber a conjuntura presente na Europa no início da Segunda Guerra Mundial e relatar esse panorama.

Sirinelli alertou que a história dos intelectuais tornou-se em pouco tempo um campo histórico autônomo, situado entre o cruzamento das histórias política, social e cultural<sup>21</sup>. Entretanto ressaltou alguns problemas que devem ser considerados na história das ideias políticas: “Como as ideias vêm aos intelectuais? Por que uma ideologia torna-se dominante no meio intelectual numa data dada?”<sup>22</sup>. Marcos Antônio Lopes<sup>23</sup> nos ajuda a compreender as indagações colocadas por Sirinelli. Para Lopes compete à história das ideias políticas a tarefa de analisar o surgimento dos sistemas políticos elaborados por alguns pensadores e integrá-los ao seu contexto histórico:

Ela deveria esforçar-se em compreender [...] homens que viveram num passado remoto. E se essa história pudesse ir um pouco mais longe, tentando estabelecer relações entre o pensamento formal dos grandes pensadores com o universo informal de seus contemporâneos não-filósofos, tanto melhor<sup>24</sup>. Dessa maneira, ter-se-ia uma história social das ideias políticas, o que permitiria uma compreensão mais alargada dos grandes textos bem como da filosofia política dos homens comuns do seu tempo, se assim se pode dizer. E essa história das ideias por contrastes parece muito fecunda, uma vez que a obra de um grande pensador político, por mais lúcida que seja, jamais será a fidedigna expressão do conjunto de seu próprio pensamento e, muito menos ainda, a expressão acabada e irretocável de sua época<sup>25</sup>.

Dessa forma as obras de Lindolfo Collor foram estudadas em contraposição ou justaposição aos intelectuais que nos oferecem aporte teórico. Neste período o mundo conhecia um novo regime, o totalitarismo, conceito amplamente analisado por diferentes filósofos e historiadores. Como vimos acima na proposta de Lopes, cabe neste capítulo a tentativa de relacionar o pensamento formal e científico dos pensadores com o universo informal vivido por um jornalista, atento às mudanças visíveis durante seu exílio. Utilizando de Collor não

---

<sup>20</sup> LORIGA, 2011, p. 14.

<sup>21</sup> SIRINELLI, 2003, p. 232.

<sup>22</sup> SIRINELLI, 2003, p. 236.

<sup>23</sup> LOPES, Marcos Antônio. *Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

<sup>24</sup> LOPES, 2002, p. 29.

<sup>25</sup> LOPES, 2002, p. 30.



apenas como personagem, mas como objeto de pesquisa, compreendendo sua atuação intelectual no período analisado, bem como a forma como as ideias foram escritas em seus artigos.

Nesta introdução, gostaria também de explicitar os prefácios das fontes de Lindolfo Collor aqui adotadas. Na obra *Europa 1939*, o jornalista apresenta uma preocupação quanto ao processo de produção e a relevância desta publicação, ao retornar de seu exílio, muitos amigos falaram sobre a oportunidade de reunir em livro seus artigos, apresentando aspectos culminantes da crise internacional que precedeu a Segunda Guerra Mundial. Houve, porém, uma apreensão sobre a falta de unidade e estrutura orgânica que seria indispensável a um livro, pois esta compilação remetia à ideia de um diário, uma coletânea talvez. Entretanto recebeu como resposta que exatamente nestas características se poderia encontrar, bem ao contrário, um novo motivo de interesse. Assim Collor reproduziu nas páginas desta obra “o caos mental que lançou a Europa e ameaçou atirar o mundo inteiro a uma nova conflagração”<sup>26</sup>. Nestas páginas encontraremos as atitudes contraditórias e inconsequentes dos estadistas; os avanços e recuos das chancelarias; as capitulações morais em benefício de uma paz utópica; “as reações belicistas, à undécima hora, de homens em que todos queriam depositar confiança, mas que nunca estiveram, como hoje se vê, plenamente à altura das suas terríveis responsabilidades”<sup>27</sup>. Observamos a inquietação de Collor em destacar as ambiguidades presentes neste contexto, as quais ele buscou transportar para seus escritos. Refletindo, se o público entender que este ponto de vista deva prevalecer sobre os demais, apenas recolherá disso motivos de profunda satisfação. Declarou que diferentes critérios pudessem compreender que essa obra fosse escrita de outra forma, “obedecendo a um plano mais harmônico, assentadas a tempo e no exato lugar as premissas de que houvessem decorrer as necessárias consequências”<sup>28</sup>, quem pensar dessa forma terá a concordância e as desculpas do autor. Collor também entendeu que se houvesse escrito o livro *a posteriori* dos fatos, outra seria a sua feitura, certamente, mas, nesse caso, ele teria deixado de ser o que é: “um diário tão fiel quanto possível dos acontecimentos anteriores à declaração da guerra”<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> COLLOR, 1989, p. 22.

<sup>27</sup> COLLOR, 1989, p. 22.

<sup>28</sup> COLLOR, 1989, p. 22.

<sup>29</sup> COLLOR, 1989, p. 22.

Assim, somos levados a compreender que “nos seus defeitos mais visíveis esteja o seu mérito exclusivo”<sup>30</sup>. Conforme suas palavras:

Estou nesse prefácio mostrando ao leitor as minhas dúvidas, os meus receios e apreensões em relação à conveniência de publicar-se ou de não se publicar este livro. Que os meus escrúpulos de consciência concorram pelo menos para minorar-me o pecado, se ele existe. Mas mesmo em relação a isto, devo dizer ainda que estou longe de encontrar alguma tranquilidade. Porque a verdade está em que escrevo estas páginas iniciais depois de haver já revisado as provas do livro e quando qualquer arrependimento já soaria, por conseguinte, extemporâneo e vazio de sentido. Estamos leitor, colocados face a face com o irremediável: o livro se publica. Tanto melhor ou tanto pior. E talvez o fato venha a mostrar-se tão irrelevante que o publicá-lo, afinal de contas, nem venha a ser pior nem melhor do que o não publicar<sup>31</sup>.

No terceiro capítulo analisamos a acusação do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha considerando Lindolfo Collor como “inimigo da alemanidade”, por escrever artigos no estilo crítico liberal-democrata; não compreender o fundamento ideológico mundial da economia nacional-socialista; transmitir aos seus leitores a ideia de que a Alemanha estaria ante um desmoronamento financeiro e que a adoção do método alemão em outros países significaria o caos, sendo o modelo adotado nas democracias ocidentais o melhor e mais seguro; a argumentação de Collor de que o governo alemão subjuga a liberdade de consciência; e por fim a afirmação de que o jornalista era um fanático socialdemocrata com incidência comunista. Esses pontos serão examinados tendo como base os artigos de Collor citados no comunicado alemão. Algumas contraposições e explicações adicionais são necessárias para compreender as visões de Collor sobre os acontecimentos do continente europeu, como as relações entre Estados e os cenários diplomáticos do início da Segunda Guerra Mundial.

No prefácio da obra *Sinais dos Tempos*, observamos Collor mais preocupado com os contextos da liberdade do homem em face da guerra e buscando comparativos históricos, especialmente na História Antiga para sua importância, onde questiona:

Quem porá em dúvida, pergunta-se, que a liberdade do homem, tal como nós a compreendemos, não era considerada pelos antigos condição indispensável à estruturação da “pólis” e à concepção da “civitas”?<sup>32</sup>  
[...] Se já nos tempos clássicos os homens de espírito prezavam a liberdade e sabiam lutar por ela, como compreender que os de hoje se conformassem

---

<sup>30</sup> COLLOR, 1989, p. 22.

<sup>31</sup> COLLOR, 1989, p. 23.

<sup>32</sup> COLLOR, 1942, p. 1.

com a escravidão política que os chefes totalitários pretendem, uns pela força, outros pela corrupção, impor ao mundo inteiro?<sup>33</sup>

A defesa da liberdade sempre foi um discurso frequente nos escritos de Collor, especialmente quando se deparou no continente europeu com os regimes totalitários e quando do seu retorno ao Brasil começou a dedicar-se a uma proposta de resgate de valores. Esta obra apresentou análises de cunho teórico e abordou os conflitos entre os regimes políticos, não se limitando mais ao continente Europeu, analisando também as relações internacionais. Segundo Collor:

Foi preciso que os supressores das conquistas democráticas erigissem em dogma de uma “nova ordem” as suas violências audaciosas e brutais para que a palavra liberdade voltasse a ter, em todos os quadrantes do orbe um sentido de atualidade que nós até então lhe desconhecíamos. Pode dizer-se que a equação da liberdade política é hoje, de tão atual, a exclusiva em todas as sociedades civilizadas. [...] Por um paradoxo que parecerá a muitos monstruoso, Hitler e seus companheiros de ideias estão prestando ao futuro da humanidade um serviço inestimável. Eles confirmam o homem de hoje na certeza de que sem a base imprescindível da liberdade de pensar e de falar, a vida não merece ser vivida<sup>34</sup>.

Raymond Boudon<sup>35</sup> explicou que podemos distinguir várias espécies de liberalismos: “o *liberalismo político*, que insiste na igualdade de direitos, numa extensão tão ampla quanto possível das *liberdades* e também nos limites à intervenção do Estado”; sendo elaborações dos domínios da economia e da política, respectivamente do “*liberalismo filosófico*, que postula que o indivíduo tem a aspiração de dispor de uma autonomia tão ampla quanto possível e quer ser respeitado na sua dignidade na mesma medida em que respeita o próximo”<sup>36</sup>. Mas a definição do liberalismo não é tarefa simples, pois possui ainda outros enfoques, Boudon explica que “o liberalismo é um produto da Filosofia das Luzes”<sup>37</sup>, e reconhece que possui suas raízes na filosofia inglesa clássica de John Locke, entretanto apenas na segunda metade do Século XVIII ele se cristaliza através de Adam Smith. Assim, pós Século XVIII, “o liberalismo veicula conceitos e imagens nomeadamente da *sociedade*, do *Estado* e do *ser humano*, que variam de autor liberal para outro”<sup>38</sup>. Nosso objetivo é analisar os olhares de Lindolfo Collor neste contexto e compreender as correlações dessa visão aos autores liberais da época ou de sua formação.

---

<sup>33</sup> COLLOR, 1942, p. 3.

<sup>34</sup> COLLOR, 1942, p. 3.

<sup>35</sup> BOUDON, Raymond. *Os intelectuais e o liberalismo*. Lisboa, Portugal: Gradiva, 2005.

<sup>36</sup> BOUDON, 2005, p. 14.

<sup>37</sup> BOUDON, 2005, p. 17.

<sup>38</sup> BOUDON, 2005, p. 18.

Posteriormente Collor retornou ao Brasil e manteve sua colaboração jornalística sobre a Segunda Guerra Mundial, uma última entrevista de nosso autor demonstrou seus ideais e convicções e foi considerada a causa de sua prisão pelo regime do Estado Novo. Durval Muniz de Albuquerque Júnior<sup>39</sup> relatou que construir a especificidade de um personagem é “essencial para justificar o nosso próprio ofício de historiador”<sup>40</sup>; não devemos apontar caminhos únicos, mas descobrir “bifurcações, entroncamentos, cruzamentos de caminhos, que são ao mesmo tempo fronteiras e possibilidades”, ressaltar as desigualdades, as resistências ou fugas de uma “dada identidade coletiva de grupo ou classe”<sup>41</sup>. Exatamente como aconteceu com Collor quando solicitou sua demissão do Ministério do Trabalho em 1932 ou quando mudou de partido por não concordar com suas atitudes e posicionamentos. Seguindo os conselhos de Albuquerque Júnior, busco resgatar o personagem Lindolfo Collor, como uma oportunidade de ecoar no presente uma voz que caiu no esquecimento, não temos aqui a pretensão de descobrir sua verdade, mas analisar suas experiências e atitudes.

Por fim ressaltamos que na produção deste trabalho grande parte da bibliografia utilizada correspondeu a obras, artigos jornalísticos e edições publicadas em meados do Século XX que apresentavam grafias diferenciadas das utilizadas atualmente. Assim, para facilitar a leitura e compreensão decidimos empregar a atualização ortográfica na citação desses escritos.

---

<sup>39</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru – SP: EDUSC, 2007.

<sup>40</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 249.

<sup>41</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 250.

## **CAPÍTULO 1: LINDOLFO LEOPOLDO BOECKEL COLLOR**

O Brasil passou por intensas modificações políticas e sociais no final do Século XIX e começo do Século XX, especialmente em decorrência de fatos, como por exemplo, os movimentos imigratórios, a Abolição da Escravatura em 1888, a Proclamação da República em 1889, a Revolução de 1930 e a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Neste contexto nasce em 1890, na região de São Leopoldo no estado do Rio Grande do Sul (RS), Lindolfo Leopoldo Boeckel. A cidade mantém ainda hoje este nome e segundo Zuleika Alvim<sup>42</sup> foi o marco da imigração alemã no Brasil. Fundada em 25 de julho de 1824, “sob o patrocínio de dona Maria Leopoldina, primeira imperatriz do Brasil, os primeiros colonos trazidos pelo Governo Imperial iniciaram a colonização germânica no Rio Grande do Sul”<sup>43</sup>, o nome da cidade foi justamente uma homenagem à princesa Leopoldina. Neste período o objetivo imigratório era criar núcleos coloniais de povoamento, especialmente nesta região, em função das contínuas lutas com os vizinhos do Prata e para defesa do território nacional<sup>44</sup>. Posteriormente muitas famílias imigraram para o Brasil atraídas pela possibilidade de trabalho, iniciativa do governo imperial após a abolição dos escravos, para que não faltasse mão-de-obra na agricultura brasileira.

Segundo Ebe Reale, o grupo de imigrantes alemães estabelecido em São Leopoldo, era em sua grande maioria seguidor do protestantismo e foi beneficiado com “a implantação dessa nova ordem de ideias no país, tendo como consequência a criação do Registro Civil, a permissão do ensino leigo e outras medidas liberais”<sup>45</sup>. Os pais de Lindolfo eram descendentes destes pioneiros luteranos pertencentes à Igreja Episcopal Brasileira<sup>46</sup>, posteriormente o próprio Lindolfo atuará como escritor no jornal *O Estandarte Christão*, porta voz e meio de comunicação da Igreja Episcopal Brasileira.

Sua mãe Elizabeth Leopoldina Schreiner casou-se em 1880, aos 19 anos, com João Boeckel, 24 anos, na Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Estância Velha<sup>47</sup>. Sua data de

---

<sup>42</sup> ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.215 a 288.

<sup>43</sup> COSTA, 1990, p. 13.

<sup>44</sup> ALVIM, 1997, p. 218.

<sup>45</sup> REALE, 1991, p. 11.

<sup>46</sup> Maiores informações sobre a Igreja Episcopal Brasileira e sua chegada e expansão, especialmente no estado do Rio Grande do Sul, podem ser acessadas no site da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Disponível em: <http://www.ieab.org.br/ieab/>. Acesso em 18/06/2014.

<sup>47</sup> REALE, 1991, p. 9.

nascimento é tema de confronto entre os biógrafos estudados, segundo Rodrigues Till, pesquisas realizadas em cartórios de registro civil revelam que Lindolfo nasceu no dia 08 de fevereiro de 1890, sendo o registro feito por seu pai João Boeckel no dia 11 de fevereiro de 1890, no Primeiro Distrito de Paz de São Leopoldo no Rio Grande do Sul<sup>48</sup>. Filho de pais luterano-protestantes, Lindolfo foi registrado sem nome, em sua certidão aparecia a expressão “por batizar”, e denominava-o “acatólico”, situação comum naquele período<sup>49</sup>. Talvez por esse motivo, outros autores nos apresentarão datas diferentes de seu nascimento. Américo Palha dirá que Collor nasceu no dia 03 de fevereiro de 1890, Ebe Reale apresentará a Certidão de Batismo na Comunidade Evangélica Alemã de São Leopoldo com a data de nascimento de 04 de fevereiro de 1890, tendo sido batizado no dia 03 de maio de 1890 com o nome Lindolfo Leopoldo Boeckel<sup>50</sup>. Licurgo Costa e Leda Mello confirmam em suas obras a data de nascimento apresentada por Ebe Reale, 04 de fevereiro de 1890.

Com o falecimento do pai João Boeckel em 1893<sup>51</sup>, Elizabeth Leopoldina Schriener mudou-se com os filhos Alcides, Elvira e Lindolfo para o povoado de São Gabriel da Estrela, atual Setembrina, “onde passou a administrar uma pequena estalagem”<sup>52</sup>. Casou-se novamente aos 40 anos, em 24 de junho de 1901, com João Antônio Collor e mudaram para Barra do Ribeiro, então distrito de Porto Alegre. Segundo Reale, Collor “afeiçoou-se muito ao enteado caçula”<sup>53</sup> criou Lindolfo e seus irmãos como filhos e estes, em retribuição, acrescentaram o sobrenome do padrasto ao seu, passando a assinar Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor. Rodrigues Till explica que a origem do sobrenome Collor é americana, João Antônio Collor nasceu na Alemanha, mas seus pais eram naturais dos Estados Unidos. Para o autor a adoção do sobrenome em nada alterou as raízes teutas de Lindolfo, veremos ao longo de sua história que essas origens foram positivas, mas também negativas em sua vida. Ora elogiado, ora perseguido por suas ascendências.

Segundo Costa, João Antônio Collor era um homem de modestos recursos e ofereceu aos enteados apenas a instrução proporcionada pela escola pública. Aos oito anos Lindolfo Collor terminou seus estudos primários e sem condições para segui-los no Colégio Nossa Senhora da

---

<sup>48</sup> TILL, 1990, p. 4.

<sup>49</sup> TILL, 1990, p. 3.

<sup>50</sup> REALE, 1991, p. 9.

<sup>51</sup> EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1990, p. 7.

<sup>52</sup> REALE, 1991, p. 11.

<sup>53</sup> REALE, 1991, p. 13.

Conceição, em São Leopoldo, ajudou o padrasto na lavoura. Trabalhou também como entregador de leite nas casas do povoado, informação confirmada por Ebe Reale. Licurgo Costa nos conta ainda sobre uma senhora que vivia na Barra do Ribeiro e abrigava em sua casa muitos filhos adotivos, “para sustentar estes filhos fazia doces, bolos, geleia de mocotó, balas que mandava vender na rua”, quando Lindolfo não estava trabalhando na casa do padrasto ia sempre ajudar essa senhora, “saindo de tabuleiro pela rua a vender seus doces”<sup>54</sup>.

O idioma falado em casa e em praticamente todo vilarejo era o alemão, Costa relatou que a educação recebida “era baseada no tradicional e severo sistema vigorante na Alemanha e no qual o culto religioso, a austeridade, a disciplina, a probidade e a fidelidade aos princípios morais de sua grei estavam sempre presentes”. Zuleika Alvim também confirmou essa informação de que entre os imigrantes, os teutos foram os que mais atentaram à formação escolar de seus filhos<sup>55</sup>. Reale conta que Collor sempre foi apaixonado pelos estudos, sua mãe “anos mais tarde, ao incentivar as crianças da família a estudarem citava sempre o exemplo do filho”, ela dizia que Collor “devorava tudo quanto era livro ou impresso que lhe caísse nas mãos, não se comprazendo com brinquedos ou outros folguedos naturais da meninice”<sup>56</sup>. Em 1942, Collor escreveu um artigo intitulado *Uma visita à cidade natal*, onde relatou uma viagem a São Leopoldo e comentou suas lembranças de infância, a arquitetura da cidade e as referências de suas leituras quando criança:

Estou desde ontem na minha cidade natal, onde os meus olhos vieram encontrar de novo as velhas linhas das casas da minha infância. Perfis de árvores amigas, os mesmos contornos espreguiçados das colinas em cujas sombras a minha imaginação de criança localizava as bruxas e os gnomos, que se obstinavam em fugir às páginas dos meus livros de histórias<sup>57</sup>. Há cento e vinte anos mais ou menos, foram desembarcadas nestes sertões convizinhos da Real Feitoria do Linho Cânhamo as primeiras levas de colonos alemães. Porque é da história comprovada pelos arquivos oficiais da Província, a ninguém seria lícito ignorar ou pôr em dúvida que esses alienígenas, aqui chegados, foram entregues à sua própria sorte. Os mesmos auxílios a que os governos estavam obrigados pelos contratos dos agentes de imigração faltaram aos primeiros e subsequentes núcleos de agricultores estrangeiros. A colônia em mais de uma ocasião, esteve a pique de ruína<sup>58</sup>.

---

<sup>54</sup> COSTA, 1990, p. 13.

<sup>55</sup> ALVIM, 1997, p. 273.

<sup>56</sup> REALE, 1991, p. 13.

<sup>57</sup> COLLOR, 1942, p. 173.

<sup>58</sup> COLLOR, 1942, p. 174.

Em suas palavras observamos as dificuldades encontradas pelos imigrantes quando chegaram à região, o sarcasmo ao designá-los como “alienígenas” e a forma como foram entregues “à sua própria sorte”. Collor descreveu também os auxílios do governo, obrigados por contrato com os agentes de imigração, que não foram recebidos pelos primeiros ou subsequentes núcleos de agricultores estrangeiros. Relatou que os imigrantes alemães abriram os caminhos, edificaram os povoados e domesticaram a terra. Dados confirmados por Zuleika Alvim, quando relatou que os colonos do Sul construía suas próprias casas, “desde os primeiros barracões em meio à floresta”<sup>59</sup>, que logo ao chegarem, os imigrantes “tratavam de desmatar parte da floresta e construir suas primeiras casas de pau a pique, permanecendo no mais absoluto isolamento e sem qualquer tipo de assistência”<sup>60</sup>. Confirmando a preocupação dos imigrantes alemães com a educação, relatando sobre os mestres improvisados que se dedicaram ao ofício de instruir os filhos dos agricultores, concluindo o quadro real do início da colonização alemã em São Leopoldo, bem como o panorama histórico da primeira infância de Collor.

Lindolfo Collor teve a oportunidade de continuar seus estudos na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, quando sua irmã Elvira casou e mudou-se para lá. Estudou no curso preparatório do professor Emílio Meyer e posteriormente, em março de 1906, aos 15 anos, foi confirmado pelo Bispo e decidiu ingressar no Seminário da Igreja Episcopal Brasileira. Segundo Costa “esta Igreja, de doutrina e ritual anglicanos” estabeleceu-se em Porto Alegre no ano de 1890, pelos missionários Rev. James Watson Morris e Lucien Lee Kinsolving, “este último, já como Bispo, crismou Collor, no dia 06 de agosto de 1906, na Igreja da Trindade”. O autor defendeu ainda que Collor desde sua juventude teve uma personalidade marcada “pelo espírito de dedicação integral às ideias que adotava”<sup>61</sup> e como membro da Igreja não se limitou a cumprir apenas suas obrigações, além de seus estudos encontrou tempo para dedicar-se a diferentes atividades. Reale confirma que Collor foi “criado dentro da convicta moral protestante, e que essa criação teve grande influência no seu modo de pensar e agir”<sup>62</sup>, inicialmente seu objetivo era tornar-se pastor, porém, com o tempo, concluiu que essa

---

<sup>59</sup> ALVIM, 1997, p. 257.

<sup>60</sup> De sol a sol, os dolicocefalos germanos abatiam as árvores das matas seculares, e quando regressavam às choupanas mal tinham com que matar a fome. Os caminhos, quem os abriu foram eles. Foram eles que domesticaram a terra, plantaram as lavouras, construíram os moinhos, edificaram os povoados, pregaram a cruz nas torres toscas das primeiras igrejas. E como não houvesse escolas, mestres improvisados dedicaram-se ao ofício de instruir os filhos dos agricultores. ALVIM, 1997, p. 245.

<sup>61</sup> COSTA, 1990, p. 15.

<sup>62</sup> REALE, 1991, p. 13-15.



não era sua vocação. Entretanto, continuou sua vida missionária e tornou-se membro da Legião da Cruz, onde acompanhou o Rev. Américo Vespúcio Cabral, Pároco da Igreja da Trindade em Porto Alegre, em viagens missionárias<sup>63</sup>. Ainda nesta Igreja, Collor atuou na “divulgação do Evangelho entre as camadas pobres de Porto Alegre e cidades vizinhas e à pregação dos princípios bíblicos na Cadeia Pública e na Escola Dominical”<sup>64</sup>. Também participou da Comissão editorial de um Boletim Mensal da Igreja da Trindade e ensinou português na Associação Cristã de Moços<sup>65</sup>. Nesse período Lindolfo Collor também atuou como colaborador no Semanário da Igreja Episcopal, *O Estandarte Christão*<sup>66</sup>, “onde escreveu artigos de inspiração apostólica e poemas religiosos, o primeiro deles, publicado em dezembro de 1905, denominado *Avante*”<sup>67</sup>. Foram anos de dedicada atividade literária, publicando poesias e artigos doutrinários, acredita-se que este tenha sido “o despertar de sua vocação” como jornalista<sup>68</sup>.

De 1907 a 1909 Collor escreveu seus primeiros livros de versos românticos, publicados nas obras, *Bosque Heleno*, *Orquestração de Luz*, *Caminho de Flores* e *Poema dos Matizes*. Segundo Mello a obra *Poema dos Matizes* foi dedicada “ao poeta gaúcho Zeferino Brasil, com as seguintes palavras: ‘A Zeferino Brasil, Mestre e Amigo, esta pedra fundamental do meu edifício literário’”<sup>69</sup>. São obras de raríssimo acesso, difíceis de localizar no mercado brasileiro, mesmo em acervos históricos. Infelizmente, uma grande limitação à leitura e interpretação deste material. Collor lançaria ainda, já no Rio de Janeiro, sua última obra literária, *Elogios e Símbolos*, entretanto uma desavença<sup>70</sup> entre Collor e o crítico Gilberto Amado, ou talvez por acreditar que seu caminho e seu talento não eram pela poesia, decidiu retirar das livrarias todos os exemplares dos seus livros de versos. Após o Seminário Episcopal, Lindolfo Collor formou-se em Farmácia, no ano de 1909, segundo Mello uma “profissão muito procurada

---

<sup>63</sup> MELLO, 1988, p. 16.

<sup>64</sup> REALE, 1991, p. 15.

<sup>65</sup> EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1990, p. 7-8.

<sup>66</sup> Parte do acervo digitalizado deste jornal pode ser encontrado no portal da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Disponível em: <http://www.ieab.org.br/pmd/>. Acesso em: 18/06/2014.

<sup>67</sup> REALE, 1991, p. 15.

<sup>68</sup> EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1990, p.7-8.

<sup>69</sup> MELLO, 1988, p. 17.

<sup>70</sup> “Encontrando Collor com Gilberto Amado na Rua do Ouvidor, decidiu conversar sobre suas críticas que considerou deselegantes. A discussão, porém, foi calorosa, houve troca de empurrões e tiros que atingiram a fachada da Livraria Garnier, ponto de reunião de escritores e intelectuais da época”. MELLO, Leda. *Retrato de Lindolfo Collor de Mello*, p. 18.

àquela época por rapazes de poucos recursos”<sup>71</sup>, entretanto, exerceu essa atividade por um curto período. Após sua formação mudou-se para a cidade de Bagé, onde integrou a redação do jornal *O Dever* de Adolfo Dupont, iniciando sua carreira jornalística, “que jamais abandonaria”<sup>72</sup>. Todavia, segundo Costa, “a vida provinciana não oferecia o ambiente que ele necessitava para dar expansão às suas possibilidades”<sup>73</sup>, Collor seguiu rumo a novos horizontes, encarando o desafio de vencer profissionalmente na Capital da República.

### **Nasce um jornalista**

Em 1911, aos 21 anos, Collor mudou-se para o Rio de Janeiro. Desembarcou nessa cidade sob os desígnios da *Belle Époque*, levando consigo uma carta de recomendação para João Lage, um português proprietário do jornal *O Paiz*, um dos três maiores jornais brasileiros na época. Infelizmente a carta de recomendação não foi ao destinatário, este estava na Europa. Seu substituto, Eduardo Salamonde, não podendo admitir Collor na redação, por falta de vaga, “ofereceu-lhe a oportunidade de fazer uma colaboração semanal”. O amigo Alcides Maya, “escritor sul-riograndense que vivia no Rio [...], sugeriu-lhe que fizesse uma série de entrevistas sobre o Teatro Nacional”<sup>74</sup>, foi assim que Lindolfo Collor começou oficialmente sua carreira jornalística. Segundo Mello a chegada de Collor ao Rio de Janeiro foi descrita no artigo de João Luso em 1942, semana seguinte ao seu falecimento. Conforme Luso, “escritor português radicado no Rio e redator do *Jornal do Commercio*”<sup>75</sup>, realmente neste período não havia vaga na redação do jornal *O Paiz*, Collor então trabalhou como colaborador. Entrevistou autores, críticos, jornalistas e homens de letras; as entrevistas alcançaram grande repercussão e Collor tornou-se conhecido. Muitas foram publicadas na primeira página do jornal e lhe rendeu o convite de Félix Pacheco, por indicação de João Luso, para redator da edição vespertina do *Jornal do Commercio*<sup>76</sup>. Foi neste jornal que Collor começou a trabalhar com

---

<sup>71</sup> MELLO, 1988, p. 16.

<sup>72</sup> EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1990, p. 7-8.

<sup>73</sup> COSTA, 1990, p. 16.

<sup>74</sup> COSTA, 1990, p. 18.

<sup>75</sup> COSTA, 1990, p. 19.

<sup>76</sup> COSTA, 1990, p. 19.

seu assunto de maior interesse, “a política”<sup>77</sup>. Para Reale, Collor pôde, “pela primeira vez unir suas duas grandes paixões: a política e o jornalismo”<sup>78</sup>.

Em 1913, paralelamente a suas atividades jornalísticas, foi aceito no quadro de funcionários do Jardim Botânico e exerceu funções no Gabinete do Ministro da Agricultura. Quando chegou à capital da República, Collor morou em uma república em Niterói e após ser admitido para o *Jornal do Commercio* mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro. Morava na pensão de um casal espanhol, Tomasa e Gregório Landeira, ele funcionário da Sul América Companhia de Seguros, empresa com sede em Madri. Foi através deste casal que Collor conheceu a jovem Hermínia, filha do jornalista Luiz Bartolomeu de Souza e Silva “proprietário do jornal *A Tribuna* e da empresa *O Malho*”<sup>79</sup>. Mello nos conta que a formalidade do pedido de casamento foi cumprida pelo amigo Alcides Maya<sup>80</sup>, e se casaram no dia 19 de fevereiro de 1914, na Igreja de Nossa Senhora da Glória<sup>81</sup>. Antes mesmo do casamento, Lindolfo Collor já integrava a redação do jornal *A Tribuna* de seu sogro, seus primeiros artigos publicados no jornal ocupavam o espaço de uma coluna a que ele dava o título de “Pela Ordem”<sup>82</sup>. Nos dois anos seguintes ao seu casamento, atuou também na empresa *O Malho*.

Em 1916 ingressou na “Escola de Altos Estudos Sociais Jurídicos e Econômicos”, no Rio de Janeiro, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Foi aluno de professores, como por exemplo, Afrânio de Mello Franco. Segundo Reale, este curso teve importante papel na formação de Collor especialmente “no campo da Economia e da Política Internacional, assuntos em que se distinguirá como deputado federal”<sup>83</sup>. Formou-se em 1917 e candidatou-se pela primeira vez a um cargo público, disputando uma das 16 cadeiras de

---

<sup>77</sup> DIRETRIZES. Rio de Janeiro, Ano 1942, Edição 00117, 24/09/1942, p. 5. Acesso em: 17 fev 2014.

<sup>78</sup> REALE, 1991, p. 19.

<sup>79</sup> “[...] que editava, além da revista do mesmo nome, o semanário *O Tico-Tico*, primeira publicação destinada ao público infantil no país”. REALE, 1991, p. 20-21.

<sup>80</sup> “[...] que pouco depois viria a ser deputado federal pelo Rio Grande do Sul e membro da Academia Brasileira de Letras”. MELLO, 1988, p. 18.

<sup>81</sup> “[...] foi um acontecimento que marcou época na sociedade carioca, porém, pelo lado político alcançou maior relevo. É que foram padrinhos dos noivos, Pinheiro Machado, chefe incontestável da política nacional, e Lauro Muller, Ministro das Relações Exteriores, cargo em que substituiu o Barão do Rio Branco. E, para maior realce, ambos eram pré-candidatos à sucessão de Hermes da Fonseca, na Presidência da República”. COSTA, 1990, p.26.

<sup>82</sup> MELLO, 1988, p. 18.

<sup>83</sup> REALE, 1991, p. 25.

intendente ao Conselho Municipal do Rio de Janeiro, entretanto, mesmo alcançando uma boa votação, foi derrotado por uma pequena diferença<sup>84</sup>.

Em 1918 o fim da Primeira Guerra Mundial revelou muitas mudanças nas relações mundiais, Duroselle, apresentou as transformações dos Estados, e declarou que a guerra serviu para acelerar o processo segundo o qual a pequena burguesia, os comerciantes e os camponeses aumentaram sua participação na vida política dos países, observando em muitos lugares da Europa o regresso dos desmobilizados com maiores reivindicações<sup>85</sup>. Atento a essas transformações, Collor abordou o problema social em artigo publicado no jornal *A Tribuna*, em 15 de maio de 1919 com o título “A Questão Social”:

Engana-se profundamente quem supuser que, dentro da nova ordem de coisas que nasce com o fim da luta das potências (a Primeira Guerra Mundial) seja possível ainda ir iludindo a verdadeira situação do proletariado e adiando a sua definitiva incorporação moral e econômica na civilização ocidental [...]. A consciência do mundo está amadurecendo para a reforma social [...]. Um ano, dois, cinco, dez, o prazo final pouco importa. O fato é que os explorados se levantam contra os exploradores [...]. O que é preciso é dar aos operários leis civis adequadas à suas necessidades nos diversos meios<sup>86</sup>.

Mello informou ainda que esse artigo foi escrito a propósito de uma tentativa de legislação social recomendada em mensagem à Câmara dos Deputados pelo Presidente Delfim Moreira<sup>87</sup>. O fato é que conseguimos observar a vertente política de Collor, sua preocupação com as questões sociais, em especial, a legislação trabalhista.

### **Trajatória Política**

No ano de 1919, Lindolfo Collor foi surpreendido com o convite de Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul e chefe do Partido Republicano Riograndense (PRR), para integrar a redação do jornal *A Federação*<sup>88</sup>, órgão oficial do Partido e o maior

---

<sup>84</sup> COSTA, 1990, p. 27.

<sup>85</sup> DUROSELLE, Jean Baptiste. *A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*. São Paulo: Pioneira, 1992. P. 84

<sup>86</sup> REALE, 1991, p. 25.

<sup>87</sup> MELLO, 1988, p. 19.

<sup>88</sup> Segundo Reale, este jornal foi fundado por Venâncio Aires e dirigido por um longo período por Júlio de Castilhos e teve importante papel na pregação do ideal republicano. REALE, 1991, p. 27.

jornal do Estado. Mello relatou que Luiz Bartolomeu não queria perder “a colaboração e a companhia” de seu genro, oferecendo sociedade na empresa *O Malho*, mas Collor recusou o convite e retornou para o Rio Grande do Sul levando consigo D. Hermínia e suas filhas Leda e Lygia. Dois anos depois tornou-se diretor do jornal, o que segundo Costa, “causou viva impressão no Estado porque, pela tradição, só chegavam a um posto de tal importância política os jornalistas gaúchos que haviam passado a barreira dos cinquenta anos”<sup>89</sup>. Juntamente à direção do jornal *A Federação*, atuou como professor de História na Escola Normal, mantida pelo governo do Estado.

Desde 1889 quando Proclamada a República Brasileira, foi instituído um sistema político oligárquico, predominando a representação dos estados economicamente mais poderosos, neste caso os estados de São Paulo e Minas Gerais. Tal sistema, popularmente conhecido como “café-com-leite”, começou a ser questionado e algumas crises políticas, especialmente as crises relacionadas às sucessões presidenciais surgiram a partir da década de 1920. O estado do Rio Grande do Sul era nesse período o terceiro em importância eleitoral, e seu então Presidente, Borges de Medeiros começou a questionar essas escolhas e articulações políticas, unindo-se aos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro para a indicação de uma candidatura oposicionista de Nilo Peçanha. Segundo o autor Francisco das Neves Alves, formou-se, “a Reação Republicana, com decisiva participação gaúcha, e que seria notório exemplo de oposição entre oligarquias periféricas e centrais”<sup>90</sup>.

A carreira política de Lindolfo Collor iniciou neste momento de contestações, especialmente por sua posição de porta-voz e diretor de *A Federação*. Em 1921 foi eleito Deputado Estadual, atuando na Assembleia Legislativa Rio-grandense, tendo como companheiros Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura. Atuou também como redator da Comissão de Orçamento e apresentou pareceres sobre seu trabalho nesta comissão<sup>91</sup>. Em 1922 publicou a obra *O momento político, a sedição militar e a atitude do Partido Republicano Riograndense*, editoriais escritos entre 06 e 18 de julho de 1922, relacionados às atitudes do PRR quanto à Reação Republicana. Vale ressaltar o grupo de “Tenentes Revolucionários” que também se opunham à eleição do candidato Arthur Bernardes, indicado pelas oligarquias centrais, que se

---

<sup>89</sup> COSTA, 1990, p. 28.

<sup>90</sup> ALVES, Francisco das Neves. *O PRR, A Reação Republicana e a Revolta Militar de 1922*. Disponível em: [file:///C:/Users/Miqueline/Documents/Youcam/Downloads/BIBLOS-6\(\)1994-o\\_prr\\_a\\_reacao\\_republicana\\_e\\_a\\_revolta\\_militar\\_de\\_1922.pdf](file:///C:/Users/Miqueline/Documents/Youcam/Downloads/BIBLOS-6()1994-o_prr_a_reacao_republicana_e_a_revolta_militar_de_1922.pdf). Acesso em: 19/06/2014. P. 161-162.

<sup>91</sup> MELLO, 1988, p. 20.

deslocavam pelo sul do Brasil em marchas de protesto contra o Governo Federal. Entretanto, depois de eleito o candidato Arthur Bernardes, o governador Borges de Medeiros decidiu aceitar a decisão das urnas e pediu que Collor escrevesse um artigo, “assegurando ao novo presidente da República o apoio político do Rio Grande do Sul”<sup>92</sup>. Esse artigo intitulado “Pela Ordem”<sup>93</sup> não agradou os tenentes revoltosos que posteriormente dificultaram a atuação de Collor no Ministério do Trabalho.

A situação política no Rio Grande do Sul também era delicada e especificamente diferenciada. Desde a Revolução Federalista em 1893, o Estado estava dividido em dois partidos, o PRR como já apresentado e o Partido Libertador, que possuía como meio de comunicação o jornal *Correio do Povo*. Outra particularidade presente no Rio Grande do Sul era a constituição, que “fortemente influenciada pelo ideal positivista, seguido por Júlio de Castilhos, adotava um poder executivo forte e centralizador e permitia a reeleição do presidente do Estado”<sup>94</sup>, característica única em toda a federação naquela época. Na sucessão estadual, entre 1922 e 1923, aconteceu uma acirrada campanha eleitoral entre os dois partidos. O Partido Libertador apoiava a candidatura de Assis Brasil, contra a 5ª reeleição de Borges de Medeiros. Collor participou ativamente da campanha, especialmente porque essa disputa eleitoral não se limitava às ruas, onde o protesto armado tornou-se constante, mas aconteceu também nas redações dos dois jornais, que tornaram-se “quartéis-generais da guerra partidária”<sup>95</sup>:

[...] as notícias a respeito dos combates que se sucediam no interior do Estado eram afixadas nos “placards” dos jornais [...], instalados na mesma rua em prédios fronteiros no centro da cidade. O *Correio do Povo*, defendendo o Partido Libertador, dos assististas ou maragatos; e *A Federação*, órgão oficial do *Partido Republicano*, apoiando os borgistas ou pica-paus<sup>96</sup>.

Para encerrar essa contenda foi necessária a intervenção do Ministro da Guerra, o gaúcho General Setembrino de Carvalho, com a assinatura do Tratado das Pedras Altas, onde Borges Medeiros assumiu o poder novamente, ficando proibida sua reeleição. Pedro Cezar Dutra Fonseca explicou que neste período “a nova geração republicana – Vargas, Lindolfo Collor, Osvaldo Aranha – passou a liderar no PRR propostas no sentido de fortalecer as bancadas

<sup>92</sup> MELLO, 1988, p. 21.

<sup>93</sup> O mesmo título da coluna onde Collor publicara seus primeiros artigos no jornal *A Tribuna* no Rio de Janeiro.

<sup>94</sup> REALE, 1991, p. 35.

<sup>95</sup> REALE, 1991, p. 35.

<sup>96</sup> MELLO, 1988, p. 20.

gaúchas na Câmara e no Senado, eles próprios candidatando-se a cargos federais em detrimento dos regionais”<sup>97</sup>, dessa forma, em 1924, Collor foi eleito Deputado Federal e retornou ao Rio de Janeiro.

Em sua atuação na Câmara Federal, foi Membro da Comissão de Finanças, elaborando estudos e escrevendo numerosos artigos sobre a estabilização da moeda, sobre o problema do padrão ouro e, já então, sobre a transformação da moeda nacional, “mil-réis” em “cruzeiro”<sup>98</sup>. Concomitantemente ao seu mandato, manteve suas atividades jornalísticas no *O Paiz*, apresentou nas colunas deste jornal debates sobre as questões relacionadas às referidas comissões em que atuou na Câmara Federal. Foi também Presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados, integrando em 1925 a Embaixada Especial, então chefiada pelo Senador Lauro Muller. Representou o Brasil nas solenidades comemorativas do 1º Centenário da Independência do Uruguai, ocasião em que foi assinado entre os dois países o “Convênio de Montevideú”. Pareceres, discursos em defesa do Convênio e o propósito da missão no Uruguai foram publicados em dois volumes nas obras *O Convênio de Montevideó e Brasil-Uruguay*. Conforme Mello, o convênio estatuiu regras práticas de vigilante amizade e de recíproca cooperação das Altas Partes Contratantes em caso de alteração da ordem nos seus respectivos territórios<sup>99</sup>. Segundo Reale:

Nestes pareceres Lindolfo Collor procedeu a um profundo e detalhado estudo não só das revoluções sul-americanas, como também dos problemas de fronteiras e de relações internacionais entre os países desse continente. Defendia ele a tese de que a Doutrina de Monroe, tal como foi proposta pelo presidente americano, já estava superada e sublinhava: “Se nós queremos que a nossa América, a América Latina seja realmente o Continente da Paz, preocupemo-nos com o problema fundamental que nos é proposto e não com a solução norte-americana, e que é o auxílio recíproco dos países latino-americanos contra as revoluções que tanto entrave tem oposto e ameaçam opor ainda ao seu progresso”<sup>100</sup>.

Observamos na citação a preocupação de Collor com os movimentos internacionais entre os países latino-americanos ante as revoluções que ameaçavam o progresso da região, declarando que a Doutrina Monroe estava superada, sugerindo o auxílio recíproco entre os

---

<sup>97</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Os gaúchos e a perspectiva nacional: das fazendas ao Catete. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Org). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p.157-161. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/nos-os-gauchos.pdf>. Acesso em 12 jun 2011. p. 159.

<sup>98</sup> MELLO, 1988, p. 21.

<sup>99</sup> MELLO, 1988, p. 22.

<sup>100</sup> REALE, 1991, p. 37.

países. O ano de 1926 foi movimentado na vida de Collor, manteve suas publicações sobre a política latino-americana nos jornais *O Paiz*, no *Correio Paulistano*, matutino em que também passou a colaborar e por fim no *La Prensa* de Buenos Aires. Tais artigos foram posteriormente reunidos em duas obras *No Centenário de Solano Lopes* e *O Brasil e a Liga das Nações*. Segundo Reale, a obra *No Centenário de Solano Lopez*, constitui um profundo trabalho de crítica histórica, e de defesa da posição dos governantes do Império, acusados, por um movimento que visava a reabilitação de Lopes, de haver provocado a Guerra do Paraguai e arruinado a República vizinha<sup>101</sup>, Collor defendeu o Brasil, respondendo às acusações da imprensa estrangeira<sup>102</sup>. Na obra *O Brasil e a Liga das Nações*, Collor apresentou comentários a favor da candidatura do Brasil a um posto permanente no Conselho da Liga das Nações.

Neste mesmo ano Washington Luís foi eleito Presidente da República e começou a organizar seu ministério para assumir o governo no dia 15 de novembro. Recentemente foi lançada uma coletânea biográfica de Getúlio Vargas, em que Lira Neto<sup>103</sup> contextualiza a possibilidade de indicação de Collor a Ministro da Fazenda no Governo de Washington Luís, sendo posteriormente substituído por Getúlio Vargas; Costa, autor adotado neste trabalho também corrobora desta informação. Neto relatou uma conversa entre Gilberto Amado e Júlio Prestes, onde Prestes comunicou a Amado que um representante do Partido Republicano do Rio Grande do Sul assumiria o Ministério da Fazenda. Parecia irônica a ideia de um estado imerso em grave crise financeira oferecer um “timoneiro da economia do país”, entretanto, mesmo enfrentando problemas dessa ordem, “uma pasta de tamanha relevância para os gaúchos poria um fim definitivo nos antigos estranhamentos entre o Rio Grande do Sul e o governo federal”. Ao receber essa informação Gilberto Amado não demonstrou surpresa, e não teve dúvida de que Collor seria o escolhido a assumir o cargo, tendo como base sua atuação na Comissão das Finanças da Câmara e sua série de publicações detalhando a plataforma econômica do futuro governo, “programa que incluía uma ampla reforma financeira, com estabilização do câmbio e mudança da unidade monetária”<sup>104</sup>. Recusou o convite de Prestes de acompanhá-lo à residência do indicado, alegou que não poderia ir à casa de Collor: “não me dou com o homem”. Prestes então lhe comunicou que não iriam à casa de Collor, o escolhido para o

---

<sup>101</sup> REALE, 1991, p. 39.

<sup>102</sup> EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1990, p. 8-9.

<sup>103</sup> NETO, Lira. *Getúlio: Dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

<sup>104</sup> NETO, 2012, p. 330.



Ministério da Fazenda era outro gaúcho: Getúlio Vargas. Gilberto Amado não acreditou e declarou: “nem Nostradamus apostaria em Getúlio para a pasta da fazenda”<sup>105</sup>.

Neto expõe ainda que igual estranhamento foi expresso pelo deputado Arnolfo Azevedo ao Presidente Washington Luís, onde relatou que “desde o início a pasta da Fazenda estava de fato reservada para o Rio Grande do Sul e, de modo específico, para Lindolfo Collor”, entretanto seus assessores “havia advertido o presidente eleito de que Collor mantinha uma relação espinhosa com o presidente de São Paulo, Carlos de Campos, um dos principais avalistas da candidatura presidencial”, sendo esse o principal objetivo da escolha de Getúlio Vargas, como um “plano B”. Azevedo argumentou que Getúlio não era especialista em finanças e o objetivo do presidente era justamente realizar uma reforma financeira, Washington Luís então respondeu: “isto não tem a menor importância. Basta que eu entenda do assunto”<sup>106</sup>. Neto conta que o anúncio à imprensa de que o novo titular da pasta das finanças seria Getúlio Vargas, sofreu um bombardeio inevitável:

“O Ministro da Fazenda deve ser o homem no país que maiores conhecimentos tem sobre o assunto, sob pena dos mais graves desastres na matéria”, recriminou a Folha da Manhã em editorial publicado no dia exato da posse de Washington Luís. [...] O futuro ministro Getúlio Vargas, previa-se, iria arrastar o Brasil para um buraco sem fundo<sup>107</sup>.

Curiosamente o capítulo seguinte da obra de Lira Neto recebe como título: “*O Ministro da Fazenda não entende de finanças. Mas sabe tudo de política*”. Talvez faltasse a Collor a malícia do jogo político e sobrassem desavenças. Neste contexto Lindolfo Collor foi reeleito para a Câmara Federal, sendo o deputado proporcionalmente mais votado no Brasil<sup>108</sup>, em seguida foi convidado a pronunciar conferências na sede do *La Prensa* em Buenos Aires e em Santiago, na Universidade do Chile. Segundo Costa, Collor ausentou-se por aproximadamente dois meses e ao retornar ao Brasil foi recebido no Rio de Janeiro em 23 de novembro de 1926, por um “numeroso grupo de amigos e autoridades, entre os quais se destacavam Getúlio Vargas, recém-empossado como Ministro da Fazenda, Félix Pacheco, ex-Ministro das Relações Exteriores e diretor do *Jornal do Commercio*, senadores e deputados”<sup>109</sup>. Após duas semanas, precisamente em 9 de dezembro de 1926, candidatou-se à Academia Brasileira de

---

<sup>105</sup> NETO, 2012, p. 331.

<sup>106</sup> NETO, 2012, p. 332.

<sup>107</sup> NETO, 2012, p. 332.

<sup>108</sup> MELLO, 1988, p. 22.

<sup>109</sup> COSTA, 1990, p. 31-32.

Letras, propondo ocupar a vaga de Lauro Muller e tendo como concorrente Dom Aquino Correia, Arcebispo de Cuiabá e ex-governador do Mato Grosso. Costa relatou que “a vitória coube ao prelado não pela sua obra literária que era modestíssima, mas porque Collor era muito moço e a Academia levava em grande conta o fator idade”<sup>110</sup>. Em 1928, seguindo sua ação diplomática, integrou em fevereiro a Delegação Brasileira na VI Conferência Pan-Americana em Havana, onde posteriormente seu discurso foi publicado sob o título *José Martí*. Participou também, neste mesmo ano, da Conferência Interamericana do Comércio em Paris<sup>111</sup>.

### **Aliança Liberal e a Revolução de 1930**

O ano de 1929 foi categórico para política brasileira, vivíamos a aproximação das eleições presidenciais de 1930 e o Brasil estava em uma grave circunstância. O revezamento entre mineiros e paulistas na Presidência do país estava com os dias contados, Marly de Almeida Gomes Vianna<sup>112</sup> relatou que a produção cafeeira entrou numa crise sem volta, agravada pela quebra da Bolsa de Nova York em outubro de 1929. Assim, setores da economia não vinculados ao café, como aqueles ligados à produção e à exportação de carne no Rio Grande do Sul, foram fortalecidos. Segundo Reale, “o descontentamento era geral [...], segmentos da burguesia emergente e forte contingente do operariado urbano exigiam mudanças socioeconômicas que a oligarquia rural, detentora do poder, resistia em conceder”<sup>113</sup>. Definiasse a sucessão do Presidente Washington Luís, que não abria mão de Júlio Prestes, também paulista, como candidato a sucessor, tal fato colaborou para a organização de uma oposição à oligarquia cafeeicultora paulista, como era a vez de um presidente mineiro no rodízio, a insistência no nome de Júlio Prestes levou ao lançamento da campanha de outro candidato. O então Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, a quem caberia indicação para sucessão do cargo, “viu suas aspirações presidenciais perdidas” e concebeu um “plano que poderia, como de fato aconteceu, anular a manobra paulista”. Naquele período,

---

<sup>110</sup> COSTA, 1990, p. 32.

<sup>111</sup> EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1990, p. 8-9.

<sup>112</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Mudança de comando. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. P. 177 a 180.

<sup>113</sup> REALE, 1991, p. 45.

Minas Gerais era o “primeiro colégio eleitoral do Brasil”, seguida por São Paulo e o Rio Grande do Sul<sup>114</sup>.

O rompimento de Minas Gerais com São Paulo foi determinante. Um movimento apoiado pelos Presidentes da Paraíba e do Rio Grande do Sul foi organizado, estabelecendo uma oposição oficial à candidatura de Prestes. Segundo Costa, “para mobilizar a oposição contra o situacionismo foi assinado, em 17 de junho de 1929, um pacto [...] que recebeu a designação de Aliança Liberal”<sup>115</sup>. Indicando Getúlio Vargas como candidato a Presidente (então Presidente do Rio Grande do Sul) e João Pessoa (Presidente da Paraíba), como seu vice. Reale declarou que a adesão à Aliança Liberal foi total no Rio Grande do Sul, onde pela primeira vez os dois partidos sulistas se uniram e defenderam a mesma causa<sup>116</sup>. A obra editada em ocasião da Exposição do Centenário de Lindolfo Collor, organizado pelo Centro Cultural do Banco do Brasil também confirmou essa informação, de que “o quadro sucessório”, tornou-se ainda mais nítido “com a organização da Frente Única Gaúcha (F.U.G.) que uniu o Partido Republicano Riograndense (PRR) situacionista, com o Partido Libertador (PL) da oposição”<sup>117</sup>.

A Aliança Liberal teve o jornal *A Pátria* como órgão oficial na capital da República, matutino fundado por João do Rio. Collor assumiu sua direção em meados de 1929, tornando-se o porta-voz oficial da Aliança<sup>118</sup>, segundo Mello seus editoriais foram assinados com o pseudônimo de Gil Pereira e eram a voz da campanha aliancista<sup>119</sup>. Em 20 de setembro de 1929, na Convenção Nacional da Aliança Liberal, realizada no Palácio Tiradentes, para indicar oficialmente os candidatos aliancistas ao Catete, foi lido pelo deputado Raul Bittencourt o Manifesto da Aliança Liberal, autoria de Lindolfo Collor<sup>120</sup>. Destacamos entre os principais pontos do Manifesto da Aliança Liberal, a defesa de Collor quanto ao “respeito do bem público, acima dos interesses individuais”<sup>121</sup>, pois ele acreditava que para realizar uma modernização no país era necessário estabelecer “uma nítida diferença entre o que era de

---

<sup>114</sup> COSTA, 1990, p. 33.

<sup>115</sup> COSTA, 1990, p. 35.

<sup>116</sup> REALE, 1991, p. 45.

<sup>117</sup> EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1990, p. 9.

<sup>118</sup> COSTA, 1990, p. 35.

<sup>119</sup> MELLO, 1988, p. 22.

<sup>120</sup> REALE, 1991, p. 45.

<sup>121</sup> REALE, 1991, p. 47.

esfera pública e de esfera privada, abandonando-se os caprichos pessoais em benefício da coletividade”. Para que esse ideal fosse atingido o povo deveria “exercer sua soberania, com o fortalecimento da democracia representativa”<sup>122</sup>:

Em todo regime de pensamento livre, o direito político fundamental, o direito que paira sobre os demais, o direito dos direitos é o que assegura ao povo liberdade na escolha de seus governos [...]. Sem eleições honestas não há vida pública digna desse nome. [...] Na reforma de nosso sistema eleitoral a primeira condição a ser atendida deve ser a inscrição automática de eleitores, devendo desaparecer as dificuldades que se opõem ao alistamento<sup>123</sup>.

Segundo Reale, neste momento Collor recomendava a implantação do Código de Justiça Eleitoral, algo que aconteceria anos depois. Observamos a defesa ao sistema democrático, defesa esta que posteriormente o levará a prisões e exílios. Entretanto, o ponto mais importante do Manifesto da Aliança Liberal, foi a referência de Collor à Ordem Social, onde propôs “a incorporação do proletariado à sociedade moderna” e enfatizou:

Bem ao contrário da afirmação que corre como oficiosa, senão como oficial, de que o problema social no Brasil é uma questão de polícia, nós estamos convencidos e convencida está a nação inteira de que também aqui, como em todos os países civilizados, o problema social existe. Existe a questão social porque não poderia deixar de existir: existe nas cidades, nas vilas, nos campos, no comércio, nas indústrias urbanas, na lavoura, nas indústrias extrativas, existe por força da imigração que fugirá aos nossos portos, se não protegermos convenientemente os trabalhadores alienígenas. A existência da questão social entre nós nada tem de grave e de inquietador, ela representa um fenômeno mundial, é a demonstração de vida, de progresso. O que de inquietador e grave aparece no Brasil é a preocupação de ignorar oficialmente a existência de problemas dessa natureza e desse alcance<sup>124</sup>.

Prossegue o Manifesto apresentando propostas práticas de mudanças, que futuramente formariam a base do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

A proteção dos interesses dos operários deve ser completa. A conquista das oito horas de trabalho, o aperfeiçoamento e a ampliação das leis de férias, do salário mínimo, a proteção das mulheres, todo este novo mundo que se levanta, nos nossos dias em amparo do proletariado, deve ser contemplado pela nossa legislação<sup>125</sup>.

Este manifesto foi a base do programa de Governo do candidato da Aliança Liberal à Presidência da República, Getúlio Vargas, lido na Esplanada do Castelo, no encerramento da

---

<sup>122</sup> REALE, 1991, p. 49.

<sup>123</sup> COLLOR, Lindolfo. Manifesto da Aliança Liberal. Apud REALE, 1991, p. 49.

<sup>124</sup> COLLOR, Lindolfo. Manifesto da Aliança Liberal. Apud REALE, 1991, p. 49.

<sup>125</sup> COLLOR, Lindolfo. Manifesto da Aliança Liberal. Apud REALE, 1991, p. 51.

campanha eleitoral no dia 02 de janeiro de 1930. Costa relatou que neste momento atuava como repórter nos periódicos *O Jornal* e *Diário da Noite* sendo designado para fazer a cobertura deste acontecimento, os líderes aliancistas pretendiam realizar o lançamento da plataforma em ambiente fechado, num teatro, porque corriam boatos de que elementos do Governo promoveriam desordens para perturbar o comício, porém todas as portas dos auditórios possíveis para realização do comício estavam fechadas, uma ordem direta da Presidência da República. Foi então preparado às pressas um pequeno coreto na Esplanada, de onde Getúlio Vargas leu sua plataforma<sup>126</sup>, após a divulgação do Programa de Governo, a mobilização aliancista foi intensificada em todo País, “caravanas integradas por um grupo de grandes oradores percorreram os Estados divulgando o programa da oposição”<sup>127</sup>. Entretanto, a eleição de 1º de março de 1930, segundo versão oficial, conferiu vitória à chapa Júlio Prestes – Vital Soares, sendo a chapa da Aliança Liberal derrotada. Segundo Costa eram as eleições de então feitas, como se dizia, a “bico de pena” e vencia quem contasse com os Governos Estaduais, tendo Washington Luís dezessete governadores a seu favor, enquanto a Aliança contava apenas com Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba<sup>128</sup>. Tal resultado levou a Aliança Liberal a se articular e buscar outra forma de chegar ao poder.

Lindolfo Collor mantinha suas atividades e sua prática oratória na Câmara Federal, “entre seus brilhantes discursos marcou época uma oração pronunciada no dia seguinte ao assassinato de João Pessoa”, candidato a vice-presidente da campanha aliancista, morto num bar em Recife. Collor iniciou sua fala na Câmara com o questionamento: “Presidente da República, que fizeste do Presidente da Paraíba?”. Segundo Mello “aquele acontecimento lamentável, sublinhado pelo comentário oportuno e inteligente de Collor, foi o estopim da rebeldia contra a eleição de Júlio Prestes” e desfez “a indecisão do Rio Grande do Sul quanto à oportunidade de uma atitude de intransigência”, precipitando “o início da rebelião armada de 1930”<sup>129</sup>. O movimento revolucionário, segundo Vianna “abarcou vários períodos, foi seriamente contestado, reprimiu seus opositores, ganhou o apoio da classe operária e transformou a economia e o modo de se fazer política no país”. A Revolução consolidou a

---

<sup>126</sup> . Neste dia, Licurgo Costa, teve a oportunidade de conversar com Collor, “chamando-me ele a atenção para a mesquinha atitude do Governo Federal, obrigando o candidato da oposição a ler seu programa num palanque improvisado. E acrescentou: ‘Afinal foi melhor assim porque esta massa de milhares de assistentes não caberia em nenhum teatro’”. COSTA, 1990, p. 36.

<sup>127</sup> COSTA, 1990, p. 37.

<sup>128</sup> COSTA, 1990, p. 37.

<sup>129</sup> MELLO, 1988, p. 22-23.

vontade de transformação que a população brasileira tanto queria, excluindo a oligarquia cafeeira paulista e as demais oligarquias que dependiam do governo central. A sociedade apoiou com entusiasmo o movimento, que também abriu espaço para outras lutas políticas: “partidárias, parlamentares, sindicais, estudantis e militares”<sup>130</sup>. Vianna defendeu ainda que a Revolução de 1930 representou um marco em nossa história, especialmente porque na Primeira República nossa economia era essencialmente agrária e girava em torno da exportação do café, enquanto o poder político estava centralizado nas mãos dos grandes cafeicultores. Depois da Revolução o capitalismo e o clientelismo prevaleceram, mesmo que a reforma agrária não tenha acontecido<sup>131</sup>.

Lindolfo Collor participou da Revolução de 1930, especialmente como representante, relações públicas e embaixador do grupo revolucionário. Como afirma Costa, “a história da conspiração é longa e complexa”<sup>132</sup> e para este estudo não a descreveremos em detalhes, cabe apenas reviver os aspectos mais marcantes, principalmente aqueles em que Collor esteve presente<sup>133</sup>. Antes mesmo da eclosão da Revolução, Collor viajou para Minas Gerais e São Paulo com o objetivo de encontrar os revolucionários desses Estados. Seguindo posteriormente para o Rio de Janeiro com a missão de “convencer que os generais das guarnições da capital federal se mantivessem neutros ante a Revolução que se aproximava”<sup>134</sup>. No dia 03 de outubro de 1930, Collor já estava em Porto Alegre e participou do “Pelotão da Vanguarda”<sup>135</sup>, chefiando junto com Oswaldo Aranha a tomada do Quartel Geral do Exército, onde foi aprisionado o Comandante da Região Militar, General Gil de Almeida<sup>136</sup>. Após a tomada do Quartel, Collor não acompanhou as tropas que seguiriam de trem para o Rio de Janeiro, recebeu uma missão diferente. Viajou para Montevidéu e Buenos Aires, como enviado especial e Embaixador da Revolução, “para conseguir dos Governos do Prata o

---

<sup>130</sup> VIANNA, 2013, p. 177.

<sup>131</sup> VIANNA, 2013, p. 178.

<sup>132</sup> COSTA, 1990, p. 38.

<sup>133</sup> Neste mesmo trecho, Costa cita alguns dos participantes da Revolução de 1930, citando por ordem de idade: “[...] Olegário Maciel, Antonio Carlos, Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Miguel Costa, João Neves da Fontoura, Nereu Ramos, Maurício Cardoso, Virgílio de Mello Franco, Juarez Tavora, Gois Monteiro, Siqueira Campos, Juracy Magalhães, Batista Luzardo, Luis Carlos Prestes (no início), Lindolfo Collor, Oswaldo Aranha e João Alberto”. COSTA, 1990, p. 38.

<sup>134</sup> REALE, 1991, p. 51.

<sup>135</sup> COSTA, 1990, p. 39-40.

<sup>136</sup> MELLO, 1988, p. 23.

reconhecimento do Estado de Beligerância entre as duas facções que se enfrentavam”<sup>137</sup>. Com este reconhecimento os revolucionários teriam facilidades para a compra de armamento e munição, visto que ainda não se podia prever a duração de sua luta. O *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930* confirmou a informação de que Collor participou do desencadeamento do movimento revolucionário em Porto Alegre tendo viajado a Buenos Aires para adquirir armamentos. Declarou ainda que a revolução ganhou força com o apoio de outros líderes políticos e militares do Exército descontentes com a situação política vigente no país<sup>138</sup>.

Em 24 de outubro de 1930, Washington Luis foi deposto do governo e tomou posse uma Junta Militar Provisória, “integrada pelos Generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Almirante Isaias de Noronha”<sup>139</sup>. O exército que marchava do Rio Grande do Sul, sob o comando de Vargas apoderou-se de Santa Catarina e Paraná, devendo seguir para São Paulo quando então tomaram conhecimento dos sucessos no Rio de Janeiro. No dia 27 de Outubro com o chamado do General Tasso Fragoso, Lindolfo Collor retornou ao Brasil<sup>140</sup>. A 31 de outubro as tropas sulistas chegaram de trem no Rio de Janeiro e no 3º dia de novembro de 1930, Getúlio Vargas tomou posse como Chefe do Governo Provisório<sup>141</sup>, encerrando assim o ciclo histórico da Primeira República Brasileira<sup>142</sup>.

### **Primeiro Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC)**

No discurso realizado por Getúlio Vargas, em 03 de novembro de 1930, fora comunicada a intenção de instituir o Ministério do Trabalho, que atenderia a questão social e a defesa do operário urbano e rural. Vargas, porém, não era defensor do cumprimento imediato desta promessa, queria evitar “atritos com a classe patronal, sobretudo de São Paulo” que o

---

<sup>137</sup> COSTA, 1990, p. 40.

<sup>138</sup> DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lindolfo\\_collor](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lindolfo_collor). Acesso em 02/06/2011.

<sup>139</sup> COSTA, 1990, p. 41.

<sup>140</sup> MELLO, 1988, p. 23.

<sup>141</sup> EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1990, p. 10.

<sup>142</sup> COSTA, 1990, p. 42.

hostilizava por ter perdido o cargo à Presidência da República. Acreditava, assim, ser mais prudente adiar um pouco a criação do Ministério. Ofereceu então a Collor o Ministério das Relações Exteriores ou o Ministério da Fazenda, mas este recusou e defendeu que aceitaria apenas o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), conforme prometido e anunciado pela “Aliança Liberal”, e caso ele não fosse criado não se importaria em ficar fora do governo. Posteriormente incentivado por Flores da Cunha e Batista Luzardo, Vargas concordou com seus companheiros sobre a inconveniência de manter Collor fora do governo<sup>143</sup>, e afirmou: “vou fundar esse ministério para aquietar o alemão”<sup>144</sup>. Então no dia 26 de novembro de 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, através do Decreto nº. 19.433, confiado a Lindolfo Collor que assumiu oficialmente a nova pasta no dia 28 de novembro de 1930.

Nomeado, colocou em prática o programa sugerido através do Manifesto da Aliança Liberal e de numerosos artigos lançados ao longo de sua carreira. Inicialmente o “Ministério da Revolução”, como era chamado por Collor, funcionou “no antigo Pavilhão Britânico da Exposição do Centenário, transferindo-se logo depois para a Sede do Conselho Nacional do Trabalho na Praça da República”. Lindolfo Collor possuía um conhecimento teórico das questões trabalhistas e buscou pessoas experientes para formar sua equipe. Teve como auxiliares diretos participantes de movimentos socialistas que também atuaram em movimentos operários, como Evaristo de Moraes, Primeiro Consultor Jurídico do MTIC, e Joaquim Pimenta, Assessor Jurídico do Ministério. Políticos relacionados à causa trabalhista como Deodato Maia e Francisco Salles Filho, e como não poderiam faltar, jornalistas defensores das questões sociais, como, Horácio Cartier, Chefe de Gabinete; Aristides Casado; Aristóteles Luzardo e Carlos Cavaco<sup>145</sup>. Mello também citou outros companheiros de Collor nesta empreitada como, por exemplo, Agripino Nazaré, Heitor Moniz e o diplomata Heitor do Nascimento Silva “que, já havendo prestado valiosos serviços junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra, foi cedido pelo Ministério de Relações Exteriores para auxiliar na formação do Novo Ministério”<sup>146</sup>. Por fim convidou Jorge Street

---

<sup>143</sup> MELLO, 1988, p. 24.

<sup>144</sup> REALE, 1991, p. 61.

<sup>145</sup> REALE, 1991, p. 61.

<sup>146</sup> MELLO, 1988, p. 24.



para dirigir o Departamento Nacional da Indústria e Comércio e Afonso Bandeira de Mello para a direção do Departamento Nacional do Trabalho<sup>147</sup>.

Reale declara que Collor era um homem para quem o pensamento estava sempre relacionado a ação, Costa defendeu que Collor tinha pressa e que “em pouco mais de um ano levantou o sólido arcabouço da Legislação do Trabalho”<sup>148</sup>, decidindo agir de forma pragmática e atacando “os problemas trabalhistas mais prementes”. Ainda segundo Reale, “a crise econômica provocara um grande desemprego, agravado pela presença, sobretudo na capital federal, de numerosos soldados revolucionários, agora sem ocupação”<sup>149</sup>. Assim, os primeiros decretos buscavam solucionar este “problema conjuntural” e em 12 de dezembro foi estabelecida a lei 19.482, que limitava a entrada “no território nacional de passageiros de terceira classe” e obrigava as empresas brasileiras a empregarem ao menos “2/3 de brasileiros natos em seus quadros”. Collor justificava que essas normas existiam “mesmo em países de tradição imigratória e que visavam não só proteger o trabalhador nacional, mas também impedir a entrada de elementos indesejáveis”<sup>150</sup>.

O *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930* descreveu que Collor realizou profundas alterações no tratamento da questão social no país, “ocupando-se do reconhecimento de entidades sindicais, da constituição de juntas de conciliação para os conflitos entre patrões e empregados, da regulamentação da jornada diária de trabalho, do trabalho feminino e infantil, entre outros aspectos”<sup>151</sup>. Lindolfo Collor assinou também decretos quanto “à aplicação dos fundos das caixas de aposentadoria e pensões, até então limitadas às empresas ferroviárias, portuárias e marítimas, estendendo esse benefício a outras categorias profissionais”<sup>152</sup>. Elaborou ao todo 12 decretos-leis, seus projetos eram encaminhados ao Presidente acompanhados com as exposições dos motivos para suas criações, apontando as necessidades desses decretos em favor da proteção do operariado, bem como, as bases utilizadas nos países mais adiantados do mundo. Mello explicou que muitos

---

<sup>147</sup> REALE, 1991, p. 65.

<sup>148</sup> COSTA, 1990, p. 44.

<sup>149</sup> REALE, 1991, p. 65.

<sup>150</sup> REALE, 1991, p. 69.

<sup>151</sup> *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lindolfo\\_collor](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lindolfo_collor). Acesso em 02 Jun. 2011.

<sup>152</sup> EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1990, p. 10.

desses documentos se perderam na mudança do Ministério do Trabalho do Rio de Janeiro para Brasília, restando “poucos originais dos decretos-leis assinados por Vargas e Collor”<sup>153</sup>.

Costa relatou que “para festejar o final do planejamento e iniciar, na prática, a execução da obra [...]”, Collor decidiu criar o primeiro sindicato, “convocando as classes a que sempre pertencera e que lhes deram a projeção que o levou a ser o primeiro Ministro do Trabalho da América Latina: a dos jornalistas e a dos escritores”<sup>154</sup>. Assim, no começo de 1931 foi criada a União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal (UTLJ), sendo o primeiro sindicato no Brasil. Entretanto, a vida de Collor frente ao Ministério do Trabalho não foi apenas de conquistas. Precisou enfrentar “comunistas, que contavam com as injustiças sociais para levar o povo à revolta e seu partido ao poder”, e teve que vencer especialmente “a animosidade de alguns de seus companheiros revolucionários”, como por exemplo, os tenentes, membros do “Club 3 de outubro”, que não apoiavam seu trabalho”<sup>155</sup>. Segundo Reale, Collor precisou agir com muita cautela e diplomacia para atingir seus objetivos, conforme relato:

Trabalhávamos sob três fogos cruzados: o dos reacionários, convencidos de que a questão social no Brasil não passava de um caso de polícia, o de vários setores proletários, mal inspirados por elementos extremistas, adeptos do lema, “quanto pior, melhor” e, finalmente, o de próprios companheiros de governo e figuras de destaque, contrárias à grande obra de renovação social<sup>156</sup>.

Porém, a hostilidade foi sentida entre os companheiros de governo, “algumas das mais destacadas lideranças políticas”, que mais inquietaram Lindolfo Collor. Costa apresentou uma versão sobre esses fatos que permite ampliar nosso olhar e uma avaliação diversa deste momento vivido pelo Ministro do Trabalho. Costa argumentou que após a vitória da “Revolução de 30”, e pós quatro anos de governo de Getúlio Vargas entregaria a presidência ao seu sucessor, não sendo outra a expectativa da época, começaram então os diferentes grupos a se organizar para lançarem seus respectivos candidatos à Presidência. Assim, não era difícil “identificar os aspirantes ao cargo”, como por exemplo, “Oswaldo Aranha, Góis Monteiro, Flores da Cunha e, talvez, Juarez Távora”, entretanto, conforme o autor esses nomes surgidos da Revolução tinham escassa projeção nacional, porém, entre eles, “na equipe governamental, havia alguém cujo nome, há muitos anos desfrutava de alto conceito em todo

---

<sup>153</sup> MELLO, 1988, p. 24.

<sup>154</sup> COSTA, 1990, p. 44-45.

<sup>155</sup> MELLO, 1988, p. 24.

<sup>156</sup> COLLOR, Lindolfo, apud, REALE, 1991, p. 73.

país”, tratava-se de Lindolfo Collor. Seguindo a defesa apresentada por Costa, somava-se às características acima a atuação de Collor como Ministro do Trabalho. Surgiu então um combate à sua atuação, inicialmente por parte das classes patronais e posteriormente vindo de seus eternos inimigos, os “Tenentes” do “Club 3 de Outubro”. Collor observava “as manobras subterrâneas que visavam à sua derrubada” e concomitantemente a essa situação notava também o “crescente rigor na censura à imprensa”, assim, “o autor do manifesto da Aliança Liberal, o jornalista e o parlamentar que defendera a liberdade de manifestação de pensamento, não poderia concordar como o que estava acontecendo”<sup>157</sup>.

Chegamos então ao evento que, motivou seu pedido de renúncia, além da censura aos órgãos da imprensa, conforme citado, acontecia também um movimento em prol da convocação de uma Assembleia Constituinte que crescia em todo país. Assim fora publicado um artigo de J. E. de Macedo Soares, no jornal *Diário Carioca* em defesa da necessidade da convocação da Constituinte<sup>158</sup> e aconteceu que em determinada noite, os “Tenentes que haviam ajudado a fazer a Revolução de 30 e perturbavam a atuação do Governo Provisório, empastelaram<sup>159</sup> o *Diário Carioca*, prestigioso matutino que iniciara uma campanha pela convocação da Constituinte”<sup>160</sup>. Apesar da gravidade do ato, nenhuma atitude foi instaurada contra seus atores, assim, “Collor já de ânimo abalado pela oposição cada vez mais enérgica que sentia, considerou que não poderia continuar a pertencer a um Governo que descumpria compromissos assumidos perante a opinião pública” e formalmente realizou seu pedido de demissão do cargo de Ministro no dia 3 de abril de 1932. Segundo Costa, Collor preferiu “o ostracismo a transigir com o que feria sua consciência de homem público”<sup>161</sup>. Outros membros também deixaram o governo neste mesmo dia: Maurício Cardoso, Ministro da Justiça; Batista Luzardo, Chefe de Polícia do Distrito Federal; e João Neves da Fontoura, Consultor Jurídico do Banco do Brasil. Segundo Mello, viajaram todos juntos para Porto Alegre na madrugada de 4 de março de 1932. Neste mesmo momento era “levada ao Palácio Rio Negro, em Petrópolis, pelo Professor Joaquim Pimenta, a carta de demissão do Ministro do Trabalho”<sup>162</sup>.

---

<sup>157</sup> COSTA, 1990, p. 48.

<sup>158</sup> REALE, 1991, p. 75.

<sup>159</sup> O mesmo que fechar ou interditar.

<sup>160</sup> COSTA, 1990, p. 48.

<sup>161</sup> COSTA, 1990, p. 49.

<sup>162</sup> MELLO, 1988, p. 26.

Vale neste momento uma reflexão: muitos teóricos dos estudos e escritos biográficos recriminam a narrativa linear, entretanto, mesmo que tenhamos escolhido seguir uma lógica cronológica, observamos que a trajetória de Collor não seguiu nenhuma linearidade, suas idas e vindas entre cargos no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, como jornalista ou em sua atuação política; sua possível escolha como Ministro da Fazenda, participação na Aliança Liberal e Revolução de 1930, envolvido em processos de mudanças políticas do nosso país; sua indicação como Primeiro Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e sua demissão por discordar dos caminhos que agora segue aquele regime revolucionário que ele auxiliou a fundar. Vavy Pacheco Borges nos ajudou compreender melhor essa questão:

Como nós, nossos personagens históricos não são modelos de coerência, de continuidade, de racionalidade; como para nós, as tensões entre o vivido e o que foi imaginado e desejado são fundamentais em suas vidas. E, para eles, como para nós, há uma parte indecifrável do aleatório, do imprevisível, do misterioso da vida (a não ser que acreditemos em alguma espécie de “Divina Providência”)<sup>163</sup>.

A trajetória de Collor seguirá a partir deste episódio muitos percalços. Sua insatisfação com o governo o levará a diferentes caminhos e inesperáveis experiências.

### **Revolução Constitucionalista / Exílio na América do Sul / *Modus Vivendi***

De volta a Porto Alegre, organizaram ativamente um movimento de reação à tendência ditatorial do Governo Provisório<sup>164</sup>. Collor participou junto com seus companheiros João Neves, Batista Luzardo e Maurício Cardoso “da conspiração que visava o retorno do país à ordem constitucional”<sup>165</sup>. Representados pela Frente Única do Rio Grande do Sul e articulados à Frente Única Paulista irrompeu no Brasil a “Revolução Constitucionalista” de 1932. Inesperadamente, porém, após o início da Revolução, o interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, seguiu posição contrária à defendida pelas Frentes, colocando-se ao lado do Governo Ditatorial, seguindo o posicionamento de Getúlio Vargas. Atitude esta que

---

<sup>163</sup> BORGES, Vavy Pacheco. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel e BREPOHL, Marion (Org.). *Figurações do outro*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p.225 a 238.

<sup>164</sup> MELLO, 1988, p. 26.

<sup>165</sup> REALE, 1991, p. 79.

“decidiu a sorte do movimento armado em favor do governo central”<sup>166</sup>. Após a derrota da Revolução Constitucionalista, para evitar a prisão, Collor enganou a “vigilância policial, que logo foi estabelecida em torno dos conspiradores”, deixando seu “apartamento na Praça da Alfândega, em Porto Alegre”<sup>167</sup>, atravessou a fronteira pelo Rio Uruguai e refugiou-se em Passo de Los Libres, na Argentina. Coube a Collor a tarefa de escrever um “Manifesto ao Rio Grande do Sul, a São Paulo e à Nação”, a 15 de outubro de 1932, assinado também por Raul Pilla, Batista Luzardo e João Neves da Fontoura. Segundo Mello, esse documento “impresso em folhetos que foram enviados sigilosamente ao Rio Grande do Sul, relatou todo o processo da conspiração anterior à Revolução Constitucionalista de São Paulo e atribuiu a responsabilidade da derrota ao interventor do Rio Grande do Sul”<sup>168</sup>.

Junto à sua família Collor esteve exilado por mais de um ano, morou em Montevideú, Buenos Aires, Lima e Assunção<sup>169</sup>. Em 1933 manteve sua atuação jornalística na frente de operações da Guerra do Chaco, no Paraguai, e escreveu a respeito uma série de artigos publicados no *La Prensa*, de Buenos Aires e *O Jornal* do Rio de Janeiro. Em 1934, representando a diretoria da Companhia Sul América, viajou pelas cidades de Lima, Quito e La Paz, “ocasião em que teve a missão de regularizar a situação das carteiras da empresa naqueles países”<sup>170</sup>. Beneficiado pela anistia decretada por Getúlio Vargas, Collor retornou ao Brasil em setembro de 1934. Seu retorno pós-exílio foi também a retomada de suas atividades políticas, candidatou-se à representação rio-grandense na Assembleia Constituinte, entretanto sem êxito, especialmente por oposição de Flores da Cunha então Governador do Rio Grande do Sul<sup>171</sup>. Decidiu voltar ao Rio de Janeiro e ocupar novamente a direção da Cia Sul América ao lado do também diretor Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, entre outros<sup>172</sup>.

Em 1936 Flores da Cunha propôs um governo de coalisão com a “união de todos os gaúchos num movimento denominado *Modus Vivendi*”<sup>173</sup>. Segundo Mello o objetivo “era unir forças políticas no seu Estado”, especialmente porque a “divisão dessas forças favorecia as manobras

---

<sup>166</sup> MELLO, 1988, p. 26-27.

<sup>167</sup> MELLO, 1988, p. 27.

<sup>168</sup> MELLO, 1988, p. 27-28.

<sup>169</sup> COSTA, 1990, p. 51.

<sup>170</sup> REALE, 1991, p. 83.

<sup>171</sup> MELLO, 1988, p. 28.

<sup>172</sup> EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1990, p. 10.

<sup>173</sup> REALE, 1991, p. 85.

personalistas de Vargas, e que era preciso dar à voz do Rio Grande do Sul maior eco no âmbito nacional”<sup>174</sup>. Collor aceitou então o cargo de Secretário de Finanças, nomeado em 3 de fevereiro de 1936, sendo o representante do Partido Republicano Rio-grandense neste governo de coalizão<sup>175</sup>. Porém, um grupo dentro do PRR discordou deste movimento e manteve “um clima de tensão que motivou o rompimento do *Modus Vivendi*” em 14 de novembro de 1936. Collor decidiu deixar o PRR, fundando no dia 04 de março de 1937, o Partido Republicano Castilhistas, com o objetivo de “reaproximar-se das suas fontes autênticas, ou seja, a doutrina de Júlio de Castilhos”. Em 1937 manifestou-se a favor da candidatura presidencial do governador paulista Armando Sales de Oliveira às eleições de janeiro de 1938, as quais não se realizaram devido ao golpe de 10 de novembro, que instalou o “Estado Novo” no Brasil, “suprimindo novamente o Congresso Nacional, a constituição, e as eleições já próximas”<sup>176</sup>.

Após o golpe, Collor abandonou o cargo de Secretário de Finanças e viajou com a família para a cidade de Canela, próximo à capital gaúcha Porto Alegre. Permaneceu nesta cidade por aproximadamente quatro meses, de novembro de 1937 a março de 1938, e dedicou-se a escrita da obra *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, segundo Costa “uma das mais completas sobre o episódio Farroupilha”<sup>177</sup>. Encerrada a redação do livro, retornou ao Rio de Janeiro e manteve seu ataque e oposição ao regime do “Estado Novo”. No período de abril a outubro Collor foi preso três vezes, na primeira vez acusado de participação na conspiração da Ação Integralista Brasileira (AIB)<sup>178</sup>, uma tentativa de golpe de estado contra Getúlio Vargas. Depois sem qualquer prova foi recolhido incomunicável no Quartel da Polícia Militar e por fim, preso na Casa de Detenção e posteriormente transferido doente para o Hospital Militar<sup>179</sup>.

<sup>174</sup> MELLO, 1988, p. 28-29.

<sup>175</sup> REALE, 1991, p. 87.

<sup>176</sup> MELLO, 1988, p. 29-30.

<sup>177</sup> COSTA, 1990, p. 51-52.

<sup>178</sup> O historiador René E. Gertz nos explica que:

“Nos anos de 1920-1930, com a ascensão do fascismo na Itália e do Nazismo na Alemanha, movimentos congêneres surgiram em várias partes do mundo. No Brasil, o escritor Plínio Salgado criou a Ação Integralista Brasileira (AIB), que apresentava semelhanças com o fascismo europeu. Tinha organização militarizada e seus adeptos usavam uniforme com camisa verde e uma braçadeira com a letra grega sigma, ao estilo da suástica nazista. A AIB conservava, no entanto, algumas diferenças em relação ao nazismo. Num país de mestiços, não insistia, por exemplo, na pureza racial, o que não impediu que o segundo homem na cúpula do partido depois de Salgado, Gustavo Barroso, fosse um fervoroso antisemita”.

Fonte: GERTZ, René E. Nazismo Tropical. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p.187 a 191.

<sup>179</sup> COSTA, 1990, p. 60.

O historiador José Murilo de Carvalho<sup>180</sup> declarou que assassinatos com motivações políticas “não foram raros durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945)”<sup>181</sup>. Segundo Carvalho, existem referências a assassinatos nas revoltas comunistas de Natal e Recife no ano de 1935 e nas delegacias de polícia, especialmente na sede da Polícia Central, no Rio de Janeiro e nas casas de Detenção e Correção. “Mas, graças à censura, poucos desses crimes vieram a conhecimento público”, “quase todos foram abafados nos porões das delegacias”<sup>182</sup>.

Em outubro de 1938, uma inusitada intimação surpreendeu a família Collor, seguindo a ordem do Chefe de Polícia, Coronel Filinto Muller, Lindolfo deveria deixar o país em 24h. As motivações que o levaram ao exílio não são claras, o que sabemos são informações fragmentadas e escritos particulares. Como por exemplo, na biografia escrita por sua filha Leda Collor de Mello, explica que D<sup>a</sup> Hermínia indagou ao policial mensageiro da intimação o motivo daquela medida e recebeu como resposta: “Não temos nenhuma acusação contra ele, mas o nome de seu marido é uma bandeira e precisamos tê-lo sob custódia num momento como este”<sup>183</sup>, informações apresentadas também por Costa e Reale. Mello declarou ainda que “ao mesmo tempo em que saíam para o exílio, por Santos e Salvador, os líderes udenistas Armando de Salles Oliveira e Otávio Mangabeira, Collor embarcou no Rio de Janeiro em novembro de 1938, com destino à Alemanha”<sup>184</sup>. Neste ponto já podemos identificar algumas contradições, se Collor deveria deixar o país em 24 horas e a intimação fora recebida em outubro, por que apenas em novembro ele embarca para Alemanha? Outro motivo que nos leva a essa confrontação foi uma nota publicada no *Diário de Notícias*, na edição de 29 de outubro de 1938, sob o título *Políticos que vão deixar o país*, informou:

Conhecida já há alguns dias, foi ontem divulgada pela imprensa a notícia do próximo embarque, para a Europa, de vários políticos brasileiros. O Sr. Otávio Mangabeira deve embarcar hoje, na Bahia; [...] O Sr. Lindolfo Collor partirá a 3 de novembro, pelo “Monte Oliva”, devendo seguir, até o dia 5, os Srs. Arthur Bernardes, Armando de Salles, Mario Brant e Júlio Mesquita Filho<sup>185</sup>.

<sup>180</sup> CARVALHO, José Murilo de. Nos porões do Estado Novo. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 192 a 196.

<sup>181</sup> CARVALHO, 2013, p. 192.

<sup>182</sup> CARVALHO, 2013, p. 193.

<sup>183</sup> MELLO, 1988, p. 30.

<sup>184</sup> MELLO, 1988, p. 30.

<sup>185</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, Sábado, 29 de Outubro de 1938. Ano IX, Número 3910. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&PagFis=37559&Pesq=Collor](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&PagFis=37559&Pesq=Collor). Acesso em: 10/08/2014.

As edições seguintes do *Diário de Notícias*, nos dias 01 e 04 de novembro citaram novamente em uma breve nota os políticos que seguem para Europa e seus respectivos países de desembarque. Os motivos não foram informados. O nome de Lindolfo Collor consta novamente nessas notas, o que nos leva a concluir que seu embarque aconteceu no dia 04 de novembro de 1938 e que “Monte Oliva” foi o navio no qual viajou para Europa. Na edição do dia 20 de novembro de 1938 encontramos a informação de que Collor chegou a Lisboa, onde o esperavam o Sr. Otavio Mangabeira. Em 24 de novembro de 1938, outra nota declarou que Collor seguiu para Paris no vapor “Cap Norte”<sup>186</sup>. Após esta data apenas no dia 19 de março de 1939 teremos novamente notícias de Collor no *Diário de Notícias*, já apresentando seu primeiro artigo como correspondente internacional. Na publicação do dia 13 de abril de 1939, o editor informou que fora combinado com Collor, “antes de seu embarque para o velho mundo”<sup>187</sup>, a remessa regular de uma série de correspondências aéreas sobre os acontecimentos do qual seria testemunha direta. O que nos leva a concluir que Collor já saiu do Brasil para seu exílio com o objetivo de acompanhar e escrever artigos sobre os acontecimentos que presenciaria no continente europeu.

---

<sup>186</sup> Diário de Notícias. Rio de Janeiro, Quinta-Feira, 24 de Novembro de 1938. Ano IX, Número 3931.

Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&PagFis=37559&Pesq=Collor](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&PagFis=37559&Pesq=Collor). Acesso em: 10 Ago. 2014.

<sup>187</sup> Diário de Notícias. Rio de Janeiro, Quinta-Feira, 13 de Abril de 1939. Ano IX, Número 5048. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&PagFis=37559&Pesq=Collor](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&PagFis=37559&Pesq=Collor). Acesso em: 10 Ago. 2014.



## **CAPÍTULO 2: UM JORNALISTA BRASILEIRO TESTEMUNHA DO REGIME HITLERISTA**

Em 1918 com o fim da Primeira Guerra Mundial notamos muitas mudanças nas relações internacionais, não podemos apresentar a configuração do estado alemão em 1939, ano em que Lindolfo Collor chegou à Europa para exílio, sem mencionar as consequências que este conflito trouxe ao continente. René Rémond escreveu que a Primeira Guerra Mundial atingiu inúmeras nações, direta ou indiretamente: “alterou regimes, transformou economias, modificou sociedades, alternou o sistema de forças”<sup>188</sup>. Politicamente, durante os quatro anos de duração, a guerra transformou as relações entre o poder e os indivíduos e as relações entre os próprios poderes públicos, que foram modificadas mais do que todo o século que se escoou após a derrota de Napoleão<sup>189</sup>. Relatou também que o predomínio europeu foi abalado, os anos de conflito permitiram a rápida ascensão dos outros continentes, obrigados a conviver sem os fornecimentos europeus, ou as contribuições solicitadas pela Europa para o seu esforço de guerra, os países foram levados a industrializar-se, “inverteu-se o balanço das contas: de credora, a Europa passou a devedora”<sup>190</sup>. Entretanto, Rémond defendeu que as mudanças territoriais foram as consequências mais aparentes, o mapa europeu foi consideravelmente modificado<sup>191</sup>, a nova divisão territorial significou o recuo do germanismo e o progresso dos Estados Eslavos, em decorrência, mudou profundamente o equilíbrio das forças e dos blocos étnicos no interior da Europa<sup>192</sup>.

Duroselle pensa as consequências da Primeira Guerra Mundial segundo as transformações na Rússia e o papel dos Estados Unidos pós “Grande Guerra”. O autor dedicou um capítulo de sua obra ao que chamou de “Paz Frustrada”, pois considerou que a grande consequência da Primeira foi justamente, a Segunda Guerra Mundial. Entendeu por “Paz Frustrada” o período posterior ao conflito: dos resultados da paz de compromisso, as transformações internas dos Estados, o estabelecimento do fascismo na Itália e o advento do nazismo. Sobre a Alemanha avaliou que havia “lado a lado com a massa ávida por paz, os germes substanciais nacionalistas, furiosos com a derrota, os sacrifícios territoriais, as reparações, a limitação de

---

<sup>188</sup> RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 1974. P. 15.

<sup>189</sup> RÉMOND, 1974, p.40.

<sup>190</sup> RÉMOND, 1974, p.43.

<sup>191</sup> RÉMOND, 1974, p.29.

<sup>192</sup> RÉMOND, 1974, p.32.

armamentos”<sup>193</sup>. Para Hitler foi a oportunidade de lançar sua ofensiva política, segundo Duroselle: o começo da “Era da Incerteza”<sup>194</sup>.

O historiador Francisco Ferraz<sup>195</sup>, corrobora com Duroselle de que as origens da Segunda Guerra Mundial remontam às consequências da então “Grande Guerra”. Declarou que “em nenhum país essas tensões tornaram-se tão agudas como na Alemanha”<sup>196</sup>, derrotados, os alemães foram submetidos à perda de territórios, ao pagamento de “reparações de guerra” e à redução de suas forças armadas. Tais medidas provocaram grande ressentimento em boa parte da população, somando ainda as crises econômicas das décadas de 1920 e 1930, que abriram o caminho para a ascensão do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores, ou comumente conhecido como Partido Nazista<sup>197</sup>. Desde a ascensão de Hitler ao poder em 1933, foram desenvolvidas políticas de exaltação da nacionalidade germânica e de perseguição sistemática aos judeus e comunistas alemães, os grandes “responsáveis” por trair a Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Ainda segundo os nazistas, a Alemanha deveria, pela superioridade racial de seu povo, tornar-se a principal nação da Europa e do mundo. Para tanto, deveria desenvolver-se internamente, preparando para recuperar os territórios dos povos considerados inferiores, principalmente no Leste Europeu, e depois em várias partes do globo.

Norbert Elias, filho de judeus alemães, precisou fugir de seu país em 1933 para França e posteriormente para a Grã-Bretanha, tendo sido “uma testemunha ocular que presenciou, por cerca de noventa anos, os acontecimentos relatados à medida que se desenrolavam”:

O quadro de eventos elaborado por alguém que é pessoalmente afetado por eles difere usualmente, de modo característico, daquele que se forma quando observados com a imparcialidade e o distanciamento de um pesquisador. [...] Algo semelhante ocorre com o ponto de vista de um pesquisador que também vivenciou os eventos que está estudando. [...] É mais fácil, em princípio, reconhecer os elementos compartilhados do *habitus* nacional no caso de outros povos do que no daquele a que se pertence<sup>198</sup>.

---

<sup>193</sup> DUROSELLE, 1992, p. 92.

<sup>194</sup> DUROSELLE, 1992, p. 96.

<sup>195</sup> FERRAZ, Francisco César Alves. *Os brasileiros e a segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

<sup>196</sup> FERRAZ, 2005, p. 9.

<sup>197</sup> Conhecido assim devido à pronúncia alemã das primeiras sílabas de *Nationatsozialistische Deutsche Arbeiter Partei*.

<sup>198</sup> ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 15.

O objetivo de Elias em *Os alemães*<sup>199</sup> foi compreender a ascensão do nacional-socialismo, apontando que “as características do *habitus*<sup>200</sup>, da idiosincrasia, da personalidade, da estrutura social e do comportamento do alemão” combinaram para produzir a ascensão de Hitler, de modo que os genocídios nazistas podem ser compreendidos como resultantes do passado da Alemanha. Segundo Elias, “[...] para os alemães, uma existência à sombra de um passado mais grandioso nada tem de novidade”, para explicar esta afirmação o autor recuou à história medieval onde o império alemão, e particularmente alguns dos mais notáveis imperadores medievais, viveram por muito tempo como símbolos de uma “Grande Alemanha” que se perdera, e justamente por esse posicionamento, havia também uma secreta aspiração à supremacia na Europa. Entretanto, o processo de formação não acompanhou o ritmo dos processos de outros Estados Europeus, como exemplificados a seguir:

No caso de países como a França, Inglaterra, Suécia e até a Rússia, a sociedade medieval de Estados feudais passou por um contínuo processo de transformação em Estados do tipo mais compactamente integrado de monarquia absoluta, que era usualmente mais forte nas lutas de poder. Na Alemanha, o equilíbrio de forças afastou-se gradualmente do nível de integração representado pelo imperador e inclinou-se a favor do de príncipes regionais. Em contraste com crescente centralização do poder em outros países europeus, o império germânico (ou Sacro Império Romano) sofreu a decadência do poder central.

O caso dos Habsburgo mostra com muita clareza de que forma o seu poder como imperadores passou a depender cada vez mais dos recursos que sua própria base de poder alodial ou familiar colocava à disposição deles. No transcorrer dos séculos, o Estado imperial medieval foi perdendo cada vez mais sua função. Já no século XVIII as lutas de eliminação eram deflagradas no interior de suas fronteiras entre os reis da Prússia e os governantes Habsburgo da Áustria. A Prússia, sob a liderança de Bismarck, reiniciou-as no século XIX. Muito claramente, as lutas eram em torno da hegemonia dentro das fronteiras do antigo império alemão. Quando a Prússia venceu a guerra de 1866, os governantes austríacos dissolveram seus vínculos com a Confederação Germânica, descartaram a inútil concha do velho Sacro Império e passaram a identificar-se daí em diante como imperadores da Áustria<sup>201</sup>.

Elias também chamou atenção para a devastação causada no Século XVII pela Guerra dos Trinta Anos, um período onde muitos Estados vizinhos se converteram em monarquias centralizadas e internamente pacificadas, provando que a deficiente integração do Sacro Império foi a mais importante fraqueza de sua estrutura e um convite às invasões:

---

<sup>199</sup> Uma tentativa de escrever “a biografia de uma sociedade-estado”, neste caso a Alemanha.

<sup>200</sup> Para Nobeit Elias o significado de *habitus*: “segunda natureza ou saber social incorporado”.

<sup>201</sup> ELIAS, 1997, p. 18.

Depois dos choques internos entre os príncipes regionais protestantes reinantes e a casa imperial católica, e as desgastantes guerras religiosas do século XVI, a Alemanha seiscentista tornou-se importante arena de guerra onde os líderes e os exércitos de outros países católicos e protestantes travavam suas batalhas pela supremacia. E os exércitos de magnatas regionais também se guerreavam uns aos outros em território alemão. Todos eles precisavam de alojamentos e alimentos provenientes dos campos. A insegurança cresceu. Bandos vagavam pela terra, pilhando, queimando e matando. Uma elevada proporção do povo alemão empobreceu. Especialistas calculam que durante a Guerra dos Trinta Anos a Alemanha perdeu um terço de sua população<sup>202</sup>.

Para Elias, no contexto do desenvolvimento alemão, esses trinta anos de guerra representaram uma catástrofe, deixaram marcas permanentes no *habitus* nacional, significando um período de empobrecimento, inclusive cultural, e de crescente brutalidade entre as pessoas. Contrariamente, na memória dos franceses, ingleses e holandeses, o século XVII é descrito como um dos mais brilhantes em relação ao seu desenvolvimento, um período de grande criatividade cultural e de crescente pacificação e civilização. Posteriormente, no século XIX, os exércitos de Napoleão invadiram a Alemanha, na tentativa de unificar a Europa sob a soberania francesa, novamente, uma demonstração de fraqueza comparada a Estados vizinhos mais centralizados. Por fim a derrota de 1918, uma “experiência inesperada e altamente traumática”, que foi sentida como um regresso ao tempo da fraqueza alemã:

Estava em risco todo o processo de recuperação da Alemanha. Muitos membros das classes média e superior — talvez a grande maioria — sentiram que não poderiam viver com tamanha humilhação. Concluíram que deviam preparar-se para a guerra seguinte, com melhores chances de uma vitória, mesmo que, no começo, não estivesse claro como isso poderia ser feito<sup>203</sup>.

Chegamos ao ponto central da ascensão de Hitler, entretanto para compreender esse processo, é importante ressaltar que os grupos apoiadores da República de Weimar, vigente naquele período, “eram, desde o começo, muito restritos”. Compreendia uma massa de trabalhadores sociais-democratas e um número decrescente de membros das classes médias liberais, incluindo numerosos judeus, estando a maior parte das classes médias e superiores do outro lado. Elias explicou que a comunicação com os membros jovens e velhos dessas classes dominantes tradicionais era difícil e não possuíam condições, por conta própria, de iniciar um movimento de rescisão do Tratado de Versalhes e, em última instância, provocar uma guerra

---

<sup>202</sup> ELIAS, 1997, p. 19.

<sup>203</sup> ELIAS, 1997, p. 20.

revanchista. Robert Gellately<sup>204</sup> confirmou que os anos precedentes a 1933 foram difíceis para a Alemanha:

O Parlamento da República de Weimar estava dividido entre mais de uma dúzia de partidos políticos, e desde o início da Grande Depressão em 1929 os chanceleres alemães dependiam cada vez mais dos poderes emergenciais do presidente para aprovar leis. No final de 1932, quando a crise no país se aprofundou e o governo ficou imobilizado, um grupo de conservadores influentes disse ao presidente Paul Von Hindenburg que a liderança de Adolf Hitler seria um modo de lidar com a crise social, econômica e política que se avolumava<sup>205</sup>.

Assim, segundo Elias, com o objetivo de “mobilizar alguns setores das massas”, essas classes buscavam “um homem cujas estratégias bélicas e retórica estivessem mais de acordo com suas necessidades”:

Vislumbrou-se a realização de um sonho em que, depois do primeiro império medieval, o Sacro Império Romano da Nação Germânica, e depois do Segundo Império (*Kaiserrách*) criado por Bismarck e destruído com a derrota militar em 1918, um Terceiro Império — o *Terceiro Reich* — surgiria sob a liderança de Adolf Hitler<sup>206</sup>.

Hitler foi nomeado em 30 de janeiro de 1933, aos 43 anos, era considerado jovem para assumir o cargo, e, fora a liderança de seu partido desde 1920, não havia ainda ocupado nenhuma posição de responsabilidade política. Os homens ao redor do presidente e as elites sociais apoiaram Hitler como um líder interino, ou pelo menos o viram como um mal necessário. Acreditavam que desprovido de experiência política, Hitler não seria capaz de se afirmar muito e que assim manteriam o controle fundamental. De fato, homens como o ex-chanceler Franz Von Papen consideravam que o limitado histórico de Hitler na política, combinado com sua rara capacidade de se conectar com as massas, representava uma oportunidade única. Hitler tinha ainda outras vantagens: o ardor para revisar o Tratado de Paz de 1919 e expandir as Forças armadas; e sua resoluta oposição ao comunismo<sup>207</sup>.

Inicialmente Hitler era meramente o “líder de um governo de coalizão num país tomado por problemas políticos, econômicos e sociais” e que ainda precisaria se preparar para uma eleição iminente. Entretanto, segundo Gellately, nenhum desses problemas “desviou sua atenção dos planos ambiciosos que tinha em mente”, e pouco tempo após sua nomeação já

<sup>204</sup> GELLATELY, Robert. *Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2011.

<sup>205</sup> GELLATELY, 2011, p. 33.

<sup>206</sup> ELIAS, 1997, p. 21.

<sup>207</sup> GELLATELY, 2011, p. 33.

estava conversando com líderes militares sobre como pretendia acabar com o “câncer da democracia, instalar a mais rígida e autoritária liderança de Estado e até mesmo embarcar na conquista de um novo espaço vital no leste, com a implacável germanização”. Após um mês como chanceler, “explorou um ataque incendiário ao *Reichstag* para obter um ato com medidas emergenciais em nome da contenção de um suposto golpe comunista”. Menos de um mês mais tarde conseguiu a maioria obrigatória de dois terços que necessitava para uma mudança constitucional e uma “Lei habilitante que, na prática, possibilitou que se tornasse um ditador com poderes para legislar”. Ainda conforme Gellately, mesmo que Hitler e os nazistas tenham fracassado em conseguir o apoio da maioria dos alemães nas eleições livres, “numa questão de meses após sua indicação como chanceler, a maior parte dos cidadãos passou a aceitá-lo e depois a apoiá-lo”<sup>208</sup>.

Em pouco tempo Hitler “transmitiu a sensação de ser um líder forte”. Após anos de turbulência durante a República de Weimar, o Estado alemão “assumiu uma aura de ‘normalidade’ que lembrava os dias anteriores à Primeira Guerra Mundial”. A República de Weimar era a culpada da “derrota na guerra, a paz humilhante, o distúrbio econômico e o caos social, não eram lembrados com carinho por quase ninguém na Alemanha”, essa tentativa de “estabelecimento da democracia não criou raízes sociais profundas e ficou relativamente fácil para as pessoas se afastarem dela”. Foi neste cenário que Hitler ganhou em pouco tempo aprovação patriótica “por rasgar sistematicamente o humilhado Tratado de Paz de 1919 e por restaurar, quase da noite para o dia, o que muitos alemães sentiam ser o lugar ‘de direito’ do país como potência dominante do continente”. Segundo Gellately o ditador conseguiu essa façanha quase sem exército, e como “recompensa por tais conquistas” (mesmo apesar da existência de persistentes bolsões de opinião negativa, rejeição ao nazismo e até mesmo exemplos de resistência), a maioria do povo alemão logo ficou devotada a Hitler e o apoiou até o amargo fim em 1945<sup>209</sup>.

Na prática com a ascensão de Hitler ao poder, a Alemanha fortaleceu-se militar e economicamente, mesmo com as restrições impostas pelos tratados firmados após a Primeira Guerra Mundial, o governo nazista e seus métodos conquistaram admiração em outras regiões, inclusive no Brasil, onde Getúlio Vargas ainda mantinha uma diplomacia ambígua. Ferraz declarou que esse posicionamento era válido especialmente entre aqueles que viam o

---

<sup>208</sup> GELLATELY, 2011, p. 21.

<sup>209</sup> GELLATELY, 2011, p. 22.

regime nazista como exemplo de sucesso no combate ao bolchevismo e no controle do conflito social<sup>210</sup>. Assim, exatamente nesse contexto (acreditamos que inclusive por conta da diplomacia ambígua adotada por Getúlio Vargas) Lindolfo Collor chegou para seu exílio no continente europeu. No prefácio da obra *Europa 1939*, Collor explicou que circunstâncias alheias à sua vontade conduziram-no à Europa em fins de 1938: “jamais os maus fados me haviam imposto um deslocamento mais ruinoso aos meus interesses privados, de mais dolorosas repercussões imediatas sobre a tranquilidade do meu lar”. Entretanto reconheceu que em nenhuma outra fase de sua vida conseguiu recolher maiores ensinamentos do que neste período, acumular as mais úteis observações, “aprender mais e melhor em contato por assim dizer direto com os grandes problemas que iriam, a breve trecho, conflagrar mais uma vez o Velho Mundo”. Collor se esforçou em seu raciocínio e concluiu que nada melhor poderia lhe ter acontecido naquele momento, do que uma ausência forçada na Europa. Atendo-se, é claro, apenas às vantagens mentais, aos demais contratempos, declarou que o prefácio de seu livro não seria o local mais indicado para citar:

O que devo sublinhar aqui é que a clareza com que hoje observo os acontecimentos sociais e políticos do mundo é, em decisiva parte, decorrência desses dois anos e meio durante os quais tive de ficar ausente do meu país, e que classifico, sem receio de exagero, como sendo a época mais fecunda da minha vida de pensamento<sup>211</sup>.

Está claro que Lindolfo Collor escreveu este prefácio pós-retorno ao Brasil, observamos neste trecho as conclusões intelectuais de seu exílio e do aprendizado nessa etapa da sua vida. Inicialmente, Collor chegou à Europa por Portugal seguindo imediatamente para Paris na França, segundo informações do *Diário de Notícias*. Posteriormente assuntos particulares o levaram a Berlim, onde permaneceu por alguns meses, “observando, inquirindo, estudando a situação interna da Alemanha e as suas relações com a vida europeia e mundial”. Neste capítulo analisaremos as impressões de Collor sobre o regime nacional-socialista, Entretanto, antes de analisar essas passagens faz-se necessário citar a exclusividade dada ao *Diário de Notícias*, bem como a repercussão e contenda gerada com outros jornais brasileiros.

---

<sup>210</sup> FERRAZ, 2005, p. 10.

<sup>211</sup> COLLOR, 1989, p. 21-22.

### **Diário de Notícias: Exclusividade às Publicações**

Sabemos que Lindolfo Collor enviava seus artigos para o *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, contudo, encontramos informações de que outros jornais reproduziam essas matérias, identificamos uma advertência que uma publicação fora reproduzida em um jornal de mesmo nome em Porto Alegre:

A circunstância de ter sido reproduzido um destes artigos do Sr. Lindolfo Collor em um dos jornais de Porto Alegre, o que surpreendeu, em primeiro lugar, ao próprio autor, nos obriga a fazer explicitamente a advertência, em outras condições desnecessária, por estar compreendida nas convenções existentes, de que a série de correspondências que o ilustre publicista nos está remetendo da Europa é escrita especialmente para o “DIÁRIO DE NOTÍCIAS” do Rio e os seus direitos de publicação constituem propriedade exclusiva desta folha, não sendo permitida, de acordo com a fórmula universalmente aceita, a sua reprodução total ou parcial<sup>212</sup>.

A crítica foi destinada ao jornal *Diário de Notícias* de Porto Alegre que reproduziu sem autorização artigo escrito por Collor, analisaremos também um comunicado emitido pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha condenando alguns artigos publicados por Collor, este comunicado cita o *Diário de Notícias* de Porto Alegre, como um destino de publicação dos envios do jornalista, o que nos leva crer que de fato tal publicação era recorrente neste veículo. Entretanto, mantém-se o aviso oficial de que este jornal não poderia reproduzir tais artigos, escritos especialmente para o jornal do Rio de Janeiro, tendo seus direitos exclusivos de publicação e propriedade. Outra passagem sobre reproduções dos escritos de Lindolfo Collor está no jornal *Diretrizes* com a seguinte afirmação: “os nossos colegas do *Diário de Notícias* não gostam que se transcreva total ou em parte os artigos do antigo Ministro do Trabalho. Compreendemos. Mas com licença: [...]”<sup>213</sup>; e assim mais um artigo de Collor foi reproduzido na imprensa nacional, demonstrando a repercussão de seus envios.

Conforme explicado na introdução, as obras adotadas como fonte para essa dissertação são coletâneas de artigos publicados oficialmente no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, assim desde o começo do trabalho houve uma curiosidade de confrontar os artigos escolhidos para as obras e os publicados no jornal em questão. Essa pesquisa foi possível através do sítio

---

<sup>212</sup> *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo, 19 de Março de 1939. Ano IX, Número 5029. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01). Acesso em: 11 Out 2013.

<sup>213</sup> *Diretrizes*. Rio de Janeiro, Abril de 1939. Ano II, Nº 13, p. 55/56. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=163880>. Acesso em: 17 Fev 2014.



online da Hemeroteca Digital Brasileira<sup>214</sup>, onde localizamos muitas particularidades, como por exemplo, os artigos publicados nos jornais que não foram selecionados para contemplar as coletâneas, bem como divergências entre as datas da escrita e publicação. Vale ressaltar que o *Diário de Notícias* assinalava a data real em que os artigos eram escritos, mesmo que publicados em datas posteriores e também a forma como os recebia, comumente chegavam “Pelo correio aéreo” e posteriormente, conforme a agilidade dos acontecimentos, foram recebidos por telegrama. Observamos a visibilidade dada aos artigos de Collor, colocados na primeira página com grandes títulos chamando a atenção do leitor para o conteúdo e confirmando a contenda citada, pois em todos os artigos vinha em destaque a frase “Especial para o Diário de Notícias”, reafirmando a exclusividade às publicações de Collor para este jornal. Na edição do dia 07 de abril de 1939, o jornal publicou uma nota com alguns esclarecimentos:

Os acontecimentos europeus se precipitaram de tal forma, nos últimos dias, que o nosso eminente colaborador Sr. Lindolfo Collor, na execução do acordo realizado com o *Diário de Notícias* foi obrigado a acelerar também o ritmo de remessas das suas correspondências, ao extremo de sermos forçados a publicá-las quase diariamente. Assim, estampando hoje o artigo que se segue, já podemos anunciar dois outros, para domingo e terça-feira próximos. Ambos, já se acham em nosso poder vindos por via aérea [...] <sup>215</sup>.

Confirmando as informações citadas acima, o volume de notícias aumentava gradativamente, dado os rápidos acontecimentos e a agilidade dos relatos de Collor, o que levou o *Diário de Notícias* a buscar novas formas de envio e datas para publicação dos artigos. Dando continuidade a nota apresentada, no trecho abaixo o jornal ressalta a relevância dessas correspondências:

Não precisamos chamar a atenção dos leitores brasileiros para a importância dessas correspondências. O DIÁRIO DE NOTÍCIAS é o único jornal da capital da República que dispõe de um representante especial encarregado de mantê-lo rigorosamente em dia com os mais sutis movimentos do gigantesco processo político que se desenvolve no velho mundo. A alta categoria desse representante, além da circunstância, já assinalada, é outra demonstração do esforço jornalístico que realizamos em um dos instantes cruciais da história

---

<sup>214</sup> HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>

<sup>215</sup> Diário de Notícias. Rio de Janeiro, Sexta-Feira, 7 de abril de 1939. Ano IX, Número 5044. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&PagFis=38828&Pesq=Collor](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&PagFis=38828&Pesq=Collor). Acesso em: 12 Out 2013.

contemporânea, quando o menor incidente pode determinar uma catástrofe de consequências imprevisíveis para a civilização<sup>216</sup>.

A nota acima confirma a informação de Collor no prefácio da obra *Europa 1939* quanto à cobertura exclusiva dos acontecimentos no continente europeu. Fato de relevante importância para o jornalista, o veículo de divulgação e a população da época, que pôde acompanhar o desenrolar dos fatos neste canal de comunicação, bem como das obras aqui analisadas. Não podemos esquecer a preocupação do jornal em ser o único a dispor de representante especial encarregado em atualizá-los sobre os processos que se desenrolaram. Elogiando ainda a “alta categoria” de Lindolfo Collor como seu representante o *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro destacou o empenho jornalístico em relatar instantes decisivos da história contemporânea, onde todos os movimentos internacionais foram indícios de uma catástrofe.

### **O Partido Nacional-Socialista**

Especialmente por sua primeira estadia em Berlim, Collor foi capaz de observar pessoalmente e descrever características do partido nacional-socialista, apresentando críticas e questionamentos, detalhando rituais e comemorações, explicou aos brasileiros suas impressões e visões sobre o *Terceiro Reich*. O primeiro artigo da obra *Europa 1939*, apresentou o relato de uma *Sessão do Reichstag*, descrevendo em seguida os *Índices da vida financeira do Reich*; e em ambos identificamos características do regime hitleriano. Especificamente no segundo artigo citado, Collor relatou que a primeira impressão ao chegar à Alemanha, foi de um país admirável por sua cultura, sua disciplina social e pela capacidade de trabalho do seu povo. Contudo, teve a sensação “de que tudo marcha em perfeita, em minuciosa conformidade com os desejos expressos pelo *Führer*”<sup>217</sup>.

Gellately explicou que o ânimo popular na Alemanha começou a elevar após a ascensão de Hitler, grande parte dos cidadãos, não apenas os nazistas; estavam fartos do fracassado experimento democrático da República de Weimar. Sentiam-se enraivecidos com as visíveis provas de decadência, degeneração e crime, aconteceu nessas circunstâncias, um óbvio

---

<sup>216</sup> Diário de Notícias. Rio de Janeiro, Sexta-Feira, 7 de abril de 1939. Ano IX, Número 5044. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&PagFis=38828&Pesq=Collor](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&PagFis=38828&Pesq=Collor). Acesso em: 12 Out 2013.

<sup>217</sup> COLLOR, 1989, p. 41.

incentivo para o regime hitleriano agir de forma decisiva contra as atividades democráticas e liberais de qualquer espécie, colocando na ilegalidade os partidos oposicionistas, a começar pelo Comunista, e combinando tal atitude com medidas restritivas, tudo em nome da lei e da ordem<sup>218</sup>. Gellately buscou decifrar “as radiantes autodescrições do nazismo como algo fundado sobre uma nova teoria de "lei e ordem" e como praticante de "justiça" superior”. Diferentemente de Elias, o objetivo de Gellately não foi desenvolver uma biografia alemã, tampouco abordar toda a história do *Terceiro Reich*, entretanto em seus estudos o autor fica impressionado com a “participação ativa e papel crucial que Hitler desempenhou na criação e operação do aparato coercivo do *Terceiro Reich*”<sup>219</sup>, “quando ele não dava ordens ou instruções específicas, suas ideias, seus discursos cheios de ódio e ‘desejos’ inspiravam a polícia, a justiça e os líderes da polícia nazista”<sup>220</sup>. Exatamente como apresentado por Collor, de que tudo marchava em perfeita conformidade com os desejos do *Führer*.

Um dos artigos mais descritivos de Lindolfo Collor caracterizando o regime nacional-socialista foi escrito em Berlim no dia 28 de fevereiro de 1939 e explicou a filosofia adotada pelo partido. Sob o título *Assim falou o Sr. Rosenberg*, o jornalista relatou uma conferência proferida pelo filósofo oficial do partido nazista, pronunciada especialmente aos diplomatas e jornalistas estrangeiros presentes em Berlim, segundo o jornalista o assunto abordado foi dos mais interessantes: “as relações que entre si devem guardar Estados que se inspirem em concepções políticas diferentes”<sup>221</sup>. Collor não assistiu a "preleção", mas recebeu-a do Ministério da Propaganda e considerou aquelas 17 páginas mimeografadas “um dos resumos mais preciosos e significativos do nacional-socialismo, como doutrina e ação, em face do mundo dos nossos dias”<sup>222</sup>. Para o jornalista, do ponto de vista teórico:

[...] o verbo mais autorizado do nacional-socialismo não é do Sr. Hitler, em que pese a significação oracular que se atribui no mundo inteiro ao *Mein Kampf*, nem tampouco do Dr. Goebbels a quem está afeta a responsabilidade oficial da propaganda do regime dentro e fora das fronteiras do *Reich*. O partido tem seu filósofo oficial, o seu comentador autêntico, o conferidor supremo da sua doutrina na pessoa do Sr. Alfred Rosenberg<sup>223</sup>.

---

<sup>218</sup> GELLATELY, 2011, p. 23.

<sup>219</sup> GELLATELY, 2011, p. 29.

<sup>220</sup> GELLATELY, 2011, p. 30.

<sup>221</sup> COLLOR, 1989, p. 46.

<sup>222</sup> COLLOR, 1989, p. 47.

<sup>223</sup> COLLOR, 1989, p. 46.

Autor de numerosas obras amplamente lidas e difundidas na Alemanha, como por exemplo: *Mito do Século XX* e *Luta pelo Poder*, duas de suas principais publicações. Considerados por Collor, livros que atingiram uma grande difusão dentro da Alemanha, pois não se pode compreender que um membro do partido não os possuía, entretanto, outra questão seria a de saber se estas obras foram verdadeiramente lidas e, sobretudo compreendidas, pois, “a clareza das ideias não é por certo, a característica principal desse autor”<sup>224</sup>. Em seu discurso, o Sr. Rosenberg criticou o governo democrático de Weimar, declarou que este gerou uma “imposição das potências estrangeiras, e que jamais se haveria de considerá-lo como expressão da vontade do povo alemão”, considerou a todos os líderes partidários, sem nenhuma exceção: “traidores à pátria”. Contudo, segundo Collor, a participação dos principais líderes partidários do *Reich* não deve ser obscurecida nos acontecimentos posteriores ao desastre da Primeira Guerra Mundial, conforme abordamos no início deste capítulo. O Sr. Rosenberg justifica a agressividade do nazismo em relação aos Estados Democráticos, utilizando como precedente histórico a Alemanha de 1918:

Se as potências ocidentais impuseram à Alemanha vencida um governo por ela não desejado e muito menos compreendido, onde a sua autoridade moral para estranhar, hoje em dia, que o nacional-socialismo, como doutrina política, ponha em ação as suas represálias contra as formas democráticas que ele odeia, como sinônimos que foram da sua derrota e da sua sujeição?<sup>225</sup>.

Collor declarou que fez o possível para tentar resumir com clareza as ideias do conferencista, mas confessou que a tarefa não foi das mais fáceis. Definida a premissa apresentada por Rosenberg, o jornalista presume que o filósofo do partido nacional-socialista articularia a favor de uma “luta ampla e franca dos regimes totalitários contra as ideias democráticas”, mas, aconteceu justamente o contrário, ao menos aparentemente. O que o Sr. Rosenberg sustentou foi que “os regimes totalitários e os Estados Democráticos podem e devem coexistir pacificamente lado a lado, sem que uns procurem interferir nas prerrogativas dos outros”, para surpresa de Collor essa foi verdadeiramente a tese central da conferência, “o Sr. Rosenberg não é favorável a que organizem em outros países, partidos nacionais-socialistas, que possam dar a entender a existência de qualquer correlação espiritual ou real com a matriz alemã”:

O *Reich* não deseja complicações internacionais decorrentes de solidariedades doutrinárias com partidos que se inspirem em programas políticos idênticos ao seu. A esse propósito, o conferencista foi explícito e

---

<sup>224</sup> COLLOR, 1989, p. 46.

<sup>225</sup> COLLOR, 1989, p. 47.

claro. Mas só a esse propósito. Porque os aspectos fundamentais do problema, ou ele os silenciou ou os apresentou completamente desfigurados pela sua exegese dogmática e sectária<sup>226</sup>.

Como por exemplo, quando afirmou que o combate ao bolchevismo é uma obrigação de todos os governos europeus e levou Collor a questionar: devemos “concluir que os Estados ocidentais hajam de fazer, nesse particular, causa comum com os regimes totalitários?” Quanto à “liberdade de consciência do indivíduo em face do Estado, que diferença existe entre o comunismo e o nazismo?” Concluindo que se os estados democráticos aceitassem como boa a ideologia antibolchevista do nazismo, abdicariam da sua própria razão de ser. Mas Tzvetan Todorov explicou que “todo totalitarismo é um maniqueísmo que divide o mundo em duas partes mutuamente exclusivas, os bons e os maus, e que fixa como objetivo o aniquilamento desses últimos”<sup>227</sup>. Indo além em sua explicação: “a gramática do totalitarismo só conhece duas pessoas: o *nós* que absorveu e eliminou as diferenças entre *eus* individuais; e o *eles*, os inimigos a combater, e mesmo a abater”<sup>228</sup>. Os questionamentos de Collor são pertinentes, talvez antecipatórios para o período que foram realizados, mas o fato é que, conforme Todorov, comparar ou aproximar nazismo e comunismo, suscita, ainda hoje, vivas resistências. François Furet explica que o nazismo nasceu como uma reação ao comunismo e que comparativamente o comunismo prolongou seu tempo de vida graças ao antifascismo<sup>229</sup>, mas que ambos estão unidos por um adversário comum: a democracia<sup>230</sup>. Todorov declarou que o parentesco entre nazismo e comunismo é incontestável, justificando não somente a comparação entre os dois, mas também a inclusão deles, enquanto espécies, no seio de um gênero comum, o totalitarismo.

O uso dos termos “totalitário” e “totalitarismo” implica que pertençam a uma só família alguns Estados historicamente distintos e que se percebam eles mesmos em oposição uns aos outros<sup>231</sup>. Entretanto, nem por isso as diferenças entre os dois são menos significativas, e elas têm repercussões tanto sobre a análise tipológica dos regimes quanto sobre o estudo dos processos históricos no século XX<sup>232</sup>. Todorov examinou, “o que entendemos por totalitário”;

---

<sup>226</sup> COLLOR, 1989, p. 47-48.

<sup>227</sup> TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002. p. 45.

<sup>228</sup> TODOROV, 2002, p. 52.

<sup>229</sup> FURET, 1995, p. 11.

<sup>230</sup> FURET, 1995, p. 13.

<sup>231</sup> TODOROV, 2002, p. 91.

<sup>232</sup> TODOROV, 2002, p. 100.

e sugeriu como resposta o confronto do termo com o tipo ideal da democracia, que possui como princípio a autonomia do indivíduo, o totalitarismo rejeita abertamente essa autonomia: “o que é valorizado aqui já não é o *eu* de cada indivíduo, mas o *nós* do grupo”. Sob esse aspecto, o Estado totalitário opõe-se pronto por ponto ao Estado democrático<sup>233</sup>.

Para Todorov “a história do século XX na Europa é indissociável da do totalitarismo”, a Rússia Soviética foi o estado totalitário inaugural, posteriormente a Itália e na Alemanha em 1933, todos constituídos graças à Primeira Guerra Mundial<sup>234</sup>. O “projeto totalitário” foi preparado na metade do século XIX “quando o ideal extraído do passado foi projetado sobre o futuro”, assim o totalitarismo retomou críticas feitas pelos conservadores ao regime democrático como - destruição do vínculo social, desaparecimento dos valores comuns - e remediou uma nova ação política radical<sup>235</sup>. Considerou que a “certidão de nascimento da ideologia totalitária”, dependeu obrigatoriamente da conjunção de três fatores (elementos que até então existiam, mas de forma separada): “o espírito revolucionário, que implicou o recurso à violência; o sonho milenarista de construir o paraíso terrestre aqui e agora; e finalmente a doutrina cientificista, postulando que o conhecimento integral sobre a espécie humana está ao alcance da mão”<sup>236</sup>. Mesmo que a tomada de poder, como no caso de Hitler na Alemanha tenha acontecido de forma pacífica, “o projeto de criar uma sociedade nova e habitada por homens novos, que resolvesse definitivamente todos os problemas, um projeto cuja realização exigisse uma revolução, ocorreu em todos os países totalitários”<sup>237</sup>.

Todorov conceituou o totalitarismo como sendo um regime que submete o econômico ao político (controlando estritamente as atividades econômicas, muitas vezes através das nacionalizações ou controlando todas as atividades do setor), estabeleceu um regime de partido único (suprimindo os demais partidos e subjugando organizações ou associações, sendo assim “hostil às religiões tradicionais, a menos que estas lhe prestem juramento de

---

<sup>233</sup> TODOROV, 2002, p. 25.

<sup>234</sup> TODOROV, 2002, p. 17.

<sup>235</sup> TODOROV, 2002, p. 25.

<sup>236</sup> TODOROV, 2002, p. 38-39.

<sup>237</sup> Nem a violência revolucionária nem a esperança milenária conduzem, por si só, ao totalitarismo. Para que se estabeleçam as premissas intelectuais dele, deve acrescentar-se o projeto de domínio total do Universo, defendido pelo espírito científico e mais ainda pelo pensamento cientificista. Este, preparado pelo radicalismo cartesiano e pelo materialismo do século das luzes, expande-se no século XIX: só então o projeto totalitário pode nascer. Lembro que, aqui, estamos tratando apenas das raízes ideológicas do totalitarismo, porque, evidentemente, ele também tem outras, econômicas, sociais ou estritamente políticas. TODOROV, 2002, p. 39.

fidelidade”)<sup>238</sup>. Tal unificação condicionou uma hierarquia social: “as massas ficaram submetidas aos membros do Partido e estes, aos membros da *nomenklatura* (os “quadros”), por sua vez subordinadas a um grupelho de dirigentes, em cujo topo reina o chefe supremo”<sup>239</sup>. O regime também “controla todos os meios de comunicação e não permite a expressão de qualquer opinião dissidente”, bem como reserva para si os monopólios da educação e da violência legítima. Assim os termos: Estado, Partido e Polícia tornaram-se sinônimos<sup>240</sup>.

Quanto à pergunta proposta por Collor sobre a liberdade de consciência do indivíduo em face do Estado, que diferença teria entre o comunismo e o nazismo? Novamente o texto de Todorov nos auxilia nessa compreensão, para o autor a liberdade deve ser entendida como a possibilidade que o indivíduo tem de agir como sujeito autônomo, o homem se distingue dos demais animais pelo fato de poder escolher seu destino, porque dispõe de uma consciência<sup>241</sup>; por essa razão, “tudo o que, no mundo, estorva a liberdade é contrário a essa racionalidade”. Esse impulso em direção à liberdade é parte da vocação biológica humana, o que de certa forma pode parecer tranquilizador, pois sugere que os regimes apoiados no cerceamento sistemático das liberdades individuais, estão condenados, cedo ou tarde, ao fracasso. Grossman defendeu que:

Nem mesmo os Estados totalitários conseguiram provocar uma mutação da espécie para remover-lhe o gosto pela liberdade. “O homem, condenado à escravidão, é escravo por destino e não por natureza. A aspiração da natureza humana à liberdade é invencível; ela pode ser esmagada, mas não pode ser aniquilada”<sup>242</sup>.

Retomando o discurso do Sr. Rosenberg, para que exista uma coexistência pacífica o pressuposto fundamental é que aceitem as diretivas do nacional-socialismo em matéria de política social e internacional. Quanto a este propósito o Sr. Rosenberg repete o velho *slogan* “de que os Estados democráticos terão de escolher entre o bolchevismo e o fascismo”. Collor defende seu posicionamento e afirmou desconhecer nada mais vazio e falho de sentido do que essa necessidade:

---

<sup>238</sup> TODOROV, 2002, p. 26.

<sup>239</sup> TODOROV, 2002, p. 26-27.

<sup>240</sup> TODOROV, 2002, p. 27.

<sup>241</sup> TODOROV, 2002, p. 84.

<sup>242</sup> GROSSMAN, Vassili. Vida e destino, apud, TODOROV, 2011, p. 85.

Para as consciências que não aceitam que o indivíduo seja proprietário do Estado, é indiferente saber se a ameaça contra as suas liberdades fundamentais vem da esquerda ou da direita. Elas defendem *essas liberdades*. Por que haveriam, pois de aliar-se aos liberticidas da direita contra os da esquerda, ou aos da esquerda contra os da direita?<sup>243</sup>

Novamente as contribuições de Todorov são essenciais para essa discussão, é muito difícil comparar, ou, como proposto por Rosenberg, escolher entre o bolchevismo e o fascismo. Entretanto Todorov explicou que “a comparação é uma ferramenta indispensável ao conhecimento nesses domínios; ela produz semelhanças e diferenças”. Argumentou ainda que a consciência de quem os compara ou os assemelha, como foi o caso de Lindolfo Collor na citação acima, “é sempre sacrílega, recusa-se a isolar cada acontecimento, ao passo que quem o viveu pessoalmente é tentado a fazer isso”<sup>244</sup>. Talvez, por justamente ter vivenciado esse período, a efervescência desses regimes políticos e acompanhado suas declarações, Collor seja levado a realizar tal associação, entre direita e esquerda, considerando todos regimes totalitários. Mas Todorov ressalta ainda que isso não é o suficiente para justificar o conceito de totalitarismo, aliás, amplamente estudado e definido por Hannah Arendt. Para Todorov

Os conceitos não existem na natureza, aguardando sua descoberta por nós. Portanto, não se pode dizer de nenhum conceito que ele é verdadeiro, mas só que é menos ou mais útil. Se “totalitarismo” ajuda a definir os traços essenciais do nazismo e do comunismo, seu uso é esclarecedor; se só abranger características superficiais, podemos dispensá-lo. Resta-nos, portanto, ver em quê a comparação é esclarecedora e em quê não o é. Antes de mais nada, a aproximação se justifica na perspectiva de uma tipologia global dos regimes políticos. O totalitarismo se opõe significativamente a democracia; por outro lado, distingue-se não menos claramente dos regimes despóticos do passado. A seguir, a aproximação se justifica no plano estritamente histórico. A história da primeira metade do século não pode ser compreendida sem esse entrelaçamento complexo. Não chegamos ao ponto de afirmar que o nazismo não passa de uma reação ao bolchevismo, o que equivaleria a negar a força das tradições locais. Todavia, não se pode deixar de constatar a estreiteza da interação entre eles, quer para combater-se quer para imitar um ao outro<sup>245</sup>.

Todorov auxilia ainda a esclarecer o posicionamento de Collor quanto às ameaças advindas da direita nazista ou da esquerda comunista:

É verdade que fascismo e nazismo se percebem como pertencentes à direita, ao passo que os comunistas se incluem na esquerda; efetivamente, cada um desses partidos encontra apoios nas camadas da população que tradicionalmente se reconhecem nessas duas grandes orientações. Mas é

---

<sup>243</sup> COLLOR, 1989, p. 48.

<sup>244</sup> TODOROV, 2002, p. 93.

<sup>245</sup> TODOROV, 2002, p. 94.



preciso, também aqui, interrogar os fatos que as palavras recobrem. Ao longo dos dois últimos séculos, o conteúdo da oposição se transformou até tornar-se às vezes indiscernível. Deve-se dizer que a esquerda está do lado dos pobres e dos explorados, enquanto a direita convém aos ricos e aos exploradores? Na Europa do século XX, seria difícil chegar a uma divisão tão simples assim. Primeiro, porque se constituiu uma classe média, majoritária em muitos países. Depois, porque a direita recruta também entre os pobres: Hitler goza do apoio popular [...]. Por fim, porque os comunistas no poder são ao mesmo tempo dominadores e “de esquerda”<sup>246</sup>.

Ainda no discurso do Sr. Rosenberg, Collor explicou que o filósofo nazista não vê as coisas por este prisma, para ele é indiferente que os Estados Europeus adotem ou não um governo forte, à maneira do *Terceiro Reich*, desde que aceitem os pontos de vista do nazismo em relação a dois problemas: “o combate ao bolchevismo e a perseguição aos judeus”<sup>247</sup>. Por ora o que nos importa relatar sobre os olhares de Collor quanto ao discurso do Sr. Rosenberg, foi sua recomendação de que o essencial para o filósofo do nacional-socialismo é que “os povos democráticos assistam indiferentes ou resignados à expansão dos totalitarismos e convenham em viver em paz com eles”:

Tudo o mais não tem importância. Mesmo porque ele está absolutamente convencido de que existem “nações que crescem e se expandem em todas as esferas da vida, graças a uma forma dinâmica irresistível: ao passo que outras estão fadadas a um declínio inevitável”. Que as primeiras sejam as totalitárias e as segundas sejam as democráticas não seria necessário acrescentar. De sorte que a questão, para os Estados representativos, se resume, como já ficou dito, em assistirem, conformados, ao seu próprio declínio e em permitirem que as nações dinâmicas possam, sem maiores percalços, cumprir os seus destinos. [...] Assim falou o Sr. Rosenberg, profeta máximo da filosofia nazista...<sup>248</sup>

Utilizando-se de sua crítica e sarcasmo, defendendo seu posicionamento democrático e sua repulsa aos regimes totalitários, Collor finaliza assim esse artigo. É perceptível sua indignação quanto à base filosófica adotada pelo partido nacional-socialista e veremos essa constante em vários de seus escritos. O jornalista não compreende que os regimes democráticos aceitem essa filosofia, concordem com suas premissas, assistam ao crescimento dos regimes totalitários e convivam pacificamente com eles, definitivamente, para Collor esse posicionamento consiste em uma impossibilidade.

---

<sup>246</sup> TODOROV, 2002, p. 102.

<sup>247</sup> COLLOR, 1989, p. 48.

<sup>248</sup> COLLOR, 1989, p. 50.

### ***Gross-Deutschland: A Grande Alemanha***

Escrito em Berlim no dia 31 de janeiro de 1939 o artigo *Sessão do Reichstag*, apresentou o relato de Lindolfo Collor sobre uma sessão parlamentar na Alemanha. Observamos a configuração de uma reunião do Partido Nacional Socialista Alemão, politicamente e culturalmente falando. O jornalista brasileiro é um dos privilegiados, entre os quatro milhões presentes em Berlim, que teve a “fortuna de assistir à *Sessão do Reichstag* em lugares confortáveis”, de onde acompanhou o “cenográfico desenrolar dos acontecimentos em todos os seus pormenores”<sup>249</sup>. A cidade já se preparava, as estações de televisão de toda a Europa (exceto as russas, como era de se esperar) retransmitiriam o discurso, alto-falantes foram instalados nos pontos mais acessíveis ao povo. Comparativamente, Collor relatou que dias antes ninguém ouviu na Alemanha o discurso do Sr. Chamberlain<sup>250</sup> em Birmingham, ou do Sr. Daladier<sup>251</sup> na Câmara Francesa, chamando atenção dos seus leitores ao fato de que os discursos dos representantes democráticos, da Inglaterra e da França, não tiveram nenhuma relevância na Alemanha.

A narrativa de Collor neste artigo é extremamente detalhada, procurou reproduzir o ambiente que estava à frente de seu olhar, utilizando muitos adjetivos e uma escrita poética. Relatou as preparações realizadas na cidade para o evento, onde três dias antes da data comemorativa da era nacional-socialista, as ruas centrais de Berlim começaram a “engalanar-se”: Enormes bandeiras vermelhas com a cruz gamada ao centro emprestavam às famosas avenidas de Berlim: “*Unter den Linden*, à *Wilhelmstrasse*, ao *Wilhemsplatz* um estático ar de festa”. Conforme Collor, “uma sistematizada expressão de alegria coletiva”, a decoração “se apoderou da cidade inteira, nas suas artérias mais movimentadas”<sup>252</sup>. O evento aconteceu na *Ópera Kroll*, um dos teatros mais espaçosos de Berlim, os “lugares mais vistosos” foram reservados ao corpo diplomático e aos convidados especiais, os jornalistas nacionais e estrangeiros ocuparam os lugares de cima. Ao fundo da sala, a mesa da presidência, onde atrás havia uma águia dourada que apoiava seus pés sobre o círculo com a cruz suástica e espalmava suas asas sobre toda a largura da mesa. À direita as cadeiras destinadas aos

---

<sup>249</sup> COLLOR, 1989, p. 25.

<sup>250</sup> Primeiro Ministro da Inglaterra entre os anos de 1937 a 1940.

<sup>251</sup> Primeiro Ministro da França entre os anos de 1938 a 1940.

<sup>252</sup> COLLOR, 1989, p. 25.

ministros e chefes do exército, à esquerda os secretários de Estado e outros dignitários do governo e do partido.

Ao apresentar os jornalistas, Collor relatou que todos os lugares a eles destinados estavam tomados e muitos já escreviam suas anotações, “em quantas línguas?”, questionou. Concluindo: “daqui a pouco, as linhas telegráficas transmitirão estas impressões a todos os recantos do mundo”<sup>253</sup>. É perceptível a inquietação de Collor quanto à disseminação deste discurso, sobre os acontecimentos do território alemão e como serão reproduzidos. Como houvesse de sua parte uma preocupação de que este cenário fosse relatado e levado ao conhecimento daqueles que não tiveram a oportunidade de estar ali, ou mesmo dos que desconhecem que tais reuniões acontecessem em território alemão. Conseqüentemente, nós hoje, tantos anos depois, podemos também ter acesso a essa fonte e conhecer através dos olhares de Collor esse cenário.

Quanto aos “homens deputados do povo”, como definidos sarcasticamente por Collor aqueles escolhidos por Hitler para representar o povo alemão, falam comunicativamente entre si. “Muitos, como é de presumir, não se viam havia longo tempo”, o que levou o jornalista a perceber um ar de “satisfeita familiaridade”. Enfatiza, porém, que não existem abraços, sequer apertos de mãos, o que se vê a todo o momento são destras hereticamente levantadas na saudação oficial do partido. Então, em determinado momento:

Simultaneamente todas as luzes difusas se acendem e inundam o enorme salão de uma claridade meridiana. Dois segundos são passados, e já não vejo em todo o teatro uma única pessoa em pé. Não foi preciso que o alto falante voltasse de novo a solicitar a atenção dos senhores deputados e dos demais presentes. As vozes no recinto são agora apenas cochichos. Ninguém se move. A ordem é perfeita. Penso nos vários parlamentos que já conheci e concludo que em todo o mundo não existe nenhum que se compare a este [...]. Nem pelo menos àquela estardalhante multidão de fotógrafos – que trepam em bancos, organizam estrados de cadeiras, e pedem licença para colocar os aparelhos nos sítios mais incríveis. Decididamente, como parlamento, este espetáculo não tem similar!<sup>254</sup>.

Na mesa da presidência quatro lugares já estão ocupados, o quinto lugar, do presidente, ainda está vazio. Neste momento, “o silêncio se faz cada vez maior”, “o teatro estremece”, todos estão de pé, “os oitocentos e muitos membros do *Reichstag*, como que tocados por uma mola misteriosa, espalmam a mão e gritam: - *Heil! Heil! Heil!*”:

---

<sup>253</sup> COLLOR, 1989, p. 26.

<sup>254</sup> COLLOR, 1989, p. 27.

Todo o teatro vibra agora na contenção nervosa que se desfaz em aplausos. Só as tribunas do corpo diplomático e dos jornalistas estrangeiros formam duas ilhotas de silêncio neste mar sibilante de entusiasmo. E mesmo no corpo diplomático, a inação não é completa. Os embaixadores da Itália e do Japão, o representante da Hungria e talvez o de Portugal também levantam os braços na saudação ao *Führer* que acaba de entrar por uma porta lateral em companhia de dez ou doze pessoas, entre elas o Sr. Goering, que o aguardara à entrada do teatro. O *Führer*, à cabeça do seu pequeno séquito, caminha a passos rápidos e também de braço levantado<sup>255</sup>.

São perceptíveis neste relato as particularidades das reuniões do partido alemão, algo nunca presenciado por Collor em nenhum outro parlamento que tenha tido a oportunidade de conhecer. Mas as diferenças não param por aí, os lugares, não são ocupados como imaginado pelo jornalista, o *Führer* senta-se na ponta da mesa, no primeiro banco e a cadeira da presidência é tomada por Feld-Marechal Goering<sup>256</sup>, que declarou aberta a primeira sessão plenária do “Parlamento da Grande Alemanha”. Quando o Sr. Goering pronunciou a palavra “*Gross-Deutschland*, o recinto explodiu numa aclamação frenética, de muitos segundos”. Segundo Collor, trata-se de uma só palavra, apenas uma ideia, um sentido, “um programa que se converte em ação”<sup>257</sup>.

Goering relatou que pela primeira vez os representantes da Áustria e dos Sudetos tomavam parte numa *Sessão do Reichstag*, após ocupação militar realizada pela Alemanha, e conforme o presidente essa circunstância deu à reunião “um valor histórico sem precedentes nos anais da vida política alemã”. O deputado Dr. Frick, Ministro do Interior foi o próximo a receber o direito da palavra e propôs que “os plenos poderes outorgados pelo *Reichstag* ao *Führer*, que terminariam em primeiro de abril de 1941, fossem prorrogados até maio de 1943”, causa unanimemente concedida. Posteriormente teve a palavra o Sr. Hitler:

Voz cheia, de timbre nervoso. Elocução clara, acento meridional. Basta ouvi-lo para perceber que este homem é estrangeiro em Berlim. Começou por lembrar o dia da sua entrada na chancelaria do *Reich*, e o ceticismo popular que o acompanhava. Expressiu-se em períodos largos, movimentados, coloridos, sonoros. A gesticulação foi pausada e expressiva. O orador [...], tem os olhos postos no texto do discurso, iluminado por uma lâmpada de luz muito clara, e em todos os quadrantes da sala. A cada momento estrugem ovações. Elas se fazem mais intensas, porém, no ajuste de contas com os governos democráticos, que o nazismo proclama sinônimos de bolchevizes e judaicos; na argumentação pró-restituição das colônias, das quais a Alemanha precisa, não para socorrer-se de tropas militares – pois os alemães se bastam a si mesmos na defesa do seu território

---

<sup>255</sup> COLLOR, 1989, p. 27.

<sup>256</sup> Líder do Partido Nazista, militar e político alemão.

<sup>257</sup> COLLOR, 1989, p. 28.

e dos seus direitos – mas para fins puramente econômicos; na declaração de que uma próxima guerra mundial, se ela vier a produzir-se, não significará a vitória do comunismo, mas o extermínio dos judeus. Nesta e noutras passagens, a casa delirou<sup>258</sup>.

A descrição realizada por Lindolfo Collor na citação acima me fez recordar uma passagem de Eric Voegelin<sup>259</sup>, revelando que faltaram na Alemanha dos anos 1920 e 1930 pessoas responsáveis com o sentido da busca da verdade; e sobraram “fanáticos fundamentalistas, convictos de ‘sua’ verdade”, caracterizando Hitler com uma personalidade forte e de uma inteligência enérgica; com uma deficiência de estatura moral e espiritual; de consciência messiânica; de mediocridade intelectual; e “do fascínio que uma tal personalidade poderia exercer num momento crítico sobre pessoas de espírito provinciano e com mentalidade de súditos”<sup>260</sup>. As palavras de acusação ao bolchevismo e principalmente do extermínio aos Judeus, bem como o delírio do plenário, cada uma dessas afirmações levaram Collor ao assombro. Conforme explicado por Voegelin trata-se de uma personalidade que ante um momento crítico como o vivido pela Alemanha, e o fascínio de sua figura, levaram “pessoas de espírito provinciano” a delirarem na plenária ante um discurso.

Refletindo sobre a sensação de Collor, observamos em Todorov a declaração de que na Alemanha nazista, a relação entre ideologia e poder se empenhou em eliminar e convencer seus membros de agir, até mesmo pensar, por conta própria. Hitler eliminou “os companheiros de combate cujo fervor ideológico não estava nem um pouco em questão e exigiu fidelidade absoluta não a uma doutrina nazista abstrata [...] mas ao poder em si, encarnado na pessoa do *Führer*”, tal foi, por exemplo, o engajamento explícito dos SS<sup>261</sup>.

Collor também contou que Hitler anunciou nessa reunião seu apoio à Itália caso esta se veja envolvida numa “guerra de agressão”. Neste momento os jornalistas trocaram olhares, “de inteligência ou de pasmo”, o que levou Collor a questionar: “Quem não compreendeu que a Itália é mero pretexto de que o *Führer* se serviu para anunciar a guerra próxima, a guerra que há de acabar com as democracias na Europa e no mundo?”. O discurso durou mais de duas horas, e Collor afirmou que a *Sessão do Reichstag* não é um parlamento no sentido democrático da palavra, segundo ele, neste lugar estão reunidos homens que têm “uma só ideia, um só fim” e fez um alerta: “que ninguém se iluda”, o *Führer* “prossequirá,

---

<sup>258</sup> COLLOR, 1989, p. 28.

<sup>259</sup> VOEGELIN, Eric. *Hitler e os alemães*. São Paulo: É Realizações, 2008.

<sup>260</sup> VOEGELIN, 2008, p. 14.

<sup>261</sup> TODOROV, 2002, p. 28.

inflexivelmente, na realização do seu programa, que é a organização da Grande Alemanha". Finalizado o discurso do *Führer*, o Sr. Goering levantou-se novamente e agradeceu à genialidade de seu líder e suas realizações políticas, agradeceu também a Deus por ter “enviado à terra tal homem para a felicidade do povo alemão”, e assim, encerrou a sessão. Ao sair do teatro, Collor deparou com um desfile de “massas compactas de soldados da guarda”, que seguiram por mais “um quarto de hora” depois<sup>262</sup>.

Mas essa não foi a única *Sessão do Reichstag* que Collor teve a oportunidade de assistir. Em outro artigo intitulado *A Resposta do Führer* escrito quando já estava em Paris no dia 02 de maio de 1939, relatou mais essa experiência:

O cenário já nos é conhecido: a *Krolls-Oper*, no *Tiergarten*. Também a cena: os deputados do *Reich*, nos seus fardamentos de membros do partido, que se levantam, esticam os braços e gritam "*Heil*" automaticamente, unissonamente, com uma disciplina tão perfeita como não se encontra em muitas casernas. Também o presidente: o *feld-marechal* Hermann Goering, coberto o vasto peito de medalhas e fitas condecorativas. E ainda as medidas de precaução para que o povo não se aproxime do lugar sagrado onde o chefe do *Reich* vai falar ao mundo. E mesmo a cerimônia, invariavelmente a mesma em atos dessa natureza. Tudo o mais é igual. Quem assiste a um espetáculo destes pode dizer que assistiu a todos. A disciplina aborrece as novidades. E ademais, nessa reunião de homens que se chama *Reichstag* da Grande Alemanha, tudo se reduz a uma simples função de moldura. O quadro é a figura do Sr. Adolf Hitler. Só ele vale. Os deputados, representação simbólica do povo, são criaturas da sua vontade. Eles não discutem: ouvem e aplaudem<sup>263</sup>.

Observar os deputados do *Reich* como uma representação simbólica do povo é uma atuação fora de sentido para Collor: faltam discussões e debates, sobram aplausos. Em nada se compara às representações políticas às quais vivenciou como Deputado Estadual e Federal. Conheceu o funcionamento de uma Assembleia Legislativa, uma Câmara, os embates entre partidos, as discussões e defesas de propostas. Participou de reuniões em diferentes países e observou diferenças de cunho diplomático entre os espectadores presentes no recinto desta *Sessão do Reichstag*, como por exemplo, a participação dos deputados nomeados por Hitler para representarem a Tchecoslováquia e Memel (novos territórios anexados pela Alemanha). Vale ressaltar ainda a determinação de que o povo não deve se aproximar do “lugar sagrado onde o chefe do *Reich* vai falar ao mundo”, segundo Collor: uma plenária sem a representação popular, onde estão ausentes os maiores interessados e afetados por suas determinações.

---

<sup>262</sup> COLLOR, 1989, p. 29.

<sup>263</sup> COLLOR, 1989, p. 147.

As expansões territoriais alemãs e a personalidade de Hitler foram ressaltadas por Collor nesta reunião. A impressão que se tem sobre o *Führer*, de sua personalidade, especialmente em seus discursos, é a de “um homem gritando e gesticulando no meio de uma formidável desordem de papéis, entre os quais ele procura nervosamente os que lhe possa servir e rejeita, irritado, os que não se prestam à argumentação em curso”. Collor observou ainda as inúteis folhas espalhadas no chão, “os tratados unilateralmente denunciados pelo chefe do *Terceiro Reich*”. Segundo o jornalista esse discurso “é uma das peças que mais perfeitamente retratam a psicologia de Hitler, seus métodos, seus recursos de ação”: “Só uma criança”, proclamou, “teria podido acreditar que a nação alemã (no que diz respeito às suas fronteiras) permanecesse reduzida ao estado de 1919”<sup>264</sup>. A inquietação de Collor quanto ao regime estabelecido pelo *Führer* é evidente:

O que espanta é a perfeita tranquilidade com que o chanceler alemão toma as suas atitudes em face do mundo, pretendendo sempre para o seu país o papel da vítima ameaçada pela incoercível má vontade dos países vizinhos, das potências ocidentais e do "judaísmo internacional". Por certo que tudo isto transcende dos quadros normais da compreensão<sup>265</sup>.

Especialmente nesta sessão, Hitler direcionou seu discurso em resposta à uma mensagem transmitida pelo presidente norte-americano. Assim, Collor explicou que esta foi, em poucas palavras, a resposta do ditador alemão ao chefe da democracia norte-americana. Entretanto, para formulá-la “ele gastou mais de duas horas, remexeu papéis, rasgou tratados, fez ameaças, voltou ao tema desmoralizado de Versalhes, queixou-se de incompreensão do mundo democrático, protestou contra as tentativas de bloqueio da Alemanha”. Levando Collor à seguinte conclusão:

[...] o *Reich* está disposto, *agora*, a assumir quaisquer compromissos em relação a quaisquer países, excetuada a Polônia. Este terá de entregar-lhe Dantzig e concordar em neutralizar uma faixa do "corredor", pródromo indiscutível da inteira absorção daquele território num futuro próximo. Se a Polônia cedesse à pressão atual e se queixasse mais tarde da fatal ampliação das exigências nazistas, o Sr. Hitler lhe diria então, como diz agora a respeito da Áustria e da Tcheco-Eslováquia: "Só uma criança poderia imaginar que o *Reich* desistisse de trazer para dentro das suas fronteiras uma região que, no passado, já foi sua”<sup>266</sup>.

Em outro artigo de 21 de abril de 1939, intitulado *Heil Hitler*, Collor descreveu a comemoração do 50º aniversário do *Führer* e novamente debateu a psicologia e os métodos

---

<sup>264</sup> COLLOR, 1989, p. 148.

<sup>265</sup> COLLOR, 1989, p. 149-150.

<sup>266</sup> COLLOR, 1989, p. 151.

adotados pelo presidente do partido nacional-socialista. Inicialmente, como de costume, apresentou a ornamentação da cidade para o acontecimento, relatou a transformação dos quarteirões centrais de Berlim em um “colossal cenário wagneriano” onde “a cidade tomou o aspecto anacrônico de uma festividade mitológica dos velhos ritos teutônicos”, e questionou:

[...] quando foi que Berlim, a velha cidade dos margraves do *Brandenburg*, a orgulhosa capital dos *Hohenzollern* que estremeceu de júbilo com os triunfos imortais do grande Frederico, que celebrou as vitórias de Bismark, aplaudiu no primeiro Guilherme o império nascente e consagrou a máxima expressão do poder militar nos tempos modernos, quando foi que Berlim já assistiu a tão grandiosa demonstração em honra de um homem?<sup>267</sup>

Collor descreveu que a cidade proporcionou aos convidados estrangeiros do *Führer* “um espetáculo sem precedentes” e justificou que nunca “nenhum homem, em todo o decurso da história alemã, já recebeu homenagens comparáveis a estas”<sup>268</sup>.

### ***O discurso Fascista Italiano***

Não muito diferente foi o posicionamento do governo fascista italiano, também relatado nos escritos de Collor. No dia 28 de março de 1939, o jornalista apresentou um discurso de Mussolini, onde “durante duas horas, os aparelhos de transmissão levaram a todos os recantos do globo a palavra do *Duce*, interrompida a todo o momento pelos aplausos da multidão premida no anfiteatro que lhe traz o nome”<sup>269</sup>. As primeiras impressões vistas por Collor foram justamente sobre a vivacidade da forma e a veemência da alocução do discurso de Mussolini que não se casavam muito bem com a prudência do seu “sentido real”. Levando o jornalista a questionar: “Mas qual no rigor da verdade, o “sentido real” da arenga do *Duce*?”. E, comparando aos discursos de Hitler, buscou esclarecer ao público leitor as características de um ditador:

Fácil não foi alcançá-lo. Não se perca de vista que os ditadores acostumaram os seus auditórios a uma eloquência toda especial. Sem o mau gosto das jactâncias e o plebeísmo das ameaças, um ditador que se preze não encontrará o tom que lhe assegure a correspondência espiritual com a massa fanatizada dos seus aderentes<sup>270</sup>.

---

<sup>267</sup> COLLOR, 1989, p. 128.

<sup>268</sup> COLLOR, 1989, p. 133.

<sup>269</sup> COLLOR, 1989, p. 66.

<sup>270</sup> COLLOR, 1989, p. 66.



O termo “massa fanatizada” fez Collor lembrar as palavras de Goebbels de que “um *Führer* precisa de fanáticos: sem fanáticos não há ditador digno de atenção”. Assim, para o jornalista: “um chefe totalitário não convence pelo raciocínio: a força do seu pensamento se exprime por apóstrofes, o seu verbo é um apelo aos instintos”. Vale mais um gesto ou um murro sobre a tribuna, do que seus recursos de convicção, do que o prestígio de uma ideia recortada pelos velhos preceitos da lógica. Seguindo a caracterização dos ditadores, Collor apresentou também o que considerou como fundamental em um discurso totalitário:

Na exegese de um discurso totalitário, mister se faz, preliminarmente, vertê-lo para a linguagem comum dos mortais, que ainda se encantam com a sobriedade das palavras e acreditam na medida das atitudes e das boas maneiras que os homens devem guardar em público. [...] Se o Sr. Chamberlain, por exemplo, se permitisse a metade das liberdades a que ontem recorreu o Sr. Mussolini, nós estaríamos, por seguro, assistindo agora a uma destas consequências: ou os países da Europa já teriam posto em pé de guerra ou seus exércitos, ou o chefe do governo inglês se veria na contingência de abandonar o posto para recolher-se a uma estação de repouso para nervos<sup>271</sup>.

Mantendo sua crítica e ironia, Collor apresentou o que para ele são as características essenciais de um ditador e de seus discursos, retomando trechos do artigo sobre Mussolini, declarou: “eis o tom do discurso, a roupagem em que se envolve o pensamento do chefe do governo italiano”:

As relações entre os povos são relações de força. A minha palavra de ordem é mais canhões, mais navios, mais aeroplanos, e isto a qualquer preço e por quaisquer meios, mesmo que tenhamos de fazer tábula rasa de todas as exigências da vida civil. A minha vontade não conhece obstáculos. Ai dos fracos!<sup>272</sup>

Para Collor, deveríamos considerar esse discurso como “palavras de guerra”, entretanto, em Berlim foram consideradas como um apelo à paz. O que levou o jornalista a ressaltar: não esqueçamos que elas foram proferidas por um ditador, “ditadores por ditadores sejam ouvidos e compreendidos. Acrescentemos: e explicados!”<sup>273</sup>. Usando as fontes jornalísticas as quais tinha acesso em Paris, Collor também explicou a extensão que teve o discurso do Sr. Mussolini na Inglaterra, tendo sido compreendido como “um mal disfarçado apelo à paz”:

Não esqueçamos que a indulgência sistemática faz parte da educação do *gentleman*. O Sr. Mussolini, raciocina-se em Londres, não poderia despir-se da sua maneira de ser, é preciso dar um sentido muito relativo às suas

---

<sup>271</sup> COLLOR, 1989, p. 67.

<sup>272</sup> COLLOR, 1989, p. 67.

<sup>273</sup> COLLOR, 1989, p. 67.

explosões de fúria. Em vez de falar, ele grita. Mas no fundo, o que se pretende o ditador com os seus gritos, que não alcançam assustar o mundo? Apenas isto: que a França abandone o terreno da intransigência absoluta em que se tem mantido e consinta em examinar com o governo de Roma o alcance das chamadas reivindicações italianas. E não se perca de vista que bem modestas se apresentam afinal estas reivindicações, que começaram por exigir a Savóia e a Córsega e acabaram, como se vê, restringidas a Djibouti, ao canal de Suez e a Túnis<sup>274</sup>.

Conforme Collor, estas foram às primeiras horas as repercussões mais curiosas que o discurso do Sr. Mussolini obteve no exterior. Curiosamente, mesmo que tenham motivos psicológicos e caminhos políticos completamente opostos, Berlim e Londres chegaram aparentemente à mesma conclusão de que “o discurso foi um convite para a abertura de negociações diplomáticas”. Para Collor inútil dizer que a diplomacia romana põe todo o seu empenho para que prevaleça a devida interpretação:

O Sr. Mussolini satisfez os apetites de força dos seus sequazes. Disse quanto lhe veio à boca, no terreno das ameaças. Internamente esteve à altura do que dele pudessem esperar os "fascistas" mais intolerantes. Isto, quanto à forma violenta do discurso. Com o seu fundo moderado, que se destinava aos efeitos no exterior, ele visou um fim diametralmente oposto: os olhos do mundo como homem que, por amor à paz, está disposto a diminuir o alcance das suas pretensões e a resolver no terreno diplomático o difícil *diferendum* de direito e de interesses com a França. Berlim aceita tal interpretação, porque isto está na sua "lógica da violência"; e Londres não discorda, porque isto lhe parece conforme com as longanimidades que os homens de bom senso devem pôr em prática em relação àqueles que não possuem o senso da medida<sup>275</sup>.

Quero analisar mais um artigo sobre o partido fascista intitulado *Trinta Minutos de Maquiavel*, escrito em 17 de maio de 1939 onde Collor citou um novo discurso de Mussolini no mesmo dia em que a população de Paris desfilava em homenagem a Joana D'Arc. Segundo o jornalista “este cortejo valeu por um quadro representativo do complexo político da França”, onde todos podem manifestar suas convicções e preferências. “No culto da santa heroína, todas as opiniões políticas estão representadas”<sup>276</sup>, Collor então recordou uma passagem de Maquiavel na obra “O Príncipe” e lembrou que o autor via na França um exemplo de Estado bem governado e de uma sábia instituição. Entretanto, enquanto isso, o Sr. Mussolini se dirigia para mais um discurso, Collor fechou “O Príncipe” e ligou o rádio: Está chegando a Turim o Sr. Mussolini. As aclamações da multidão são uníssonas: “*Duce! Duce! Duce!*”. Collor relatou que este foi o nono discurso pronunciado nos últimos seis meses

<sup>274</sup> COLLOR, 1989, p. 67-68.

<sup>275</sup> COLLOR, 1989, p. 68.

<sup>276</sup> COLLOR, 1989, p. 174.

“depois da manifestação na Câmara Corporativa, a 30 de novembro, a favor das reivindicações territoriais: Nizza, Corsega, Savóia, Djibuti, Tunis<sup>277</sup>. Contrariamente ao francês, no contexto italiano não se aceita a mínima discordância, “tudo está organizado por forma a que só uma vontade se manifeste”. Collor questionou: “Será que na Itália não existem opiniões divergentes? O Sr. Mussolini diz que não: “O povo e o regime constituem na Itália um bloco inseparável”. Mas assim como apresentaremos a seguir, os alemães antinazistas, Collor relatou que na Itália muitas pessoas já se inscreveram na legião estrangeira para combaterem o regime fascista: “o fato existe, e não pode ser desprezado, como dolorosa evidência da separação existente entre os italianos de hoje”. Concluiu, assim, “que a diversidade francesa conduz ou pode conduzir à unanimidade política; ao passo que a unanimidade fascista à desagregação patriótica”:

Não é sem razão que um jornal inglês escreveu que estamos assistindo a uma completa subversão do *slogan* totalitário, segundo o qual as democracias falam enquanto as ditaduras agem. Nestes últimos tempos, o que se observou foi justamente o contrário. Enquanto as democracias trabalham (a recomposição financeira da França, a conscrição inglesa, o acordo polono-britânico, o acordo anglo-turco, as declarações unilaterais de Paris e Londres em favor da Grécia e da Rumânia), os ditadores fazem discursos. Esta modificação teve início depois da Sexta-feira Santa. De então para cá, os discursos dos ditadores em nada têm feito avançar a sua política expansionista. Este é um fato que também não sofre contestação<sup>278</sup>.

Lindolfo Collor apresentou a tese de Mussolini neste discurso, indagando: “Como se coloca, neste panorama de conjunto, o último discurso do Sr. Mussolini?”, e resumiu da seguinte forma:

1º - Os problemas internacionais do momento podem ser resolvidos pacificamente, pois que os interesses essenciais das democracias não estão em causa; 2º - A Alemanha e a Itália formam um bloco invencível que se estende do Báltico ao Oceano Índico, isto é, de Memel à Abissínia; 3º - A responsabilidade da guerra branca, de cujas consequências a Europa está padecendo, recai toda inteira sobre o bloco democrático, que não se cansa de pôr em prática todos os meios ao seu alcance para bloquear as potências pacíficas do Eixo; Começa o Sr. Mussolini por lembrar as palavras de um discurso proferido em Turim, há sete anos: “Nós devemos caminhar e construir; se necessário, combater e vencer”. Ele afirma hoje que manteve a sua promessa: “A síntese destes sete anos é a conquista do Império, a união da Albânia ao Reino da Itália e o acréscimo do nosso poder e todos os domínios”<sup>279</sup>.

---

<sup>277</sup> COLLOR, 1989, p. 175.

<sup>278</sup> COLLOR, 1989, p. 175.

<sup>279</sup> COLLOR, 1989, p. 175-176.

Mussolini encerrou o discurso declarando: “Aconteça o que acontecer, eu vos afirmo com plena convicção que todos os nossos fins serão atingidos”. Entretanto, segundo Lindolfo Collor: "para que todos os fins da Itália fascista possam ser conseguidos, necessário será atentar contra os direitos territoriais da França (Túnis, Djibuti) e contra as posições do Império Britânico em Suez, no Oriente Próximo, no Mediterrâneo". Assim propõe mais alguns questionamentos:

Como compreender a solene reafirmação de que "todas as reivindicações italianas serão atingidas"? De tão palmar, a contradição desconcerta. Como compreender esse duplo jogo de raciocínio num homem de inteligência lúcida e poderosa como o ditador italiano?<sup>280</sup>.

Relembrou então mais um trecho de Maquiavel em que “O Príncipe” deveria saber revestir-se de Raposa e Leão, entretanto, conforme Collor, “Maquiavel não disse se alguém pode fantasiar-se de raposa e de leão ao mesmo tempo”. O Sr. Mussolini não levou em consideração essas dificuldades, “a minha vontade não conhece obstáculos, todos os meus fins serão atingidos”, gritou em urros que estremeceram a floresta, “o rei dos animais”. “Porque todos estes preparativos de guerra, quando não existe entre nós nenhuma questão que não possa ser resolvida pacificamente?”, ciciou a raposa, “em tons blandiciosos e envolventes”. Collor declarou: "Longe de mim pôr em dúvida as excepcionais qualidades de cena do ditador italiano”, mas não se deve esquecer que “fazer de leão e de raposa a um só tempo representa empresa capaz de confundir o mais consumado dos discípulos de Maquiavel, senão o próprio Maquiavel em pessoa”<sup>281</sup>. Collor questionou: "Será este duplo papel que o Sr. Mussolini está representando uma atitude voluntariamente adotada, ou uma constrangida imposição das circunstâncias?" Acreditando que a segunda hipótese seja mais plausível. Entretanto existe uma contrariedade nas palavras do chefe italiano, nada mais do que o reflexo da sua própria posição política, o que leva Collor à seguinte justificativa:

A Itália é hoje uma prisioneira de Berlim. Daí as atitudes de leão: "O Eixo é inquebrantável, o bloco ítalo-alemão imporá ao mundo a política dos seus interesses". Mas a Itália não se resigna, sem muito constrangimento, ao papel de "brilhante segundo" do *Reich*, de sargenteante das expansões territoriais de Berlim. Daí os requebros da raposa: "Não existe na Europa um só problema que não seja capaz de ser resolvido pelos meios pacíficos"<sup>282</sup>.

---

<sup>280</sup> COLLOR, 1989, p. 176.

<sup>281</sup> COLLOR, 1989, p. 176.

<sup>282</sup> COLLOR, 1989, p. 177.

Estas palavras ditas no exato momento em que Hitler não poupou esforços por tornar mais aguda a questão de Dantzig na Polônia, fazem refletir: “Dantzig não merece uma guerra, parece dizer, em outras palavras, o Sr. Mussolini”. Entretanto, esta declaração ambígua de Mussolini não encontrou eco em Berlim, a imprensa alemã passou por ela de forma muito breve, o que se destacou nas suas colunas foram “as palavras do leão, não as da raposa”. Observamos, uma análise de Collor sobre as inter-relações entre Itália e Alemanha neste cenário europeu de expansão territorial. Collor explicou: mesmo que “nas duas capitais se insista em declarar que as relações das potências totalitárias não poderiam ser melhores os indícios que se recolhem da verdadeira situação aparecem bem diferentes”. Por exemplo, o vertiginoso aumento de alemães nas cidades italianas, interessados em “instruir e instruir-se”, em contrapartida uma queda no turismo comercial italiano, segundo Collor: “Quem se arriscará, na situação atual, a passear por puro prazer, nas magníficas cidades peninsulares?”<sup>283</sup>. Quem apresentou esse cenário para o jornalista foi o Sr. Philippe Barrés, representante do jornal “*Paris Soir*” em Roma, relatando que “a Itália, encorajada pela Alemanha, rompeu com a Inglaterra, sobretudo com a França, de um modo que a deixou completamente a descoberto na hipótese de uma guerra”. O país não quer se ver arrastado a uma guerra por motivos como, por exemplo, a invasão de Dantzig na Polônia, daí a declaração de Mussolini: “todos os esforços devem ser feitos em favor da paz”. Entretanto, “até onde, porém, será possível à Itália salvaguardar os seus interesses restritos na política do Eixo, que já é agora uma aliança militar?”. Para Collor: “o leão de Roma, ruge em alemão”:

Estou em que se o proscrito de San Casciano pudesse assistir à cena oratória de domingo, ele escreveria uma anotação à margem do seu texto, explicativa de que nenhum homem de Estado pode encarnar o papel de leão e o de raposa ao mesmo tempo. Os rugidos do leão desmoralizam a raposa, as blandícias da raposa comprometem a majestade do rei das selvas. À vista da impressão desconcertante que o Sr. Mussolini acaba de causar ao mundo, o espírito realista de Maquiavel não poderia chegar a outra conclusão<sup>284</sup>.

### **Modernidade Nazista**

Tzvetan Todorov explica que uma “sociedade totalitária é sempre hierárquica, tanto quanto as sociedades tradicionais”, visto que o culto ao chefe carismático segue o mesmo caminho.

---

<sup>283</sup> COLLOR, 1989, p. 177.

<sup>284</sup> COLLOR, 1989, p. 178.

Entretanto, essa sociedade favorece também opções que podemos qualificar como modernas, por exemplo: a industrialização, a globalização, as inovações técnicas<sup>285</sup>. Lindolfo Collor escreveu um artigo em 12 de fevereiro de 1939, intitulado *As Reichsautobahnen*, onde descreveu a nova estrutura rodoviária alemã, um raro momento onde o jornalista elogiou e analisou de forma admirada o país. Em uma viagem de Dresden a Iena, Collor viu “maravilhado”, “o significado dessa formidável rede de estradas que, dentro em breve, cortarão a Alemanha em todas as direções, para constituir a maior realização rodoviária de todos os tempos”<sup>286</sup>. As estradas do *Reich* para automóveis iniciam um capítulo inteiramente novo na política econômica e na técnica de construção de rodovias, trata-se de estradas especializadas que não atravessam grandes centros urbanos, nem mesmo cidades de menor importância, são “enormes traços de ligação entre todos os quadrantes do *Reich*”. Talvez não possamos compreender à primeira vista o que significou em rapidez e segurança na locomoção, mas explicou que de Iena a Berlim, viagem de quase um dia nas condições anteriores, são três horas, de Berlim a Munique: cinco<sup>287</sup>.

O jornalista declarou que já conhecia a Europa de viagens anteriores, e que sempre considerou a rede rodoviária alemã uma das melhores, “senão a melhor do continente”. Um automóvel pode percorrer o território do *Reich* “folgadoamente em todas as direções”, por esse motivo não compreendeu, inicialmente, que significado pudesse ter esse novo complexo de estradas, “destinadas exclusivamente a veículos motorizados e que devem ligar o litoral marítimo aos Alpes, o território do Ruhr aos confins da Prússia Oriental”<sup>288</sup>. A construção das estradas começou em 1933 e Collor admirado disse que as *Reichsautobahnen* “não podem ser utilizadas em hipótese alguma por veículos não motorizados nem por pedestres” e que apenas em casos imprevistos, nenhum carro poderá estacionar no leito da estrada. Destacou também a segurança dessa nova estrutura, explicando que as probabilidades de desastre diminuem mais de cinquenta por cento, pois mesmo em trechos de cruzamento as estradas não se cortam.

Segundo Collor foi com obras deste porte que o governo alemão “deu cabo dos sete milhões de sem trabalho existentes ainda em 1933”<sup>289</sup>. Entretanto é importante que se veja algumas *Reichsautobahnen*, conheça a extensão das suas faixas: largas, imponentes e harmoniosas, e

---

<sup>285</sup> TODOROV, 2002, p. 53.

<sup>286</sup> COLLOR, 1989, p. 35.

<sup>287</sup> COLLOR, 1989, p. 36.

<sup>288</sup> COLLOR, 1989, p. 36.

<sup>289</sup> COLLOR, 1989, p. 38.

perceba “a importância verdadeiramente transcendental que elas terão na economia alemã”. Collor acreditou não estar errado quando afirmou que “a maior significação destas maravilhosas estradas não está no seu alcance econômico imediato ou remoto, mas no estratégico”. Ressaltando, a importância desse novo sistema rodoviário para um possível momento de guerra, imaginou que rapidamente o “Estado maior alemão conseguirá deslocar, de um momento para outro, enormes contingentes de tropas para todas as fronteiras”. Apenas dessa forma tornou-se possível compreender verdadeiramente o valor, tão fora de previsão, destas gigantescas obras, “únicas no mundo”:

Se bem compreendo a importância do que tenho diante dos olhos, todo o território alemão, graças a este novo complexo de estradas *sui generis*, poderá ser comparado doravante a uma única e formidável praça de guerra. Com poucas horas, um exército se moverá do Ruhr à Prússia Oriental, de Königsberg a Estrasburgo. E isto em condições de segurança tecnicamente fiscalizadas nos mínimos pormenores. O velho *mont-napoleônico* segundo o qual a vitória depende da circunstância de ser alguém em determinado momento o mais forte em determinado lugar, adquire aqui um sentido prático inteiramente novo na ciência e na arte da guerra<sup>290</sup>.

Contrapondo a afirmativa de Collor, Todorov<sup>291</sup> declarou que Hitler fez-se o promotor do automóvel individual e das *Reichsautobahnen*, entretanto, as aspirações modernistas não visavam somente à eficácia militar. Foi como se, em oposição ao que caracteriza as sociedades tradicionais, as relações com as coisas, com as grandes obras e modernidades, viessem instalar-se no lugar das relações entre as pessoas, como veremos no próximo tópico.

## Censura

No artigo *O humorismo e as autoridades do Reich*, escrito em 08 de fevereiro de 1939 Lindolfo Collor apresentou uma publicação do Ministro da Propaganda, Sr. Goebbels, “fulminando o humor e os humoristas não enquadrados na disciplina mental do partido”. Publicado no jornal *Voelkischer Beobachter*<sup>292</sup> ocupando “mais de quatro colunas”, o que segundo Collor, demonstrou “a importância atribuída pelo governo, a um assunto que pareceria à primeira vista destituído de maior significação”:

---

<sup>290</sup> COLLOR, 1989, p. 38-39.

<sup>291</sup> TODOROV, 2002, p. 53.

<sup>292</sup> Órgão oficial do Partido Nazista.

O Ministro do *Reich* mais diretamente incumbido de zelar pela decência do pensamento nas suas manifestações públicas não tomou da pena, no caso, para uma simples dissertação doutrinária contra o humorismo e os que o praticam por dever de profissão [...] ou por invencíveis inclinações de temperamento [...]. O estado nacional-socialista não perde tempo em considerações abstratas<sup>293</sup>.

Para Collor a mensagem foi perfeitamente compreensível “[...] que a lógica nacional-socialista não se contentasse apenas em estigmatizar as pilhérias políticas, que certos cabarés e teatros de variedades se permitem oferecer às gargalhadas descuidosas e fáceis dos seus frequentadores”, mas a censura vai ainda mais longe: “proíbe o espírito e exhibe ao mundo as razões da proibição”. Contudo, de duas coisas Goebbels se confessa antecipadamente seguro: “que não logrará com os seus argumentos convencer [...] os amantes de tais passatempos, e ainda que a imprensa do estrangeiro não tardará em clamar contra a violência que aqui se impõe aos pobres artistas de cabarés”. Se o ministro convenceu ou não, Collor diz não saber, nem é isto assunto em que se deveria intrometer. Quanto à posição dos comentaristas estrangeiros, declarou que não toma partido no caso, limitando-se à simples exposição dos fatos, deixando os demais comentários a cargo do leitor, mas contou que esteve no “Cabaré dos Cômicos”:

Fui uma noite ao Cabaré dos Cômicos [...]. Para ser rigorosamente honesto, direi que me diverti bastante. Mesmo em Paris, dificilmente se encontraria um programa tão parisiense. É claro que vi o espetáculo com olhos de estrangeiro e saboreei com as possíveis deformações do meu gosto democrático. Talvez por isto não percebi o que ele pudesse conter de menos respeitoso às instituições aqui vigentes. Três cantores sobretudo, fizeram rir a plateia com uma série de pilhérias relativas à remodelação arquitetônica da metrópole do *Reich*. [...] Agora, porém, o anátema oficial caiu sobre o humorismo em geral e as casas desse gênero em particular. O Sr. Goebbels vela, como funcionalmente lhe compete, pela seriedade das palavras e pela disciplina dos propósitos no *Terceiro Reich*. No seu longo artigo, o Ministro da Propaganda não se refere explicitamente à casa em questão: mas todo Berlim a identifica facilmente, tal a popularidade que lhe rodeava o nome nestes últimos tempos<sup>294</sup>.

Segundo Collor, para o Ministro, o caso desse cabaré não teria maior importância em si mesmo, vale apenas como “um sintoma de degenerescência espiritual, como uma tendência política doentia, uma demonstração de falta de disciplina social”. Declarou ainda que os nacional-socialistas não são impermeáveis ao humor, ao contrário, eles até sabem manejar a sátira política. Entretanto, “[...] quando uma doença ameaça transformar-se em perigo público é preciso combatê-la. Eis o que está fazendo o *Terceiro Reich* com os *cabaretiers*”. Para

<sup>293</sup> COLLOR, 1989, p. 30.

<sup>294</sup> COLLOR, 1989, p. 31.



Collor o que mais parece desagradar ao Sr. Goebbels é o fato dos humoristas nada entenderem sobre os assuntos que ironizam para divertir o público:

Na sua incurável superficialidade, que sabem eles dos cuidados que assoberbam os homens do governo e do partido? Que ideia tem qualquer deles das responsabilidades que pesam sobre a Alemanha de hoje? Permitem-se a liberdade de pilhérias, por exemplo, com as remodelações urbanas de Berlim, mas não realizam sequer a enorme soma de trabalhos que foi inicialmente necessária para organizar os planos técnicos das obras, os obstáculos de toda ordem que se opõem aos novos riscos arquitetônicos da *urbs*, a complexidade do financiamento requerido por tão gigantescas iniciativas. De nada disso os *cabaretiers* têm a menor noção. Borboleteiam descuidosamente pela superfície dos assuntos, incapazes de falar com discernimento sobre eles. Mas o Estado não pode tolerar que eles façam pilhérias sobre o que a sua inteligência não alcança, só para gáudio de intelectuais negativistas e da “alta rale”<sup>295</sup>.

Segundo a interpretação de Collor, o estado nacional-socialista não se apresentou diretamente como inimigo do humor ou dos humoristas. O que desejavam era “um humor disciplinado, útil à coletividade, construtor, e não caótico, rebelde a regras mentais, negativistas, estéril, puramente intelectual e satisfeito, com a finalidade de fazer rir à plateia”. Tanto que o Ministro da Propaganda declarou que o povo mais alegre da Europa é o alemão:

Ele passeia nas viagens, visita museus, frequenta cinemas e teatro, tudo por preços acessíveis à grande massa. Por que não estaria contente este povo? Será que lhe falta alguma coisa? O Sr. Goebbels entende que não, e afirma que a massa não se interessa no mínimo pela liberdade de fazer espírito à custa do Estado. Se assim é, realmente não há mais, neste país, lugar para os humoristas. Porque o humor só medra onde existe alguma coisa a corrigir. Se o povo alemão considera perfeitas as suas instituições e os seus homens, os humoristas aqui já não tem o que fazer. O que impressiona, por isto mesmo, é que tanta gente fosse ouvi-los todas as noites no Cabaré dos Cômicos, e que o Estado houvesse de agir contra eles<sup>296</sup>.

Outros artigos de Lindolfo Collor descreveram um pouco mais o posicionamento do partido, especialmente a atitude do Ministro da Propaganda no controle da imprensa alemã. Um exemplo que podemos citar está no já apresentado *Heil Hitler*, onde, as folhas do jornal do partido estavam repletas de telegramas e cartas de felicitações pelo aniversário do *Führer*. Uma prova dolorosa “de um eclipse moral que assombra a humanidade”, o fato de que essas demonstrações encontrem espaço na imprensa do *Reich* é motivo de “infinita tristeza para quantos admiram a Germânia”, porém, quando recordamos que o elogio oficial do “fanatismo pessoal” vem do próprio Ministro da Propaganda do *Terceiro Reich*, “considerado por ele

<sup>295</sup> GOEBBELS, apud, COLLOR, 1989, p. 32-33.

<sup>296</sup> COLLOR, 1989, p. 33-34.

condição indispensável para a plena afirmação política do nacional-socialismo, não podemos deixar de identificar essa psicose como o fruto moral da doutrina do partido”. Assim, Collor explica, que os que conhecem um pouco da Alemanha são capazes de observar que tais manifestações não “partem das camadas que se mantêm à distância dos favores oficiais”, são vozes do partido que falam assim, “vozes de dirigentes subvencionados com o dinheiro do povo”. Porque, para Collor, “o que há de lamentável nestas revoluções totalitárias, como fenômeno moral, é que elas abrem o caminho à corte de aventureiros que servem a todos os regimes e se comprazem soberanamente nos exercícios medulares da subserviência”. O que isto representa como prejuízo à cultura moral de um povo por certo, não precisa ser assinalado<sup>297</sup>.

Robert Gellately sempre aprendeu que o terror nazista “fora cometido em completo segredo”, no entanto, ao ler um recorte de jornal sobre a denúncia de uma judia, começou a se perguntar “o quanto e que tipo de informação a imprensa transmitia ao público alemão durante o *Terceiro Reich*”<sup>298</sup>. Explicou que a Alemanha nazista foi “uma avançada sociedade de comunicação de massa, e na época, estava na vanguarda da modernidade”, era uma população educada e leitora voraz de jornais. O regime hitlerista fazia o possível para instalar rádios em cada domicílio, explorando também cinejornais e filmes que transmitisse suas mensagens. Os filmes foram “transformados em uma indústria amiga do sistema, e os jornalistas se revelaram facilmente seduzíveis”, inclusive “renomados jornais conservadores e de classe média demonstraram sua anuência com a nomeação de Hitler” ou solicitaram aos leitores que lhe dessem uma chance. Deste momento em diante, “o regime conduziu a imprensa”, especialmente, “por meio da responsabilização de proprietários, editores e jornalistas por aquilo que publicavam”. Com o tempo repórteres e editores favoráveis a Hitler, “chegaram a um ponto em que simplesmente decidiram não mais seguir pistas sobre o assassinato de judeus e muitas outras atrocidades, mesmo quando os jornais publicavam anúncios fúnebres das vítimas de eutanásia, os jornalistas aparentemente não faziam investigações”<sup>299</sup>. Ilustrando a existência e a forma como acontecia a censura no regime nacional socialista alemão.

---

<sup>297</sup> COLLOR, 1989, p. 129.

<sup>298</sup> GELLATELY, 2011, p. 7.

<sup>299</sup> GELLATELY, 2011, p. 28.

## Os Alemães Antinazistas

Para Collor, uma das mentiras mais despudoradas do nazismo consiste em afirmar que todas as camadas sociais estão enfileiradas ao lado do lamentável vulgarizador de heresias e banalidades que se chama *Mein Kampf* e que, dentro das fronteiras do *Reich*, apenas os judeus resistiram à incorporação ao partido, argumentou que “quem quer que conheça dois dedos da realidade alemã sabe que isto não foi assim”<sup>300</sup>. Escrito em 09 de abril de 1942, quando já estava no Brasil, o artigo *Os alemães antinazistas* analisou o clima de tragédia que se instalou no mundo após a vitória dos regimes totalitários, que transformou o cenário e a vida do homem num quotidiano apocalipse, onde segundo Collor:

O que existe aos olhos do mundo é o *Terceiro Reich*, e o *Terceiro Reich* significa o mais monstruoso esforço de regressão política ensaiado depois das trevas da Idade Média [...]. Mas a Idade Média foi uma etapa construtiva e necessária na elaboração dos tempos novos. Ao passo que o nazismo (e não apenas o nazismo, mas todas as formas estatais que lhe são mais ou menos afins) representa a negação de todo o passado das sociedades civilizadas, e, por conseguinte, do seu futuro<sup>301</sup>.

Assim, se generalizarmos, “o mundo dos nossos dias só conhece duas denominações: a nazista e a antinazista”, e dessa forma desaparecem “as raças, os povos, as fronteiras políticas”. Podemos comprovar essa argumentação de Collor. Eric Voegelin, por exemplo, explicou que “a responsabilidade humana começa na consciência individual” acreditando que “a liberdade individual permite escolher entre agir de modo moral ou imoral” e que por isso teóricos como Arendt e Jaspers rejeitam a ideia de “culpa coletiva”, citando alemães como Thomas Mann, Karl Kraus e Heimito von Doderer que souberam denunciar em tempo útil o nazismo e “mantiveram intactos seu espírito e sua moralidade”, outros como Alfred Delp e Dietrich Bonhoeffer foram mártires e houveram ainda os colaboradores como, Martin Heidegger e Carl Schmitt<sup>302</sup>.

Retomando o artigo *Os alemães antinazistas*, Collor questionou: Como compreender, que Hitler, um estrangeiro, se tenha apossado dos destinos do povo germânico e encontre na sua aquiescência prestígios para lançar o mundo nos infernos desta guerra? Chegando à conclusão de que essa é uma interrogação ampla demais para encontrar resposta adequada dentro dos

---

<sup>300</sup> COLLOR, 1942, p. 222.

<sup>301</sup> COLLOR, 1942, p. 221.

<sup>302</sup> VOEGELIN, 2008, p. 11.

limites de expressão de que dispõe, notou apenas que o mundo civilizado estava afeto a um certo número de cânones morais, que pareciam estratificados nas sociedades contemporâneas<sup>303</sup>, como explicado na introdução deste capítulo.

O artigo já citado sobre a comemoração do 50º aniversário de Hitler na publicação de 21 de abril de 1939, *Heil Hitler*, expõe também uma discussão sobre os chamados “ilegalistas”. Collor identificou posições e contraposições do povo alemão quanto ao regime nacional-socialista, relatou que enquanto o “Sr. Hitler acordava no faustoso palácio da *Reichskanzlei*”, para a celebração de seu aniversário, uma outra Alemanha, a Alemanha dos “ilegalistas”, “redobrava os seus esforços subterrâneos contra esse regime que lhe parecia inconciliável com a dignidade da existência humana”<sup>304</sup>:

Que formidáveis incêndios de ódio lavram por baixo dessa superfície de ordem e disciplina, de que tanto se vangloriam os mestres-de-cerimônias do *Terceiro Reich*! Os crimes mais hediondos na Alemanha de hoje são os crimes de opinião. Às prisões e os campos primitivos se alargam ininterruptamente. Que significa o fato senão que uma parte da opinião alemã arrosta impavidamente as iras do Estado, mas não abandona as esperanças da redenção final? Eu tive durante a minha recente estada na Alemanha numerosas indicações dessa agitação, que se manifesta em todas as camadas da sociedade. Não tive, porém (que eu saiba), contatos diretos com pessoas ligadas ao movimento “ilegalista”. Compreende-se que nada seja mais difícil do que identifica-los<sup>305</sup>.

Pesquisando sobre os “ilegalistas”, Collor apresentou um artigo de um jornalista francês, o Sr. Thomas Brucel, que venceu a dificuldade de localizar um representante deste movimento e escreveu um relato:

"Foi assim", conta-nos Thomas Brucel, "que começou a minha conversa, há tanto tempo desejada, com um dos animadores mais ativos da oposição anti-hitlerista. Eu o olho com tanta avidez que, por alguns momentos, não penso mesmo em responder-lhe, menos ainda em dirigir-lhe qualquer pergunta". A perplexidade dura alguns instantes. Depois é o jornalista quem indaga: A questão que preocupa toda gente na França é esta: que pensa verdadeiramente o povo alemão, quero dizer, a gente do povo, da ocupação da Tcheco-Eslováquia? Qual a reação provocada por esse fato entre os adversários do nazismo?<sup>306</sup>

O “ilegalista” entrevistado respondeu que “a ocupação da Tcheco-Eslováquia constituiu uma grande surpresa”, não foi algo precedido, como por exemplo, “a ação de setembro de 38”, por

<sup>303</sup> COLLOR, 1942, p. 222.

<sup>304</sup> COLLOR, 1989, p. 129.

<sup>305</sup> COLLOR, 1989, p. 130.

<sup>306</sup> BRUCEL, apud, COLLOR, 1989, p. 130.

nenhuma negociação internacional mais ou menos prolongada, que houvesse transmitido ao povo o temor da guerra:

Uma fermentação quase pré-revolucionária agitava as massas. Durante as semanas que precederam a invasão da Tcheco-Eslováquia, um indefinível mal-estar pesava sobre as populações. O instinto lhe indicava que aquela calma era aparente. O discurso que Hitler pronunciou a 30 de janeiro já tinha sido uma ameaça. Era geral a convicção de que alguma coisa de estranho ia acontecer. Mas ninguém atinava com o que pudesse sobrevir, muito menos qual a direção dos acontecimentos. Junte a isto uma crescente penúria de alimentos. A demissão de Schacht foi o primeiro alarme real. Sentiu-se mais que Hitler trataria de encontrar uma solução para as crescentes dificuldades internas, primeiro por meio de recursos financeiros, inflacionistas, depois por um golpe de força no exterior. A surpresa logo se transformou em inquietude, em angústia depois. Os meus homens de confiança, em muitas das usinas de armas em Berlim, me informavam que uma espécie de perplexidade silenciosa reinava entre os trabalhadores. A ocupação da Tcheco-Eslováquia os indignava. Mesmo alguns membros da S.A. diziam: "Hitler avança demais. Isto acabará mal!" Mas a emoção generalizada só mais tarde se fez sentir<sup>307</sup>.

Gostaria de ressaltar algumas passagens deste cenário citado pelo “ilegalista”, em que Lindolfo Collor esteve presente, como por exemplo, na Sessão do *Reichstag* de 30 de janeiro, analisada neste capítulo, e a demissão de Schacht, analisada no tópico sobre as finanças do partido nacional-socialista. Observamos nesta ressalva a presença de Collor em momentos cruciais do regime nazista alemão durante seu exílio e sobre os acontecimentos iniciais da Segunda Guerra Mundial. Retomando as declarações apresentadas pelo jornalista francês em sua entrevista com o dirigente “ilegalista” alemão, relatou:

O tema oficial do partido era que as democracias aceitariam, insensíveis, o novo golpe. Quando o país teve as provas em contrário, indiretamente fornecidas pela própria imprensa controlada, a sua inquietação aumentou. A nossa propaganda era natural, se fez mais intensa. Usando de novos métodos, conseguimos pôr em foco as contradições existentes entre as seguranças de paz que Hitler ofereceu ao mundo e os seus atos de agressão a povos estrangeiros<sup>308</sup>.

Observamos novamente a denúncia da imprensa controlada, tão falada por Collor em seus artigos, e o empenho dos dirigentes em ampliar a propaganda e relatar ao povo alemão as contradições da política nacional-socialista. Depois o dirigente “ilegalista” explicou “como foi possível agir no meio do povo, sobretudo nas fábricas”:

Foi um trabalho de inteligência, de coragem, de tenacidade. Às vezes recorre-se aos métodos diretos - boletins de propaganda, mimeografados,

<sup>307</sup> BRUCEL, apud, COLLOR, 1989, p. 130.

<sup>308</sup> COLLOR, 1989, p. 131.

minúsculos, que aparecem misteriosamente ao alcance das mãos dos operários. Em outras circunstâncias, procede-se por maneira a que o homem do povo fixe pelo seu próprio raciocínio as conclusões impostas pela política do nacional-socialismo. A ação se faz sentir em todos os grandes centros alemães [...] <sup>309</sup>.

Enquanto lia a reportagem de Thomas Brucel no jornal francês, Collor lembrava algumas situações vividas em Berlim e que “demonstravam a soma de energia e sangue-frio necessária para uma ação de tal envergadura”, contou que em mais de uma ocasião, aconteceu de pessoas com quem Collor jantava lhe solicitasse “que não falassem em política especialmente quando o pessoal de serviço entrasse na sala”:

“O senhor não pode imaginar o que é a espionagem neste país!" Mudar de criados não adianta. O espião de hoje será substituído por outro, amanhã. Em casa de pessoas de significação política, suspeitas ao regime, a começar pelos príncipes de dinastias depostas, ninguém se aventura a falar em voz alta, mesmo na ausência da criadagem, tal a convicção de que, dentro das suas próprias casas, podem existir aparelhos cuidadosamente disfarçados que registrem tudo quanto se diga. Ovi esta espantosa afirmação não uma, mas muitas vezes. Invariavelmente, eu me mostrava incrédulo quanto a tais requintes técnicos de espionagem. Mas as objeções que formulava, os meus interlocutores respondiam que só não me eram compreensíveis porque eu não conhecia suficientemente a Alemanha <sup>310</sup>.

Existem também outros artigos de Collor que falam sobre a espionagem alemã, como por exemplo, quando o jornalista relatou que em determinada ocasião um amigo, “homem de grande projeção social”, perguntou-lhe se desejaria conhecer um príncipe, Collor respondeu afirmativamente e o amigo ficou então de telefonar para marcar a entrevista. Entretanto após uma semana sem notícias questionou:

- Em que ficou a nossa visita ao príncipe?
- Visivelmente contrafeito, o meu amigo respondeu:
- Não pude ainda telefonar-lhe porque desde há alguns dias o meu telefone está controlado. Concluo que, com mais forte razão, também o do príncipe.
- E porque não passa na casa dele e lhe fala pessoalmente? – perguntei
- A precaução de nada serviria, foi a resposta. Os criados não deixariam de tomar nota da minha presença <sup>311</sup>.

A visita, lamentavelmente, não aconteceu. Em outro artigo recordou um velho carteiro “que costumava, muito cedo pela manhã, levar o correio”. Quando Collor abria a porta, ele, ainda no corredor, levantava o braço em saudação: “*Heil Hitler!*”. Mas ao fechar a porta, já dentro do apartamento, dizia: "Uma tristeza, meu caro senhor! Uma tristeza, ver-se o que esta gente

<sup>309</sup> BRUCCEL, apud, COLLOR, 1989, p. 131.

<sup>310</sup> COLLOR, 1989, p. 132.

<sup>311</sup> COLLOR, 1989, p. 132.

faz da Alemanha"<sup>312</sup>. Em outro artigo intitulado *O Sr. Roosevelt e os ditadores Collor* relembra um diálogo que teve durante sua estadia na Alemanha com um negociante de Hamburgo sobre o nacional-socialismo, Hitler e a guerra que se aproximava:

Certa ocasião, eu ouvia de um grande negociante de Hamburgo (ariano cem por cento, inútil dizê-lo) as mais amargas reflexões sobre o nacional-socialismo. “Acredita”, perguntei-lhe, que esse regime possa vir abaixo por uma sublevação popular? “Impossível” foi a resposta. “O partido infiltrou-se em todas as camadas. Na Alemanha de hoje, toda gente desconfia do seu próximo. A menor delação produz as consequências mais graves. O partido está armado até os dentes. Isto só terminará com a guerra que Hitler está preparando e que não tarda em desencadear-se!” “Mas o senhor já meditou sobre a extensão dos desastres que essa guerra significará para a Alemanha?” Nunca esquecerei a expressão de tristeza das palavras do meu interlocutor: “Ninguém que disponha de dois dedos de raciocínio tem a menor dúvida a este respeito. A Alemanha será de novo arrasada. Mas entre os castigos da derrota, com todo o seu cortejo de horrores, e a indizível humilhação da nossa vida presente, nós preferimos a derrota”<sup>313</sup>.

Lindolfo Collor citou este diálogo, mas poderíamos citar tantos outros, todos concordantes “com a tese de que a força interna do ditador repousa sobre a impotência a que foi reduzido o povo”<sup>314</sup>.

Ainda no artigo sobre *Os alemães anti-nazistas*, Collor nos faz analisar “os terríveis contornos do drama de consciência dos alemães antinazistas que vivem no *Reich* ou espalhados no mundo”. Não se trata especificamente dos judeus, que segundo Collor “o hitlerismo relegou a uma situação de párias dentro da pátria e de apátridas no mundo”. O jornalista fala daqueles alemães que “os próprios esquadrinhadores de genealogias de fundo zoológico hão de considerar necessariamente *arianos* e dignos, de tomar parte nos sangrentos festins de Tor”. Os chamados “traidores declarados ou potenciais da pátria segundo o critério dos dominadores de hoje”, que têm as vidas permanentemente a prêmio. Por qual motivo? Simplesmente por acreditarem que a “Alemanha é uma parcela da humanidade, porque não querem para o seu país o odioso papel de algoz dos fracos, porque se envergonham da estupidez dos seus irmãos de sangue, que pretendem para os germanos a situação de raça privilegiada no mundo”<sup>315</sup>. Collor ressaltou que após “transpostas as fronteiras do *Reich*, basta que eles levantem a voz para que todos se retraiam deles, no receio de traições iminentes e

---

<sup>312</sup> COLLOR, 1989, p. 130.

<sup>313</sup> COLLOR, 1989, p. 125.

<sup>314</sup> COLLOR, 1989, p. 125.

<sup>315</sup> COLLOR, 1942, p. 223.

incoercíveis"<sup>316</sup>. Argumentam que não possuem garantias de que “esses alemães que se dizem vítimas do nazismo não sejam, bem pelo contrário, espões a serviço de Hitler e que tenham vindo ao estrangeiro no desempenho de missões determinadas”. Para Collor essa desconfiança é compreensível, e nela “se retrata mais um aspecto da miserável decadência espiritual do homem, conseqüente à dominação dos regimes de força, que só acreditam no poder material e desprezam, por imprestáveis, todas as conquistas morais da humanidade”. Entretanto, por mais justificada que a desconfiança do mundo se apresente, segundo Collor, “ela não exclui o fato da existência, aos milhões, de consciências alemãs não conformadas com o domínio de Hitler”:

Esses indivíduos, como é evidente, sofrem mais, nesta hora, do que os naturais de qualquer outro país. Eles são personagens de uma tragédia moral sem precedentes. De um lado, veem na vitória da Alemanha a derrota dos seus credos políticos, daqueles credos pelos quais muitos deles já encararam de frente as ameaças da morte, daqueles credos e princípios que são carne da sua carne, sangue do seu sangue, e representam, na situação de hoje, o único bem das suas vidas naufragadas. De outro lado, na vitória das ideais pelas quais estão sofrendo, eles divisam o anátema do mundo e maldição dos séculos, abatidos sobre a terra que os viu nascer<sup>317</sup>.

Para Collor, se no primeiro caso significou o exílio sem remissão para eles e para os seus descendentes, o segundo caso tem o “alcance de uma vitória ao meio dos escombros da mais tremenda das derrotas”. Acreditou também que não deveríamos nos deixar “arrastar excessivamente pelas seduções de humanidade” e não eximir o povo alemão das culpas desta segunda catástrofe do Século XX. Existe entre eles culpados, inocentes e mártires, podem ser os culpados o maior número talvez, mas “por amor da causa que estamos defendendo, não englobemos nas suas fileiras abomináveis as legiões de inocentes” e, sobretudo “não regateemos a nossa comovida veneração aos milhares de mártires que já pagaram com as suas vidas na Alemanha de Hitler o crime de acreditarem, como nós, na dignidade da criatura humana”<sup>318</sup>.

---

<sup>316</sup> COLLOR, 1942, p. 223-224.

<sup>317</sup> COLLOR, 1942, p. 224.

<sup>318</sup> COLLOR, 1942, p. 225.



## Antissemitismo

Seguindo nosso objetivo avaliaremos neste tópico as considerações de Lindolfo Collor sobre a situação dos Judeus na Alemanha durante o regime nacional-socialista. No artigo sobre os *Índices da vida financeira do Reich*, Collor inicia seus relatos descrevendo a recriminação do *Führer* contra os judeus. Questiona, por exemplo: o que podem os judeus contra suas invectivas? Para Collor nada. Os judeus simplesmente “baixam a cabeça ao anátema, cobrem de cinza os corpos e choram como Jó as suas desgraças. Com a diferença de chorarem em silêncio, pelo menos dentro das fronteiras do *Reich*”<sup>319</sup>. Neste mesmo artigo explica as expropriações dos judeus, uma das fontes de renda de grande significação para o regime nacional-socialista alemão<sup>320</sup>. Em outro artigo também analisado nesta dissertação, *Assim falou o Sr. Rosenberg*, Collor explicou que para o filósofo do partido nazista não importava que os Estados Europeus adotassem ou não um “governo forte” semelhante ao *Terceiro Reich*, contanto que aceitassem os pontos de vista do nazismo quanto ao combate ao bolchevismo e a perseguição aos judeus. Especialmente quanto à perseguição, o Sr. Rosenberg dedicou grande parte da sua exposição:

Já se conhecem os argumentos. Os Judeus são os responsáveis diretos pelas desgraças da Alemanha. Força de decomposição, ela carrega com todas as culpas da dissolução dos costumes no *Reich* e no mundo. O Judeu não tem apego ao lugar onde nasceu, por isso que ele é por definição um caráter erradio. E assim por diante<sup>321</sup>.

Para Collor, a única novidade relatada na conferência do Sr. Rosenberg foi a afirmativa de que “em nenhuma outra obra de arte alemã, nem na poesia, nem na pintura, nem na escultura, se encontrava o menor sinal da espiritualidade da raça maldita. Tudo quanto a Alemanha produziu de grande, também na ciência é de origem puramente ariana”<sup>322</sup>:

O que sempre singularizou os judeus no complexo da vida Alemã foi apenas aquela intolerância agressiva que é a marca do Velho Testamento. Se tomássemos ao pé da letra estas palavras, haveríamos de concordar que, se os judeus nada de bom deixaram na Alemanha, a Alemanha de hoje, em compensação, faz o possível por apropriar-se, em relação a eles, da única coisa que lhe levaram: a intolerância. De fato, não se chega mesmo a compreender que os apóstolos nazistas não se constrajam em falar na

---

<sup>319</sup> COLLOR, 1989, p. 40.

<sup>320</sup> COLLOR, 1989, p. 43.

<sup>321</sup> COLLOR, 1989, p. 48.

<sup>322</sup> COLLOR, 1989, p. 48.

intolerância dos judeus, numa hora em que os judeus são vítimas da perseguição mais intolerante em todas as cidades e aldeias do país<sup>323</sup>.

Segundo Rosenberg, o problema judaico “não é alemão, mas mundial”, assim, o mundo inteiro tem “a obrigação de ajudar a resolvê-lo”, de que forma? Questiona Collor:

Abrindo as fronteiras dos países democráticos para receber os perseguidos? Não. Contribuição para a formação de um Estado autônomo, na Palestina ou alhures, para abrigar todos os filhos de Israel? Tampouco. A primeira solução parece-lhe imperfeita e quase agressiva ao *Reich*. Pois não irão todos os expulsos da Alemanha fazer por todos os países do mundo a mais atroz campanha de difamação contra o nacional-socialismo? Com efeito, um Estado que lhe abra as fronteiras já se deve considerar, *ab initio*, como simpatizante do judaísmo<sup>324</sup>.

Collor compreende que se os judeus não devem se infiltrar em outros países, a única possibilidade seria que os auxiliassem a formarem “o seu” Estado. Mas também isto parece pouco recomendável para o Sr. Rosenberg. Segundo o filósofo do partido nacional-socialista um “Estado Judaico”, com governo próprio, relações diplomáticas e intercâmbio comercial seria um perigo. Então finalmente o orador sugere uma “fórmula conveniente” de que seria preciso colocar todos os judeus “num ponto qualquer do globo, 15 milhões mais ou menos, sob a vigilância imediata de uma polícia internacional”, o que segundo o orador chamaríamos de *Reservat*, que para Collor poderíamos considerar como um novo conceito “nas concepções de governo dos povos”. Para o Sr. Rosenberg “um *Reservat* não é um Estado autônomo, nem um superprotetorado, nem uma colônia, nem um presídio-monstro. É um *Reservat*, pura e simplesmente”, sugerindo inclusive que este *Reservat* seja construído em “Madagascar ou em algum outro ponto afastado do mundo”<sup>325</sup>:

O Sr. Rosenberg está tão compenetrado da viabilidade do seu plano que sem indagar da sua humanidade ou não, examina os lugares mais apropriados para o estabelecimento do *Reservat*. O Alasca? Não. O Clima frio dessa região só pode ser tolerado pelos arianos. Algum trecho do Canadá? Não. Porque haveria inconveniente na mistura dos Judeus com os filhos do Domínio. Afinal, ele se fixa, com alguma convicção, em Madagascar. Talvez pudesse ser pior...<sup>326</sup>.

Para Collor, “o apóstolo alemão espera que o mundo aceite estes pontos de vista que lhe parecem de todo pontos justos”, entretanto, não admite que outros povos “tenham a pretensão de imiscuir-se em assuntos que só dizem respeito à Alemanha, isto é, à sua organização

<sup>323</sup> COLLOR, 1989, p. 49.

<sup>324</sup> COLLOR, 1989, p. 49.

<sup>325</sup> COLLOR, 1989, p. 49.

<sup>326</sup> COLLOR, 1989, p. 49-50.

política e à sua *Weltranschauung*”. Em contraposição, também a Alemanha não faz nenhuma questão de que outros povos adotem o nacional-socialismo como regime político, o nacionalismo é uma concepção alemã, como o fascismo é italiano, “os outros povos que inventem fórmulas que mais lhes convenham”<sup>327</sup>.

Para concluir este capítulo gostaria de ressaltar que não buscamos aprofundar o contexto da Segunda Guerra Mundial ou o antissemitismo em si, mas analisar as visões de Lindolfo Collor sobre os fatos. Neste momento Collor não é o político, mesmo que não possamos eliminar essa formação e experiência adquirida, entretanto prevalece a postura do jornalista exilado no olho do furacão que se formou na Europa. Acredito que a oportunidade de presenciar *Sessões do Reichstag*, ampliou seu olhar sobre o regime hitlerista, sem esse contato direto, Collor não poderia analisar os pontos destacados neste capítulo sobre o partido nacional-socialista, a pretensão de formação da “Grande Alemanha”, a censura e o antissemitismo. Não estava definida ainda a concepção filosófica sobre o totalitarismo, Lindolfo Collor não o compreende como uma teoria política, como definiu posteriormente a cientista política Hannah Arendt, que dominou como poucos o tema do antissemitismo e as origens do totalitarismo. Para Arendt o totalitarismo está interligado ao terror, racismo e imperialismo, enquanto Collor o relaciona diretamente ao cerceamento da liberdade do indivíduo. Ele demonstrou conhecer os campos de concentração e o sofrimento dos judeus na Alemanha, mas ainda não tinha base e conhecimento suficiente para entender o que foi o holocausto. Não viveu o suficiente para ver o fim da Segunda Guerra Mundial e analisar suas consequências.

---

<sup>327</sup> COLLOR, 1989, p. 50.

### **CAPÍTULO 3: INIMIGO DA ALEMANIDADE**

Um comunicado foi emitido pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha<sup>328</sup> ao Instituto Ibero-americano<sup>329</sup>, datado de 03 de abril de 1939, indicando o descontentamento do governo alemão quanto aos escritos de Lindolfo Collor. Inicialmente relatou que o jornalista era “conhecido e cordialmente recebido em Berlim”, tendo enviado favoráveis informações ao *Diário de Notícias* sobre as estradas rodoviárias federais e a *Sessão do Reichstag*. Contudo, posteriormente passou a ser reconhecido sob um aspecto menos favorável, valendo das evidências presentes em um relatório enviado pela Embaixada da Alemanha do Rio de Janeiro ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, justificando que Collor publicou no *Diário de Notícias* um artigo intitulado *Índices da Vida Financeira do Reich*, declarando suas impressões sobre o endividamento do Estado Alemão. Segundo o comunicado esse artigo teria sido escrito “no estilo da crítica liberal-democrática”, demonstrando que Collor não compreendeu absolutamente nada do “fundamento ideológico mundial da economia nacional-socialista”. Para as autoridades alemãs a tendência oculta presente neste artigo foi perigosa, pois transmitiu ao leitor a ideia de que a Alemanha encontrava-se ante um “desmoronamento financeiro”, que a aplicação deste método alemão em outros países “significaria o caos” e que o modelo financeiro adotado nas democracias ocidentais é melhor e mais seguro. Para o governo alemão esse artigo impressionou, “foi como água a fazer girar o moinho dos círculos tetófobos”<sup>330</sup>.

O comunicado alegou ainda que o *Diário de Notícias* pertence a um grupo de “jornais anti-alemães independentes dos EUA”. Portanto, se a redação fez essa publicação e ofereceu-lhe um lugar de destaque, chamando inclusive a atenção dos leitores através de um prefácio, “esse trabalho deve ser considerado totalmente no sentido de sua atitude anti-alemã”<sup>331</sup>. Outro artigo de Lindolfo Collor, *Pontificem Habemus*, também citado no comunicado e conforme a

---

<sup>328</sup> Apresentado na obra *Europa 1939* em sua 2ª edição da Fundação Paulo do Couto e Silva e Fundação Casa de Rui Barbosa, publicada no ano de 1989. Com a seguinte designação:

Alguns artigos publicados por Lindolfo Collor a propósito do nazismo, reunidos neste livro, foram objeto de apreciação e crítica pelo Ministério de Relações Exteriores da Alemanha, em comunicação ao Instituto Ibero-Americano, a 3 de abril de 1939. Esse documento integrava o Arquivo Federal do “Reich”, em *Koblenz*, hoje incorporado ao Departamento de História da Universidade do Estado de Lousiana (USA). Por registrar a ressonância dos textos coligidos neste volume, vai ele adiante transcrito em sua versão original, bem como em tradução.

<sup>329</sup> Centro de investigação científica e de intercâmbio cultural situado em Berlim na Alemanha.

<sup>330</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ALEMANHA, apud, COLLOR, 1989, p. 289.

<sup>331</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ALEMANHA, apud, COLLOR, 1989, p. 289.

opinião do Estado Alemão foi onde o jornalista se revelou definitivamente um “inimigo da alemanidade”<sup>332</sup>:

Ele declarou que Bolchevismo e Nacional-Socialismo são a mesma coisa no que diz respeito aos assuntos religiosos. Asseverando que os regimes totalitários querem exercer coação sobre as consciências, apontou uma indevida invasão do poder material na esfera da Igreja. Por fim falou dos homens que açambarcaram o poder e agora estariam tentando subjugar o reduto mais sagrado do homem, a sua liberdade de consciência. Já por ocasião de sua gestão como Ministro do Trabalho, e também mais tarde, o autor do artigo se havia evidenciado como fanático socialdemocrata com incidência comunista, e este artigo mostrou que sua estadia na Alemanha não modificou seu pensamento. Ele pertence, portanto, aos não-ensináveis, fato que deveria ser levado em consideração caso faça nova visita à Alemanha<sup>333</sup>.

No capítulo anterior analisamos a recriminação de Lindolfo Collor a quaisquer regimes totalitários e que busquem coagir os direitos ou liberdades. O comunicado conclui que Lindolfo Collor não deve ser novamente recebido na Alemanha, fazendo-se saber que ele se encontra em Paris e caso algo venha a constar sobre ele neste lugar, “solicita-se imediata comunicação”<sup>334</sup>. Neste capítulo analisaremos os artigos *Índices da Vida Financeira do Reich* e *Pontificem Habemus*, diretamente citados no comunicado, entretanto, por ora gostaríamos de ressaltar algumas acusações do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha que serão analisadas, como por exemplo, o fato de que Lindolfo Collor teria escrito seu artigo “no estilo da crítica liberal-democrática”; a não compreensão do jornalista sobre o “fundamento ideológico mundial da economia nacional-socialista”; a mensagem que transmitiu ao leitor a ideia de uma Alemanha ante um desmoronamento financeiro, bem como a adoção deste método em outros países significaria o caos, sendo o modelo adotado nas democracias ocidentais melhor e mais seguro; o fato de que a Alemanha buscou subjugar a liberdade de consciência; e por fim, a acusação de “fanático socialdemocrata com incidência comunista” a Lindolfo Collor.

---

<sup>332</sup> Originalmente o termo contido no comunicado é *Deutschtums*, que fora traduzido pela editora como “alemanidade”, conservamos a tradução.

<sup>333</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ALEMANHA, apud COLLOR, 1989, p. 289.

<sup>334</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ALEMANHA, apud COLLOR, 1989, p. 289.

### As finanças do *Terceiro Reich*

Acompanhamos no primeiro capítulo as funções assumidas por Lindolfo Collor nos domínios econômicos, como por exemplo, quando foi redator da Comissão de Orçamento, durante seu mandato como Deputado Estadual no Rio Grande do Sul, na Câmara Federal atuou como Membro da Comissão de Finanças, elaborando e escrevendo numerosos artigos sobre o cenário financeiro no Brasil, sendo inclusive uma possível indicação para Ministro da Fazenda no governo do Presidente Washington Luís, justamente por seus conhecimentos, estudos e contínua formação. Assim, em contato com o regime nacional-socialista, avaliou também o cenário econômico do partido, seu funcionamento e organização. No artigo *Índices da vida financeira do Reich* escrito em Berlim no dia 21 de fevereiro de 1939, Collor explicou que a “vida econômica na Alemanha atingiu um período de plenitude” onde as atividades produtivas estavam em alta e a imprensa local celebrava este renascimento, justificando seu combate às democracias e seu argumento a favor dos regimes totalitários:

As legiões dos desempregados desapareceram. Os industriais não têm mãos a medir. O comércio refloresce. Os hotéis estão cheios, cheias as casas de diversões, os cafés, os bares, os teatros. [...] O Estado constrói palácios suntuosos [...]. Simultaneamente, constroem-se navios de guerra, aviões de bombardeio e de combate, cingem-se as fronteiras das obras de defesa mais formidáveis que o mundo já conheceu<sup>335</sup>.

Para Collor essa foi a grande justificativa para o *Führer* proclamar os seus desígnios e reafirmar que o Estado nacional-socialista exige da população mais do que apenas a lealdade, exige o “fanatismo”. Apenas os fanáticos, como dito pelo Ministro da Propaganda “podem ter a compreensão integral das verdades do nacional-socialismo”. Para o jornalista, tudo o que foi escrito desde Adam Smith aos nossos dias a respeito da fortuna das nações “é matéria revogada pela doutrina hitlerista”<sup>336</sup> e não escondeu suas críticas:

Eis porque há de ser sempre extremamente difícil a um espírito apenas objetivo e não iluminado por aquele fanatismo sagrado penetrar nos mistérios da economia nazista, compreender-lhe as bases completamente novas, fixar as relações até aqui inéditas que a sua doutrina estabelece para as receitas e as despesas públicas, apreender, enfim, as possibilidades em que o erário se estriba para inverter em obras improdutivas somas que de tão fantásticas nos dão vertigem das alturas. [...] A questão fundamental à compreensão e ao julgamento da política econômica do *Terceiro Reich* reside, se não estou em engano, em saber, se a faculdade de fazer dívidas deve ser considerada para os Estados como praticamente ilimitada. Se a resposta puder ser afirmativa, o que se está fazendo na Alemanha é perfeito.

---

<sup>335</sup> COLLOR, 1989, p. 41.

<sup>336</sup> COLLOR, 1989, p. 40.

E maior do que a admiração pelo que se faz neste país só há de ser o pasmo pela estupidez de todos os outros países que ainda não resolveram fazer o mesmo. Mas se não de todo afirmativa a resposta, impõe-se a conclusão de que a Alemanha está engolfada em uma experiência cujos resultados se vislumbram extremamente duvidosos<sup>337</sup>.

Verdadeiramente Lindolfo Collor não compreende o fundamento ideológico mundial defendido pela economia nacional-socialista. Para o jornalista trata-se de uma experiência duvidosa, não se pode presumir ou encontrar em nenhuma teoria os resultados que se podem alcançar. As críticas de Collor foram diretas, especialmente na análise das estatísticas de custo de vida, ritmo de produção e incidência dos impostos, os fins onde os recursos são empregados, bem como a falta de publicação desses orçamentos de receitas e despesas, de forma que a população não sabe como o Estado emprega os recursos arrecadados. Collor citou ainda a genialidade de Hitler, “que não conhece impossíveis e tanto sabe dominar a vontade dos homens como a lógica espavorida dos números e a força já completamente desmoralizada das velhas e obsoletas leis da economia pública”<sup>338</sup>. De modo que, tanto as potestades políticas, quanto também “as leis econômicas e as regras da aritmética não tem outro remédio senão o de se curvarem, resignadas e submissas à vontade onipotente do *Führer*”<sup>339</sup>:

Não faltam, por certo, estatísticas numerosas e bem feitas sobre o custo de vida, o ritmo da produção e a incidência dos impostos. Mas há um vácuo fatal, que nos deixa sem ponto de referência quanto ao montante e aos fins para qual o Estado emprega o dinheiro público. A Alemanha é, nos dias de hoje, o único país do mundo que não publica os seus orçamentos de receita e despesa. O povo paga os impostos, mas não sabe em que e como o Estado os consome. O *Reichstag*, que o *Führer* nomeou, deu plenos poderes ao mesmo *Führer*. E isto basta<sup>340</sup>.

Observamos na argumentação de Collor outro ponto de acusação citado no Comunicado do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha de que o governo subjuguou a liberdade de consciência da população, de fato, a citação nos permite avaliar que para o jornalista a não publicação dos orçamentos de receitas e despesas, leva a população ao total desconhecimento de como o Estado emprega os impostos, as circunstâncias, bem como a participação dos cidadãos na escolha e destinação dos mesmos. Collor apresentou também algumas cifras sobre a vida financeira do *Reich*, como por exemplo, o crescimento em 10% do custo de vida entre os anos de 1932 a 1938, o aumento populacional de 3 a 4 milhões de pessoas, as

---

<sup>337</sup> COLLOR, 1989, p. 41-42.

<sup>338</sup> COLLOR, 1989, p. 40.

<sup>339</sup> COLLOR, 1989, p. 41.

<sup>340</sup> COLLOR, 1989, p. 42.

elevações dos ônus extrafiscais em 5.800 milhões de marcos em 1938. Destacando algarismos que nos oferecem uma ideia da progressão da dívida pública do *Terceiro Reich* e concluindo que dentro da fronteira alemã “a progressão dos impostos é aritmética; a das despesas, geométrica”. E novamente suscitando muitos questionamentos:

E os gastos continuam. Até quando? Em que proporções? Eis as interrogações que por certo não se leem na imprensa Alemã. Mas, não obstante, elas existem – palpitantes e ansiosas – na Alemanha dos nossos dias. Elas se fazem ouvir, sobretudo no estrangeiro, onde ouvidos atentos e olhos diligentes acompanham o desenrolar dos acontecimentos dentro das fronteiras do *Reich*<sup>341</sup>.

Sobre as grandes fontes de renda na Alemanha, Collor mencionou inicialmente “as expropriações dos judeus e as chamadas contribuições voluntárias (*Winterhilfe*)”, somas consideráveis que o partido arrecada, “mas de cuja aplicação, como dos dinheiros públicos propriamente ditos, o povo nada conhece”<sup>342</sup>. Neste momento vale citar outro artigo escrito quando Collor já estava em Paris no dia 05 de abril de 1939, intitulado *Meditação sobre as ondas*, onde explicou que:

Toda a vida financeira da Alemanha se faz na ausência completa de lastro-ouro. O Dr. Schacht, quando presidente do *Reichsbank*, opunha-se tenazmente às emissões de papel-moeda não garantidas pela riqueza criada. Para o trabalho remunerador, o sistema Schacht funcionava como se o lastro existisse. Mas para as obras improdutivas, tal como o rearmamento militar, impossível encontrar a solução nas emissões ritmadas da *Reichsbank*. Em consequência as despesas bélicas teriam de ser financiadas com os recursos clássicos: impostos e empréstimos<sup>343</sup>.

Collor relatou que o Dr. Schacht, apesar “de sua extrema maleabilidade política” foi homem de “princípios rigorosos em matéria de economia e de finanças”, mas teve de abandonar o seu posto, entretanto, o *Reichsbank*, “que dispõe de um corpo técnico de primeira ordem, não invalidou de todo a orientação do presidente demissionário”. A política expansionista do *Führer* não pode “ater-se aos passos regulares dos diretores do instituto central de crédito”. Que fazer, então, para não cair nos abismos de uma inflação que poderia levar de novo o país a ruína? A solução apresentada foi um novo sistema de arrecadação, chamado “bônus de impostos”:

Eis a solução: todos os fornecedores do Estado (entenda-se do *Reich* propriamente dito, dos governos estaduais, das administrações comunais, das

---

<sup>341</sup> COLLOR, 1989, p. 43.

<sup>342</sup> COLLOR, 1989, p. 43.

<sup>343</sup> COLLOR, 1989, p. 91.



estradas de ferro, dos portos, dos correios, dos telégrafos, e ainda do partido nacional-socialista) receberão 60 por cento dos pagamentos que lhe são devidos em dinheiro, o restante, 40 por cento em "bônus de impostos"<sup>344</sup>.

Collor explicou que esses bônus dividem-se em duas classes: “os da classe A, são utilizáveis a partir do sétimo mês da sua emissão; os da classe B, no terceiro ano”. Os fornecedores do Estado e das suas múltiplas dependências receberão em proporção igual os bônus A e B: “os da classe A são aceitos ao par no prazo estipulado; os outros o serão à taxa de 12 por cento, o que representa um interesse indireto de quatro por cento para os seus portadores”:

O sistema, de autoria do secretário de Estado Reinhardt, é extremamente complicado nos seus meandros. E nas explicações oficiais que o acompanham, lê-se que o *Reich* recorre a essa medida confiando no patriotismo dos seus filhos. O governo sabe que o novo plano produzirá sensação, pois ele significa uma fundamental modificação dos métodos financeiros alemães. Os articulistas oficiais convêm em que só as condições mais do que excepcionais da atualidade poderiam justificar tais medidas. A política heroica do *Führer* exige sacrifícios. Atrás da espada alemã novamente afiada por ele, encontra-se a capacidade do povo alemão, disposto a renunciar a uma parte dos seus lucros, que será empregada nas exigências da defesa comum<sup>345</sup>.

Em reação a esta proposta, os jornalistas clamaram contra os patriotas de palavras, os *Hurrapatrioten*, “prontos sempre a aplaudir os êxitos militares e políticos, mas pouco dispostos a contribuírem com os seus esforços pessoais para a possibilidade deles”. Esta atmosfera, criada pela imprensa nacional-socialista em torno do plano de “bônus de impostos”, basta por si só para nos dar uma ideia de “quanto essa nova modalidade de expropriação da propriedade privada (porque é disto realmente que se trata) deve ter encontrado resistências no âmbito do povo alemão”. Para Collor, os impostos já atingiram o máximo das possibilidades, como seria possível “fazer face às necessidades sempre crescentes do Estado, sem o perigo de uma queda imediata na inflação?”<sup>346</sup>. Uma pergunta que fica sem resposta. Ainda sobre o posicionamento da imprensa alemã quanto às finanças do *Reich*, retomamos o artigo sobre os índices da vida financeira, onde Collor alertou sobre os sem trabalho que voltaram à ocupação, “não dentro de um quadro geral de melhoria das condições econômicas, mas graças às fantásticas obras públicas, muitas de caráter estritamente militar, que o Estado vem realizando”, como por exemplo, as *Reichsautobahnen* que já citamos:

---

<sup>344</sup> COLLOR, 1989, p. 91.

<sup>345</sup> COLLOR, 1989, p. 92.

<sup>346</sup> COLLOR, 1989, p. 92.

Esses trabalhos são causa, de um lado, do contínuo aumento, em proporção aritmética dos impostos; e em geométrica, das dívidas públicas. Se for possível, pelo futuro a dentro, continuar edificando obras do Estado, tudo estará certo. Mas se as despesas do governo houverem de parar um dia, ninguém pode prever o que será a realidade da situação alemã<sup>347</sup>.

O jornalista argumenta que ninguém ignora na Alemanha ou no mundo que “o nazismo está empenhado num formidável esforço armamentista”, entretanto, o que ninguém sabe, nem poderá saber, é a que níveis já atingiram, ou chegará, o rearmamento militar do *Reich*. Comparativamente explica que na França, Inglaterra ou nos Estados Unidos, qualquer realização de caráter bélico necessita de um crédito parlamentar: “os parlamentos discutem as propostas dos governos, a imprensa formula os seus juízos, o mundo inteiro fica sabendo quantos couraçados, quantos destroieres, quantos aviões de bombardeio vão ser construídos”. Enquanto na Alemanha “o mistério é impenetrável”. Diante deste conflito Collor se pergunta: “poderá o mundo encontrar uma era de paz, enquanto ao lado dos métodos democráticos de publicidade e livre discussão existir esse monstruoso padrão de atividade pública envolto em segredos e mistérios?”<sup>348</sup> Para Collor essa censura à publicação dos relatórios financeiros da economia alemã é algo ainda mais grave, leva a consequências políticas e especialmente a estado de guerra, pois os demais países e a própria população não possuem conhecimento dos investimentos que são realizados para a militarização do estado. Justamente por esse motivo, por esta situação financeira francamente insolúvel na Alemanha defende que “a solução mais fácil parecerá, a muitos, a guerra: uma vitória militar talvez pague tudo isso”<sup>349</sup>.

Entretanto, os apologistas deste sistema econômico justificam: “a desocupação desapareceu, as indústrias florescem, agricultura faz o que pode, o comércio se intensifica. Que mais se poderia desejar?” Para Collor a julgar pelas evidências imediatas, realmente, nada mais seria possível, contudo, devemos compreender principalmente que: “se um país pode por maneira definitiva sair de um período de crise para um regime de abundância e plenitude, fomentando artificialmente o trabalho pelo recurso indefinido ao crédito público”, acabe-se então, “quanto antes com o lastreamento das moedas e suprimam-se os orçamentos como velharias ridículas, superstições grosseiras de uma época que já passou”. Mas, pense melhor, mesmo que por um instante, “o pavor que seria a vida dos nossos dias se todos os países decidissem imitar o exemplo da Alemanha no terreno econômico? [...] Não seria o caos universal?”. Desejaria a

---

<sup>347</sup> COLLOR, 1989, p. 45.

<sup>348</sup> COLLOR, 1989, p. 42.

<sup>349</sup> COLLOR, 1989, p. 45.

própria Alemanha que o seu exemplo fosse seguidos por outros países? Rosenberg já nos declarou que não. Entretanto não parece razoável que os protagonistas do *Reich* não saibam valorizar “as vantagens do seu sistema econômico, sem acusar de falência os métodos clássicos ainda em vigor nos países democráticos”. Resumidamente, para Collor, a situação é a seguinte: “uma nação falida sai da crise ou procura sair dela como pode; as que ainda não chegaram à falência, porém, essas devem guardar-se cautelosamente de experiências que a realidade da sua situação não aconselha”<sup>350</sup>.

### ***Pontificem Habemus***

Este é o único artigo citado no comunicado do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha do qual não contemplam as coletâneas *Europa 1939* e *Sinais dos Tempos*. Consegui localizá-lo através da *Hemeroteca Digital Brasileira*<sup>351</sup>, tendo sido publicado no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro em 19 de março de 1939<sup>352</sup>, escrito em Paris no dia 08 de março. Lindolfo Collor descreveu as movimentações para a escolha do novo Papa, pós a morte de Pio XI em 10 de fevereiro de 1939, e como essa escolha despertou o interesse da população mundial. Explicou que há muitos anos a “alma popular não tomava parte como agora na nomeação de um novo ocupante da ‘*summa sedes apostolica*’”. Mas não foi apenas o povo católico que compartilhou essa ansiedade, muitos países como Inglaterra, Estados Unidos, Holanda e impressionantemente a Rússia e Alemanha também discutiram essa escolha como “coisa diretamente ligada aos seus interesses políticos”.

Collor argumentou que a Igreja retomou seu prestígio perdido quando decidiu opor-se “no mundo dos nossos dias à invasão das ditaduras no domínio espiritual”. Sua opinião disse que tanto as ditaduras de direita, quanto de esquerda pretendiam impor uma sujeição à consciência individual, um “fenômeno” que transcende os limites políticos (relativos à organização do Estado) e econômicos (que dizem respeito à instituição das autarquias). Para Collor essa foi a grande falta de entendimento entre os estados totalitários e a Igreja Católica, bem como as

---

<sup>350</sup> COLLOR, 1989, p. 45.

<sup>351</sup> *Hemeroteca Digital Brasileira*. Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

<sup>352</sup> *Diário de Notícias*. Ano IX - nº 5029. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf2/093718/per093718\\_1939\\_05029.pdf](http://memoria.bn.br/pdf2/093718/per093718_1939_05029.pdf)

demais instituições cristãs. “Se os chamados Estados fortes firmassem a sua supremacia, a Igreja seria um corpo sem alma, uma ação sem finalidade”, acreditou assim que esse motivo justificou a grande resistência do Papa Pio XI à “orientação racista de Berlim”, que fez com que a imprensa alemã considerasse o Pontífice desviado de suas funções apostolares, preocupando-se também com a política. Para Collor são dois “mundos inconciliáveis” que se defrontam, “duas doutrinas de Estado, duas concepções da natureza humana”. Assim a atenção voltada para a escolha do novo Papa envolvia o questionamento de manutenção dessa posição de negação da Igreja aos regimes totalitários, seguindo a posição adotada por Pio XI, ou contrariamente como a “imprensa de Berlim e da Roma fascista” davam a entender de que a escolha do novo Papa seria o abandono desta “linha de resistência” e mais uma vitória às teorias totalitárias.

O escolhido fora o Cardeal Pacelli, exatamente o candidato considerado como menos indicado segundo os regimes totalitários, pois garantiria a continuidade da política adotada por seu antecessor. Nunca fora uma tradição nomear um Secretário de Estado do Vaticano, justamente por representar sua “integral identificação com os pontos de vista e as linhas de ação do papa morto”. Entretanto, conforme Collor, depois de conhecido o resultado do conclave ninguém teve a menor dúvida de que essa fora a melhor escolha, pois a eleição correspondeu “aos desejos de todas as comunhões católicas”, considerada, dentro do próprio espírito do catolicismo, como “inquestionavelmente acertada”. O jornalista acredita que para defender a Igreja nesses tempos difíceis nenhum nome seria mais indicado do que o Cardeal Pacelli, “o maior, o mais esclarecido, infatigável e convicto colaborador de Pio XI”, o que em outras circunstâncias poderia ser considerado um prejuízo, neste momento representou o principal argumento a favor de sua eleição. Esse raciocínio se confirmou até mesmo pela escolha do nome do novo Papa, Pio XII realmente dará continuidade à defesa dos interesses da Igreja iniciados por seu antecessor, visto que as primeiras palavras do novo Pontífice confirmaram essa decisão, de continuar o combate “dentro dos laços da paz”.

Contudo, a paz defendida por Pio XII, “não foi a da submissão passiva à vontade discricionária dos homens que hajam tomado o poder de assalto e pretendam avassalar o que o homem tem de mais sagrado, que é a sua consciência”, para Collor essa seria uma paz dos escravos. O que a Igreja defende através das “palavras do seu novo chefe foi a tranquilidade dos povos dentro de regimes justiceiros e respeitadores da dignidade humana”. Eis aí a senha dos nossos dias, a senha da Igreja que foi dada ao mundo por Pio XI e confirmada por Pio XII, Collor acreditou que essas palavras não poderiam ser mais sugestivas, sequer mais

confortadoras, “para todos aqueles que ainda não se resignaram a descreer da inviolável majestade da consciência do homem”. Defendeu que “apascentar as ovelhas do Senhor é uma responsabilidade que os vigários de Cristo não podem dividir com as potestades da terra”, nenhuma intromissão dos Estados na esfera espiritual deve ser tolerada pela Igreja. Para Collor esta foi sua principal função, quando porventura, os governos se apoderassem também das almas dos seus governados, “a Igreja teria perdido sua razão de ser”. Foi a compreensão desta ameaça que deu resistência a Pio XI e que o sagrou como um dos maiores papas da história, e inspirou a escolha do Cardeal Pacelli para lhe suceder no trono de São Pedro, adotando o nome de Pio XII<sup>353</sup>.

Todorov explicou que a democracia moderna, enquanto tipo ideal pressupõe a presença de dois princípios: autonomia da coletividade e autonomia do indivíduo. Enunciados por John Locke no Século XVII, que serão articulados com clareza, especialmente após a Revolução Francesa, quando os “trabalhos práticos intervindos nesse meio tempo obrigarão a preparar a teoria”<sup>354</sup>. A conjunção desses dois princípios é designada pela expressão “democracia liberal”<sup>355</sup>. Contudo, para Todorov, existe algo que está acima da vontade individual e da vontade geral, “e que, no entanto, não é a vontade de Deus: é a ideia mesma de justiça”, mas essa superioridade não é característica específica das democracias liberais: “ela é pressuposta por toda associação política legítima, por todo estado justo”. A democracia, reconhece, como todo Estado legítimo, “a justiça não-escrita, aquela que coloca a própria associação política a serviço dos seus sujeitos e com isso afirma o respeito que lhes é devido”, sendo superior à expressão da vontade popular ou à autonomia pessoal. Justamente por esse motivo, podemos qualificar como “crime” as próprias autorizações legislativas de determinados países, inclusive suas recomendações, como por exemplo “a pena de morte”; ou de “desastre” uma expressão da vontade popular, a que instalou Hitler no poder da Alemanha<sup>356</sup>. Todorov ressaltou ainda que:

A democracia não exige que seus cidadãos porem de acreditar em Deus: pede-lhes apenas que circunscrevam suas crenças ao espaço de suas vidas privadas e tolerem que as do vizinho sejam diferentes. A democracia é um regime laico, não ateu; recusa-se a estabelecer a natureza do ideal de cada

---

<sup>353</sup> Diário de Notícias. Rio de Janeiro, Domingo, 19 de março de 1939. Ano IX, Número 5029. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01&PagFis=38828&Pesq=Collor](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01&PagFis=38828&Pesq=Collor). Acesso em: 12 Out 2013.

<sup>354</sup> TODOROV, 2002, p. 19.

<sup>355</sup> TODOROV, 2002, p. 20.

<sup>356</sup> TODOROV, 2002, p. 21.

vida particular, e contenta-se com garantir a paz entre esses diferentes ideais desde que eles não infrinjam as ideias subjacentes de justiça<sup>357</sup>.

Outro artigo escrito por Collor em 11 de Abril de 1939, intitulado *A Paz da Ordem e da Dignidade* relatou uma invasão territorial italiana. Segundo Collor: “A Roma fascista escolheu a sexta-feira da paixão para agredir a Albânia. O mundo estremeceu. Por que esse ato de crueldade precisamente no dia do máximo recolhimento espiritual da cristandade?”. O jornalista declarou que o mundo andava tão preocupado com as “realidades imediatas”, que parece não dispor de tempo “para julgar do valor dos homens pelas linhas mestras de sua formação espiritual”<sup>358</sup>. Pensando assim concluiu que quanto mais analisa “o conteúdo espiritual dos regimes totalitários de direita”, mais se convence de que “ele não é menos moralista que o bolchevismo”.

A este propósito Collor leu um estudo do autor Sertil<sup>359</sup> onde defendeu que “uma revolução sem precedentes está realizando sob as nossas vistas”, por um lado a tradição greco-romana e por outro o neopaganismo totalitário. Para Collor: “os filósofos nazistas não fazem mistério das suas convicções”, como por exemplo, o Sr. Rosenberg em sua obra, bem como o Sr. Ribbentrop que declarou que “o velho mundo desmorona lenta, mas inevitavelmente”. Entretanto contrapõe: “Se a civilização antiga desmorona, que pretendem os revolucionários da força construir em seu lugar?”. Em resposta Sertil contou que ouviu entre universitários de Heidelberg que: “A civilização que foi imposta não é nossa, estamos criando a nossa, a germânica”. Assim, imaginem, “os quadros de horror que tais propósitos pressagiam”. E mais uma vez questionou: “Rejeitada como velharia imprestável a civilização do mundo clássico, espiritualizada pelo cristianismo, que restará do mundo?”. Para Collor se verdadeiramente pensarmos dessa forma, “o episódio da paixão do Senhor passa a ser compreensível”<sup>360</sup>.

Explicou ainda que o fascismo foi uma criação cronologicamente anterior ao nazismo, sendo inicialmente “uma reação contra o comunismo e contra a fraqueza democrática na Itália”, não era uma doutrina em si, apenas uma ação. Porém hoje, conforme Collor, “ele aceita os dogmas racistas do *Terceiro Reich*, Berlim alimenta doutrinariamente a Roma do Fascio”<sup>361</sup>.

---

<sup>357</sup> TODOROV, 2002, p. 22.

<sup>358</sup> COLLOR, 1989, p. 104.

<sup>359</sup> *L'assaut hitlérien, une nouvelle forme de la lutte éternelle de l'esprit contre la Matière.*

<sup>360</sup> COLLOR, 1989, p. 105.

<sup>361</sup> COLLOR, 1989, p. 105.

Collor apresentou ainda o questionamento sobre a necessidade de destruir “o primado do direito e instituir em seu lugar o da força bruta”:

Esta é, reduzida aos seus termos definitivos, a questão que defrontamos. O nacional-socialismo, de mãos dadas com o fascismo, tomou a sua posição. Ele cobre de injúrias a civilização cristã, desafia o direito, zomba dos tratados, ridiculariza as conquistas espirituais da humanidade. Aonde iremos parar? Há meses a Etiópia, ontem a Tcheco Eslováquia, hoje a Albânia. E todos nós sabemos, porque ninguém pode ter dúvidas a esse respeito, que a revolução da força contra o direito está apenas no seu começo. Os mais crédulos já perderam as esperanças de que se possa evitar uma nova conflagração geral. Mesmo porque a linguagem dos fatos é de tal maneira eloquente, que só um cego não veria a tremenda borrasca que se avizinha<sup>362</sup>.

Segundo Collor “após a Sexta da Paixão o domingo de Páscoa foi também um dia bem triste”, entretanto, dentro desta tristeza, pôde-se observar um admirável espetáculo do Papa Pio XII, condenando “na Roma de São Pedro os atentados da Roma do Fascio, e mostrando à humanidade desvairada os caminhos da salvação dentro da piedade cristã”. Na homilia do Papa neste dia, “nunca se pronunciou tantas vezes como agora a palavra paz numa oração do chefe da Igreja Católica”, citou também a reação da imprensa francesa e sua opinião sobre o papel da Igreja neste cenário:

Anoto sem pesar que a alocução de Sua Santidade não logrou grandes entusiasmos na imprensa dos cotidianos parisienses. Digo que é sem pesar que vejo o fato e quero explicar o porquê. Os jornais franceses teriam desejado, na sua maioria, uma condenação mais enérgica da Santa Sé contra o atentado da Albânia. “*Il fut un temps ou l'on excommuniat*”, leio num jornal. Ora, eu penso, bem ao contrário, que o Papa não poderia envolver a majestade da Igreja nos dolorosos conflitos que atormentam o mundo. Nem haveria lugar, no caso da Albânia, para um *protesto* da Igreja: para os protestos aí estão, ou deveriam estar, os governos das grandes potências. A palavra do Vaticano deve limitar-se a mostrar um caminho aos povos, a gizar uma rota aos homens de Estado. E isto, Sua Santidade o fez com uma clareza meridiana e com uma elevação de espírito impossível de ser ultrapassada. Como quer que seja, porém, as reticências da imprensa francesa redundam, afinal, numa homenagem à Santa Sé. Porque, na sua impaciência mais do que compreensível, ela reconhece que, falhando os recursos humanos como têm falhado, só a força espiritual seria capaz de barrar o caminho aos negadores do Direito. E é por isto que eu vejo sem pesar as injustiças aparentes desses comentários em torno da oração pontifícia<sup>363</sup>.

Collor argumentou que “na luta das potestades da Terra contra as forças do Espírito, o chefe da Igreja não pode transigir”, a Paz da França e Inglaterra tem sido a da transigência. Na Itália e Alemanha a da força, que impõe a submissão. Nada em comum uma, nem a outra, tem com

---

<sup>362</sup> COLLOR, 1989, p. 106.

<sup>363</sup> COLLOR, 1989, p. 106.

a “verdadeira paz da dignidade que Pio XII apresentou às consciências cristãs”<sup>364</sup>. Para Collor esta atitude é tão lamentável que “bem se compreende não desça o sucessor de São Pedro a tomar parte nas querelas dos homens que dirigem os destinos da Europa”<sup>365</sup>.

### **Cenários de uma guerra**

Após o comunicado do Ministério das Relações Exteriores Alemã, Lindolfo Collor retornou à França, e mesmo “caçado” não interrompeu suas atividades e manteve o envio de seus artigos, acompanhando também os discursos e declarações de líderes e Ministros envolvidos nesta contenda. É importante ressaltar o empenho de Collor em explicar ao leitor o cenário destes eventos e seu contexto histórico, apresentando as relações diplomáticas e possíveis acordos entre os países. Apresentados por Collor como regimes totalitários que em 1939 se alinharam em busca do seu “espaço vital”; no capítulo anterior analisamos as relações entre a Alemanha e o partido nacional-socialista; com a Itália e o fascismo de Mussolini. No artigo, intitulado *A Idade Média no século XX*, de 24 de maio de 1939, Collor explicou o contexto histórico anterior a 1914, quando o equilíbrio europeu repousava sobre dois agrupamentos: a Entente, composta por Inglaterra, França e Rússia; e a Tríplice Aliança, formada por Alemanha, Áustria-Hungria e Itália. Ambos os grupos possuíam alianças defensivas e após a Primeira Guerra Mundial essa estratégia foi substituída pelos pactos de “não agressão”<sup>366</sup>.

Após a Itália invadir os territórios da Etiópia e a Albânia; e o Terceiro *Reich* conquistar a Áustria e a Tcheco Eslováquia, não havia mais condições de manter os pactos de não-agressão. Dessa forma, buscando impedir que a política do “espaço vital”, continuasse reformando “a carta do velho mundo pelos golpes de violência”, a Inglaterra e a França retomaram a antiga concepção dos tratados de mútua assistência em caso de agressão. Para Collor a Europa presenciava um retrocesso, “um doloroso retrocesso imposto pela força das circunstâncias”, o que o levou a questionar: “se duas potências erigem a expansão territorial em razão de ser dos seus regimes, que atitude restaria às demais, excluído o cruzamento de braços equivalente à renúncia e ao suicídio?”. Deste modo, o dinamismo dos estados

---

<sup>364</sup> COLLOR, 1989, p. 107.

<sup>365</sup> COLLOR, 1989, p. 108.

<sup>366</sup> COLLOR, 1989, p. 185.



totalitários impôs aos “países democráticos o dever de se agruparem, com o espírito anterior a 1914, na prevenção de uma agressão sempre iminente”, esta era para Collor, a situação da Europa em 1939. A maior confirmação dessa tese foi a aliança política assinada entre a Alemanha e a Itália, representando “um estado de coisas que a Europa não conhecia desde as guerras napoleônicas”, sendo preciso talvez “até remontar às guerras religiosas”<sup>367</sup>.

Collor relatou que o alcance confessadamente ofensivo do pacto entre Alemanha e Itália, buscou justificativa na dialética nazista do “espaço vital” e exemplificou o sentido dessa política utilizando como referência o jornal *Messagero*, um dos porta-vozes oficiais do fascismo, onde “em palavras perfeitamente compreensíveis, apresentou o espírito, a doutrina, o alcance político da aliança germano-italiana”<sup>368</sup>:

Quando dois povos fortes pelo número dos seus habitantes e pelo seu espírito necessitam alargar o seu espaço vital, a conquista desse espaço vital se afirma como uma defesa natural efetiva da sua existência, do seu direito e do seu futuro. Quem quer que negue esse direito e se oponha a essa conquista é um inimigo que deve ser abatido. [...] Firmemente ligados entre si pelas afinidades internas da sua concepção do mundo e pela solidariedade dos seus interesses, o povo italiano e o povo alemão agirão também no futuro lado a lado e com as suas forças unidas, com o fim de assegurarem o seu espaço vital e a defesa da paz<sup>369</sup>.

Reza o preâmbulo que os dois governos confirmaram a norma de orientação estabelecida entre eles, que já serviu vantajosamente para favorecer os seus interesses e assegurar a paz na Europa. Conforme Collor, a técnica verbal utilizada no acordo “é cem por cento nazista; ao lado do espaço vital (*Lebensraum*), alinha-se uma “concepção de mundo” diferente da maneira por que o resto do mundo se considera a si mesmo (*Weltanschauung*)”. Comprovando assim, “a finalidade não apenas militar e política do acordo, mas o seu caráter inequivocadamente cultural, e para que não fique nenhuma dúvida o preâmbulo explica ainda que “a Alemanha e a Itália, colocados ao meio de um mundo em desagregação, buscam consagrar-se à tarefa de garantir as bases da cultura europeia”. Chegamos assim, segundo Collor, ao *Kulturkampf*, uma expressão da dialética política de Berlim, contudo, “não seria fácil imaginar depois da grande guerra é que *Kulturkampf*, no que ele tem de mais pejorativo – a luta contra os direitos do cidadão – viesse a formar o objeto de uma aliança militar concluída à face do século XX”<sup>370</sup>. Muita gente põe em dúvida o alcance “excepcional” desse

---

<sup>367</sup> COLLOR, 1989, p. 186.

<sup>368</sup> COLLOR, 1989, p. 187.

<sup>369</sup> COLLOR, 1989, p. 186.

<sup>370</sup> COLLOR, 1989, p. 186.

acordo, pois sabemos que a “dinâmica política do *Führer* não se prende à letra e ao espírito dos tratados”. Os tratados representam para ele uma expressão de necessidade momentânea, “a afirmação de uma linha de conduta, que acontecimentos remotos ou próximos poderão reformar ou revogar”<sup>371</sup>. Collor analisa diplomaticamente o acordo e expõe suas conclusões:

Eu não encontro maior interesse nestes raciocínios de caráter polêmico. Pouco importa que os compromissos assumidos em Berlim venham a ser mantidos pelas partes contratantes, chegado o momento da dificuldade. Apesar de vivermos numa época que se assinala pelo desprezo com que os chefes totalitários consideram o sentido literal das palavras, as consciências democráticas só podem julgar das intenções alheias pelas palavras e pelas atitudes dos reformadores do mundo. E quando, como no caso acontece, as palavras se limitam a confirmar as atitudes, eu não vejo, na verdade, qual a vantagem em duvidar de que o compromisso em exame venha a ter, amanhã, plena e irrestrita validade na prática. O Sr. Hitler afirmou, não há muito, que a sorte da Itália fascista está indissoluvelmente ligada à do *Terceiro Reich*. Trata-se da afirmação de uma verdade a cujo respeito não seria mesmo possível nenhuma conclusão diferente. O Sr. Mussolini não pensa, por certo, de outra maneira. Se assim é, porque não concordar em que, de fato o tratado de Berlim represente alguma coisa de substancialmente inédito nos costumes políticos do nazismo e ligará, *erga omnes*, a sorte da Itália à sua própria?<sup>372</sup>.

Para Collor, ironicamente falando: “é isto o que representa em substância o acordo de Berlim. A Itália está, a partir de agora, sem discussão possível, à mercê da Alemanha”<sup>373</sup>.

### ***O Contraponto da Democracia e Liberdade***

No artigo intitulado *O Discurso do Sr. Daladier*, escrito em 31 de março de 1939, Collor inicialmente critica e declara que o discurso do representante da França não teve “nada de excepcional”, o jornalista esperava mais determinação, “palavras orientadoras para os estados democráticos em face do expansionismo das potências totalitárias”<sup>374</sup>. Mas não foi o que se viu:

Responsável pela política da França, não foi apenas aos franceses que o Sr. Daladier se dirigiu. Para além das fronteiras do seu país, ele falou a todos os corações leais e generosos que não acreditam que o mundo se governe apenas pela força. Porque, na situação a que chegamos, não é só este ou aquele país que se vê ameaçado nos seus direitos. O expansionismo totalitário ameaça o mundo inteiro. Esta incerteza obriga os governos a

---

<sup>371</sup> COLLOR, 1989, p. 187.

<sup>372</sup> COLLOR, 1989, p. 188.

<sup>373</sup> COLLOR, 1989, p. 189.

<sup>374</sup> COLLOR, 1989, p. 77.

tomarem medidas de precaução. Assinam-se tratados; mas antes mesmo de postos em execução, eles já não valem a uns como garantia dos seus direitos, já não representam para outros o menor obstáculo aos seus apetites de conquista. Os que se conservam inativos sentem-se cúmplices da força; temem provoca-la aqueles que resolvem agir. O frenesi dos armamentos destrói toda outra atividade. Como podem ainda os homens pensar e agir livremente?<sup>375</sup>

Vale destacar neste trecho dois pontos abordados por Collor, primeiro a afirmação de que “o expansionismo totalitário ameaça o mundo inteiro” e segundo diante dessa afirmação o questionamento de “como podem ainda os homens pensar e agir livremente?”, para Collor trata-se de uma impossibilidade. Falando sobre a liberdade de pensamento e ação dos homens, analiso outro artigo de Collor, intitulado *A Comemoração dos Direitos do Homem*, escrito em 10 de maio de 1939 em Paris onde relatou a comemoração dos cento e cinquenta anos, ou “do século e meio decorridos sobre a instalação dos Estados Gerais pródromo da Grande Revolução”<sup>376</sup> que serviu de motivo em todos os departamentos franceses para “uma vigorosa reafirmação dos Direitos do Homem, das bases liberais da sociedade e da estruturação democrática do Estado” da França. Collor participou desta comemoração e relatou o cenário histórico da *Salle des Menus Plaisirs* que presenciou o nascimento da democracia moderna, ambiente de personagens como: “Abade Sieyes, Mirabeau, Robespierre, Necker, Luiz XVI e Guilhotin”. E comparou a comemoração francesa com as comemorações realizadas nos estados totalitários:

A festa de Versalhes nada teve de ruidoso ou de materialmente impressionante. Ela não serviria de pretexto para desencadear polêmicas sobre o alcance político do acontecimento que se lembrava. A grandeza moral deste espetáculo sóbrio e simples, em que se evoca uma das datas centrais na história política dos povos, obriga-nos a pensar nos acentos delirantes que em outros países se colocam sobre as datas domésticas dos senhores do momento<sup>377</sup>.

Segundo Collor, o jornalista André Stibio escreveu em sua crônica: “A República festeja o 150º aniversário da Revolução Francesa, com uma discrição que outros regimes poderiam tomar para exemplo”<sup>378</sup>. Entretanto Collor observou um engano na sua afirmação, acreditou que “a indulgência espiritual dos regimes totalitários necessita das encenações, dos gestos impressionantes, do ruído das massas, e jamais poderia inspirar-se no exemplo francês”. Apenas as sociedades “seguras de si mesmas, os regimes convictos do seu passado e do seu

<sup>375</sup> COLLOR, 1989, p. 78.

<sup>376</sup> COLLOR, 1989, p. 163.

<sup>377</sup> COLLOR, 1989, p. 164.

<sup>378</sup> STIBIO, apud, COLLOR, 1989, p. 164.

futuro, são capazes de comprazer-se em espetáculos de grandiosa simplicidade destes em que a França comemora uma data, que não é apenas sua, mas da Humanidade”. Collor aproveitou o ensejo para relatar a importância da liberdade no país e sua resistência aos regimes totalitários, bem como a importância da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão:

Nesta hora excepcionalmente pejada de ameaças, é para a França que se voltam os olhares ansiosos dos povos, tanto dos que vivem em cativeiro, como dos que ainda fruem da liberdade política. Enquanto a França resistir ao vendaval da força, a liberdade não estará perdida. E a França resiste. Ela não abdica das suas responsabilidades morais. A existência de uma França e de uma Inglaterra livres tornará impossível a vitória final das ditaduras<sup>379</sup>. A insurreição popular, que fez passar definitivamente o poder às mãos da Assembleia Constituinte e fez prevalecer a legalidade nacional sobre o arbítrio pessoal, foi considerada sagrada aos patriotas de 1789. Para firmá-lhe a legitimidade, eles inscreveram entre os direitos invioláveis do homem a "resistência à opressão". Foi para a humanidade inteira, não apenas para os franceses, que a Assembleia Nacional pensava trabalhar quando discutia a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>380</sup>.

A Revolução Francesa firmou os seus princípios e assegurou a liberdade de consciência. O clima do mundo, a partir desse momento, foi o da liberdade política. Para Collor, foram “estas as verdades, até ontem, de uma banalidade suprema”, de tão evidentes, quase não valia a pena enunciá-las novamente. Entretanto hoje não é mais assim, “as doutrinas totalitárias conferem aos princípios da Revolução uma atualidade que há muito lhes faltava”<sup>381</sup>. E não apenas na França, mas para toda a humanidade. Todorov argumentou que a Revolução Americana e a Revolução Francesa, no fim do Século XVIII, inauguraram a era das democracias liberais na Europa e na América do Norte, embora o caminho do seu triunfo tenha sido cheio de emboscadas<sup>382</sup>. Convém ressaltar que o projeto da democracia liberal, refere-se ao funcionamento interno de cada Estado e não especifica a condução destes nos assuntos externos<sup>383</sup>.

Retomando o artigo sobre *A Comemoração dos Direitos do Homem*, Collor ressaltou que o discurso do dia foi do Sr. Edouard Herriot, Presidente da Câmara, analisou as diferenças entre “unidade territorial” e “unidade nacional”, onde “o trabalho de unificação política, econômica, administrativa, social, iniciada com a Revolução, e cujo conjunto lhe apareceu

---

<sup>379</sup> COLLOR, 1989, p. 164.

<sup>380</sup> COLLOR, 1989, p. 165.

<sup>381</sup> COLLOR, 1989, p. 166.

<sup>382</sup> TODOROV, 2002, p. 24.

<sup>383</sup> TODOROV, 2002, p. 29.

como uma formidável arquitetura, baseada sobre a filosofia resumida na Declaração dos Direitos do Homem”, não apenas uma conquista territorial imposta como realizam os estados totalitários. Collor apresentou então algumas conclusões deste contexto:

A síntese histórica do Sr. Edouard Herriot é uma obra que ficará. [...] Os princípios da Revolução, apesar de tudo, continuam de pé. O dia de amanhã lhes pertencerá numa amplitude muito maior do que a de hoje. Nos países em que são abolidos, “toda vida cívica desaparece”, afirma o orador. Durante anos e anos, legiões de cétricos e de ironistas procuraram deitar por terra as conquistas da Revolução. Os acontecimentos a que estamos assistindo em vários países demonstram a falta de espírito, a precaríssima base moral desses iconoclastas apressados e superficiais. Só na ausência dos bens fundamentais da vida, logramos apreender a imprescindibilidade da sua presença. A liberdade do homem, ótimo assunto para divagações eruditas e negativistas. O sistema representativo, o voto popular, a Constituição emanada da fonte legítima da soberania, temas admiráveis para a sustentação de paradoxos, para o desdobramento de teorias reacionárias que, sendo tão velhas como a prepotência, pretendem apresentar-se como novas aos olhos crédulos das massas, as maiores vítimas, afinal, desses negadores da liberdade. Mas, agora, quando se vê o que significa a prática desses regimes de força, as barbaridades que se cometem à sua sombra e a intranquilidade que espalham pelo mundo, os princípios da Revolução Francesa readquirem todo o fascínio do seu prestígio, que ontem nos parecia periclitante. Bendigamos o advento dos regimes de força. Eles confirmaram a humanidade no seu apego aos princípios imortais da liberdade do homem. Esta é a grande lição que decorre das comemorações oficiais da Revolução Francesa. Numa hora em que a própria segurança deste país está em perigo, o presidente da República e os outros oradores sublinham o caráter da universalidade das conquistas que se comemoram. O mundo tem razões para acompanhar ansiosamente o desenrolar dos acontecimentos na Europa. Da luta que está travada dependem os seus destinos. Se as democracias do Velho Mundo baquearem, a liberdade do homem estará perdida e nós ingressaremos nos horrores de uma nova Idade Média. Mas vitoriosas, a liberdade política não desaparecerá da face da terra<sup>384</sup>.

As conclusões de Collor me fazem recordar o discurso do Papa Pio XII no Domingo de Páscoa pós-invasão da Albânia pela Itália, onde o pontífice relatou que: “Não há injustiça política, não há iniquidade, não há atentado à dignidade do homem que não pretenda em seu favor a defesa da ordem. Por certo que não pode haver paz sem ordem”, disse o Santo Padre, “mas também não pode haver ordem sem justiça”. Segundo Collor: “A grande, a consoladora doutrina da legitimidade da resistência contra a injustiça fundada no arbítrio não poderia ter sido enunciada em termos mais claros e positivos”:

A verdadeira justiça, a justiça conforme aos ensinamentos cristãos e que está na nossa tradição não se funda no direito do mais forte contra o mais fraco. Ela faculta ao homem o direito - mais do que isto, impõe-lhe o dever - de indagar da legitimidade do poder que se quer impor à obediência. As

---

<sup>384</sup> COLLOR, 1989, p. 166-167.

palavras de Pio XII são a este respeito precisas e nítidas: "A justiça exige a obediência às autoridades legítimas". Não só isto: "Ela exige que sejam respeitadas a dignidade e liberdade humanas". O Papa falou a esta altura com uma unção e uma clareza comparável à do Apóstolo S. João: "Se permanecerdes na minha palavra, conhecereis a verdade: e a verdade vos dará a liberdade". Não há paz que se funde na desordem, nem ordem que medre na injustiça, nem injustiça que se compadeça com os atentados contra a liberdade do homem. Esta é, nas suas grandes e claras linhas, a mensagem que, no dia da Ressurreição do Senhor, Pio XII apresentou à humanidade desvairada por tantas ambições e tantos crimes, cometidos em nome de uma ordem que não se funda na justiça e de uma justiça que despreza as prerrogativas da dignidade humana<sup>385</sup>.

É interessante essa reverência que Collor faz à postura da Igreja Católica, mesmo que tenha sido formado em uma tradição luterana, Collor concorda com seus posicionamentos neste contexto. Na conclusão deste artigo o jornalista questiona: "Como é possível que alguém tenha achado vacilantes estas palavras admiráveis?", contrariamente ele as recebe "como a mais alta expressão da espiritualidade dos nossos tempos". E, porque acreditava "na vitória de Ariel contra Caliban", teve ao "lê-las na tarde de Domingo de Páscoa uma grande consolação. É impossível me parece que o mundo inteiro possa não as entender assim"<sup>386</sup>.

Neste cenário falta apresentar o posicionamento de outro país, amplamente citado por Lindolfo Collor por defender uma política democrática liberal. Estamos falando dos Estados Unidos e do Presidente Roosevelt. Fazendo um breve retorno a este contexto, encontramos no estudo do historiador Alan Brinkley<sup>387</sup> a explicação de que o conflito global, em que se tornou a Segunda Guerra Mundial, começou antes que Roosevelt chegasse ao gabinete:

Os líderes militares do Japão assumiram o controle do governo de seu país e invadiram a Manchúria em 1931, passando por cima de objeções enfáticas da China e dos Estados Unidos. Mussolini tomou o poder na Itália em 1922 e logo levou seu país para a guerra. Finalmente, Adolf Hitler se estabeleceu como figura política mais importante da Alemanha em 1932, tornou-se Chanceler em 1933 e rapidamente começou a expandir o poderio militar alemão<sup>388</sup>.

O presidente estava ciente dos eventos, mas demorou a se envolver com essas questões internacionais. A iniciativa mais significativa de Roosevelt no âmbito externo ficou conhecida como "Política da Boa Vizinhança", um esforço para melhorar as relações diplomáticas e

---

<sup>385</sup> COLLOR, 1989, p. 108.

<sup>386</sup> COLLOR, 1989, p. 108.

<sup>387</sup> BRINKLEY, Alan. *Franklin Delano Roosevelt: o presidente que tirou os Estados Unidos do buraco*. Tradução: Carolina Barcelos. Barueri, SP: Amarelis, 2014.

<sup>388</sup> BRINKLEY, 2014, p. 80.

econômicas com a América Latina<sup>389</sup>. Entretanto os acontecimentos mundiais não cooperaram com a reticência do presidente, quando a guerra explodiu em setembro de 1939 na Europa, Roosevelt manteve sua insistência em não envolver os Estados Unidos no conflito. Entretanto, “na primavera de 1940, a guerra se espalhou rapidamente por toda a Europa ocidental”:

Os “ataques relâmpagos” alemães nos Países Baixos e no norte da França expulsaram os exércitos britânico e francês, derrotados, do continente. Basicamente toda Europa estava agora sob o comando nazista. Em resposta a esses eventos calamitosos, a opinião pública americana começou a se mover aos poucos na direção de um apoio mais ativo à Grã-Bretanha. Roosevelt se moveu em sentimento junto com essa oscilação<sup>390</sup>.

No artigo intitulado *O Sr. Roosevelt e os Ditadores*, escrito em 19 de abril de 1939, Collor relatou que uma das explicações mais plausíveis para os êxitos dos chefes totalitários deve ser procurada na rapidez fulminante que costumam agir, a surpresa é um método especificamente seu, podendo considerá-la como um acessório biológico das *Aktionen*. Seguindo a cartilha, Roosevelt decidiu empregar esses métodos e “agir de surpresa”, a mesma tática que os ditadores utilizam em relação às suas vítimas. Segundo Collor, os que se denominam representantes dos “Estados Dinâmicos”, costumam apresentar as democracias como “estáticas” e incapazes de ações concretas, o presidente dos Estados Unidos decidiu “constrangê-los a uma definição liminar das suas intenções”. Para Collor, “as interrogações do chefe da grande democracia americana foram uma terrível acusação contra os perturbadores da paz do mundo”:

Que se deve entender pelo dinamismo das “nações jovens”, uma das quais pretende, como novidade para os nossos tempos, ressuscitar a grandeza conquistadora do Império Romano, a outra o Santo Império Germânico da Idade Média? [...] Será imprescindível que o direito de viver de uns implique necessariamente em ameaças à vida de outros? Quais as grandes questões de ordem econômica, mesmo de alcance político, que não possam ser discutidas em torno de uma mesa, por homens de Estado conscientes das suas responsabilidades?<sup>391</sup>

Collor relatou que Roosevelt não fez “nenhuma alusão às raízes doutrinárias do mal de que padece a humanidade dos nossos dias”, o que para ele seria uma referência desnecessária, pois se existem “sobre a face da Terra povos que preferem um regime de governo fundado sobre o arbítrio de um homem e uma ordem jurídica livremente consentida, inútil demovê-los da sua aberração”. Relatou ainda que “o chefe da democracia norte-americana não perdeu tempo em

---

<sup>389</sup> BRINKLEY, 2014, p. 81-82.

<sup>390</sup> BRINKLEY, 2014, p. 85.

<sup>391</sup> ROOSEVELT, apud, COLLOR, 1989, p. 122.

demonstrar-lhes a monstruosidade de tais doutrinas”, restringiu “à superfície das coisas, nos seus propósitos de salvar a paz do mundo”. A principal questão para Roosevelt foi que os dois ditadores, Hitler e Mussolini, assumam “a responsabilidade de não agredir os Estados pacíficos que se possam encontrar no âmbito do seu espaço vital”, foi verdadeiramente este o ponto, “o reagente moral que identificou os propósitos dos dois chefes totalitários”. Para Collor, apenas quem viveu “dentro das inenarráveis apreensões da Europa, nestes últimos meses, pôde compreender o alcance da atitude do presidente Roosevelt”:

Depois da crise de setembro do ano passado, parecia que o Velho Mundo ia ter, enfim, um período mais ou menos prolongado de paz, conseguido à custa das transigências dos Estados Democráticos. A ilusão durou pouco. O discurso do Sr. Hitler perante o *Reichstag* no último dia de janeiro foi o ponto de partida de uma nova série de arbitrariedades. De então para cá, a Europa não teve, a bem dizer, um dia de descanso. Calculem-se os gastos espantosos que todos os países estão fazendo, uns para agredir, outros para defender-se. Quem paga essa loucura são os povos, que, uns e outros, não desejam senão viver em paz. Interrompem-se os mistérios pacíficos das fabricas, que passam a toda pressa a ocupar-se com a preparação de engenhos de morte. O comércio desaparece, enquanto os impostos aumentam. Por centenas de milhares, chamam-se às armas os homens válidos. Uma tristeza imensa, uma inenarrável angústia vive em todos os espíritos. Que será o dia de amanhã? Esta não é apenas a interrogação do homem da rua. Os homens de governo, os responsáveis pela defesa e pela segurança dos países, não a formulam com menos apreensão no recesso de seus gabinetes<sup>392</sup>.

Brinkley argumentou que os anos desde a Segunda Guerra Mundial, refletiram não apenas para os Estados Unidos, mas também para grande parte do resto do mundo, os valores defendidos por Roosevelt, mais do que daqueles que competiram com ele. Os esforços do presidente norte-americano “ajudaram a preservar a democracia para centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo e ainda deram esperanças a outros milhões”<sup>393</sup>.

Retomando o artigo *O Sr. Roosevelt e os Ditadores*, Collor declarou que “nenhum sistema nervoso resistiu incólume a tais exigências”, foi uma incerteza que produziu pânico e gerou desespero: “é de desespero e de pânico o ambiente em que a Europa esta vivendo”, pois ninguém sabe quais serão as surpresas dos próximos momentos, e esta incerteza “é, por certo, imensamente mais mortificante do que a mais trágica das realidades”. Foi esta sensação que o Dr. Goebbels clamou de *Nervenprobe*<sup>394</sup>, contudo tanto Roosevelt quanto Collor acreditam que o mal do qual o mundo padeceu, não veio propriamente da Alemanha e Itália, mas

<sup>392</sup> COLLOR, 1989, p. 123.

<sup>393</sup> BRINKLEY, 2014, p. 114.

<sup>394</sup> COLLOR, 1989, p. 123.



aconteceram ante o fato de dois homens disporem discricionariamente do poder em seus países. Aliás, países admiráveis, pelo “contingente de cultura que trouxeram à evolução da humanidade”. Não foram a Alemanha e a Itália que ameaçaram a paz, mas sim “os regimes de governo irresponsáveis que se apoderaram dos seus destinos”. O questionamento é irremediavelmente necessário: É crível? É aceitável? “Que a sorte, já não apenas de um país, mas de um continente, dependa exclusivamente da vontade de um homem, por excepcionais que possam ser as suas qualidades de chefe?”. Vejam as dolorosas consequências que conduziram “as doutrinas que sobrepõem aos freios e às medidas dos Estados juridicamente organizados às decisões sem controle de um indivíduo, que há de cercar-se, por força, de criaturas que lhe endossem os caprichos e se resignem ao papel de executores das suas ordens”<sup>395</sup>.

No artigo *A Resposta do Führer*, sobre o discurso feito por Hitler em resposta à declaração do presidente norte-americano, Collor mencionou um livro que usou como embasamento para explicar a posição de Hitler ante as convenções e tratados com os quais se comprometeu e entre os quais pode mudar de opinião quando lhe convier. Trata-se da obra *Die Revolution des Nihilismus*, de Hermann Rauschning, publicada recentemente em Zurique. Segundo Collor em breve, esta obra será conhecida no mundo inteiro “como o depoimento mais autorizado, mais completo e penetrante sobre a mentalidade do nazismo em geral e do Sr. Hitler em particular”. O autor foi um dos homens que conviveu com os chefes do nazismo, e disse que o *Führer* declarou-se “sempre disposto a assinar todo e qualquer acordo de não agressão, e se mostrava sinceramente surpreendido quando alguém lhe reprovava o abandono dos seus compromissos”, entretanto, evidente que, “de tempos em tempos, todo chefe de Estado seja levado a romper as promessas que tenha feito”. Nada mais lógico lhe parece do que: “assinar hoje uma convenção com a boa-fé mais integral e ser obrigado a desprezá-la amanhã, desde que os acontecimentos lhe demonstrem que disso decorra alguma vantagem para o povo alemão”<sup>396</sup>.

Collor também relatou a repercussão da mensagem de Roosevelt nos países da América do Sul, o que se lia nos jornais em Paris, em menos de quarenta e oito horas da publicação do discurso eram que das dez repúblicas no continente, nove já haviam se manifestado favoráveis às sugestões do presidente norte-americano. Entretanto Collor não citou qual o país ainda não

---

<sup>395</sup> COLLOR, 1989, p. 124.

<sup>396</sup> COLLOR, 1989, p. 150.

havia se pronunciado. Os grandes matutinos reproduzem esse despacho na íntegra, “com destaque”, como salienta: “E é só o que até agora, através das informações norte-americanas, se conhece em Paris a respeito da atitude da América do Sul”<sup>397</sup>.

## A Guerra

Mesmo exilado do outro lado do Atlântico os artigos de Collor ainda incomodavam o Estado Novo, “então conivente com as ditaduras europeias” e muitos escritos foram censurados. Ante a iminência da deflagração da Segunda Guerra Mundial, Collor solicitou autorização ao governo brasileiro para viajar para a Argentina, mas seu visto fora negado<sup>398</sup>. Em agosto de 1939, com o anúncio da Segunda Guerra Mundial, Collor transferiu-se com a família para a cidade de Biarritz, no sul da França. No dia 02 de setembro de 1939, Collor redigiu um artigo contando os acontecimentos da Guerra que se vislumbrara. Vale ressaltar que neste momento sua escrita se assemelha a de um diário, relatando passo a passo os fatos e sensações observadas:

Logo que os acontecimentos começaram a precipitar-se, ficamos em Royat telefonicamente cortados de Paris. A criadagem do meu hotel, o *Regina*, repleto dias antes de uma elegante multidão cosmopolita, não tinha mãos a medir na azáfama de descer malas e sacos de viagem dos apartamentos que se iam esvaziando melancolicamente. *C'est la guerre!* Toda gente, numa ânsia insofrível de movimento, atira-se às estradas, os comboios partem repletos. As alamedas ensombradas dos parques estão quase abandonadas. Os empregados das termas, atingidos pela mobilização, já partiram. Partiram sem entusiasmo, sorumbáticos, soturnos, irritados. Os que permaneceram não indagam que será do mundo, que será da civilização, que será da liberdade humana, mas perguntam quantos anos o estabelecimento termal estará fechado, e eles e suas famílias praticamente privados de ganhos<sup>399</sup>.

Percebe-se no relato de Collor a preocupação das pessoas com a guerra, a pressa em deixar o hotel e suas partidas em comboio, entretanto Collor não nos informa seus destinos. Relatou a preocupação dos funcionários e de suas famílias que estarão “privados de ganhos” enquanto o mesmo estiver fechado, o que para o jornalista representa um certo “egoísmo francês”, de não se preocupar com a liberdade do indivíduo ou o que será do mundo, mas pensar apenas em

---

<sup>397</sup> COLLOR, 1989, p. 127.

<sup>398</sup> REALE, 1991, p. 89.

<sup>399</sup> COLLOR, 1989, p. 280.

por quanto tempo o estabelecimento ficará fechado e as famílias serão privadas de seus ganhos. Collor explicou que não teve pressa em partir, que foi um dos últimos a deixar o hotel, e que sua família foi ao seu encontro. Disse que ficou por ali à espera dos acontecimentos. E refletiu: que transformações produzirá esta guerra na face do mundo? Sua resposta vem com outro questionamento e com a justificativa sobre sua partida: “Partir para quê e para onde? Se não posso voltar para o Brasil, porque hei de dar-me pressa em sair da França?”. Declarou que recebeu um telegrama de um amigo que estava em Paris e que irá buscá-lo de carro, decidiu então acompanhar a família a Biarritz e de lá retornar à Capital, onde pensou oferecer seus “préstimos ao serviço da França”. Sendo assim à tarde seguiu para Clermont-Ferrand, em busca de novidades e mais uma vez relatou as sensações que a guerra produzia e comparou a outro contexto quando esteve na França, em julho de 1914:

A cidade tem um ar sombrio. Não se encontram fisionomias iluminadas de fé. Quero convencer-me do contrário, mas vejo a cada passo que esta população vai entrar na guerra de ânimo conturbado, sem a convicção de uma injustiça a reparar, sem o entusiasmo que lhe conheci nos últimos dias de julho de 1914, quando, por coincidência, me encontrava numa outra estação de águas francesa. Como o panorama de hoje difere daquela visão de delírio coletivo que me ficou gravada na memória! Em 1914, havia uma causa que se chamava Alsácia-Lorena. O povo a compreendia no seu egoísmo e tinha entusiasmo por ela. A causa de hoje chama-se Dantzig. Dantzig é uma cidade alemã, que a Alemanha quer anexar. Vale a pena morrer-se por isso?<sup>400</sup>.

Collor retornou a Royat e conforme suas palavras “com o espírito profundamente conturbado pelo ambiente de irritação e desânimo que foi a França, nessas horas de sombrias interrogações para o mundo”. Recebeu um novo telegrama do amigo: “Parto neste instante”, conferiu a hora em que fora expedido o recado e percebeu que seu amigo deveria chegar em breve, porém, passou:

[...] as últimas horas da tarde, a noite avançou – ninguém! As primeiras horas da manhã, indago se alguém, pela madrugada desceu do hotel, vindo de Paris. Ainda ninguém. Que fazer? Os últimos recalcitantes estão à frente do hotel, ocupados com os seus carros e suas bagagens. O hotel, como mais dois *palaces*, esta requisitado há três dias pelo serviço de saúde do exército. Dentro de algumas horas, as autoridades virão ocupá-lo. Por onde se terá perdido o meu amigo? Quase ao meio dia, ele aparece afinal, tresnoitado, exausto, massacrado por uma viagem de seis horas que durou vinte e quatro. Mais que o cansaço físico, abate-o a impressão moral que lhe causou a pânico desordem de Paris, o atravancamento das estradas, a completa ausência de coordenação administrativa que se observava por toda parte. Havia um verdadeiro êxodo da capital. As autoridades agravam o pavor da população recomendando-lhe insistentemente que saia de Paris. Para onde?

---

<sup>400</sup> COLLOR, 1989, p. 281.

Nas localidades do interior, todos os grandes hotéis estão requisitados pelo serviço sanitário militar. Há gente que dorme nos automóveis, ao longo das estradas<sup>401</sup>.

Foi possível identificar no relato de Collor o caos que se instalou em Paris, as dificuldades de deslocamento, o pedido de que a população deixe a cidade sem saber para onde seguir. Assim após o almoço Collor, sua família e seu amigo saíram de Royart, buscando preferencialmente as estradas com menos trânsito e à noite chegaram à cidade de Perigueux. Não encontraram lugar para se hospedar, estavam todos ocupados. Apenas tarde da noite, em um lugarejo desconhecido encontram um *auberge* que aceitou recebê-los. Segundo Collor, “como tudo estava às escuras, somente pela manhã pôde admirar a espantosa pocilga em que pernoitaram”. Chegando à cidade de Bordeaux, descreveu que “a desordem tocou o auge”, nos restaurantes, a polícia intervia para obrigar os que já comeram a ceder os lugares aos novos chegados, que faziam filas na rua, debaixo de chuva. Apenas à noite chegaram ao seu destino: Biarritz. Dias depois Collor estava novamente em Paris, buscando de alguma forma auxiliar o governo francês, contudo, seu voluntariado se deparou com a burocracia militar:

Não descreverei os tormentos desta nova viagem. É natural que em tempo de guerra ninguém se agaste pela falta de comodidades pessoais. Mas aqui, o que fadiga os nervos, o que exaspera os ânimos mais resignados, o que desconcerta a todos é, primeiro, a falta de ordem depois a má vontade sistemática em relação aos estrangeiros, a brutalidade agressiva do francês investido de qualquer parcela de autoridade, e que explode a todo instante e a qualquer pretexto. Como é preciso ser-se amigo da França para suportar tudo isto! [...] Pode alguém imaginar o que é a burocracia militar, o que são as exigências policiais em Paris, nestas primeiras semanas da guerra? A impressão que se tem é que as autoridades ocupam os seus lugares para dificultar e complicar as questões, nunca para lhes dar uma solução de acordo com as circunstancia e dentro das regras do bom senso. Julgo por mim o que deva ser o inferno de todos os estrangeiros que vivem na França nestes dias. Eu tenho amigos, palavras poderosas me facilitam os caminhos. Ainda assim, quando os dias chegam ao termo, estou exausto e nada consegui de prático. E que busco eu em suma – apenas isto: ser, de qualquer maneira, útil à França<sup>402</sup>.

No início de novembro, depois de muitas tentativas, Collor decidiu retornar a Biarritz onde “a folia contra os forasteiros chegou ao auge”, para o jornalista, “a falta de polidez, a ausência de calma atingiram aqui as suas possibilidades mais altas”. Novamente justificou que por suas amizades em Biarritz conseguiu movimentar-se com certa facilidade, o que não impediu que Collor observasse “os flagrantes de desordem administrativa e de falta de tato que se

---

<sup>401</sup> COLLOR, 1989, p. 282-283.

<sup>402</sup> COLLOR, 1989, p. 283.

patenteiam por todos os lados”<sup>403</sup>. E mesmo envolto a tantas desordens, encontrou oportunidade para falar um pouco sobre os costumes e o denominado “egoísmo francês”, citando que mesmo com tudo isto, as praias continuavam movimentadas, nos hotéis as senhoras almoçavam de short e jantavam vestidas com calças masculinas, e “não se encontravam na rua senão dez a quinze por cento de mulheres vestidas de acordo com o sexo”. Nos bares elegantes multidões se negavam sistematicamente a tomar conhecimento da guerra, o que levou Collor a questionar por que as autoridades não cumpriam o dever de fechar essas casas e “obrigar os banhistas a um pouco mais de decoro, em atenção à hora que o país estava vivendo?”. Não o fazem, porque causariam grandes prejuízos monetários ao lugar, e segundo o jornalista “os negócios são negócios, mesmo quando a pátria está em perigo”<sup>404</sup>. Diante deste cenário só restou a Collor deixar a França:

Os amigos da França decididamente só tem uma coisa a fazer: abandonar o país e acompanhar de longe, com os corações confrangidos, as angústias, que os esperam. Não aumentar com nossa presença inútil a confusão e a desordem reinantes já significa prestar um serviço à causa francesa, que nós ainda supomos, apesar de tudo, a causa da liberdade no mundo. Vamos partir! Numa tarde do mês de novembro, cheio de maus presságios, atravessou a ponte Internacional de Hendaye<sup>405</sup>.

Collor seguiu para Portugal<sup>406</sup>, na aldeia de Baltar, próximo a cidade do Porto a convite do comendador português Pereira Inácio. Segundo Licurgo Costa, manteve seu envio regular dos artigos para os jornais brasileiros e escreveu ainda um ensaio sobre a vida de Camilo Castelo Branco<sup>407</sup>.

Na Alemanha, segundo Gellately, desde os primeiros dias do *Terceiro Reich*, a ditadura de Hitler já anunciava planos para uma guerra, “que ele e seus colaboradores consideravam inevitável”:

Quase imediatamente em 1933, Hitler avançou em grande velocidade no front diplomático e militar - sendo louvado pelo povo a cada passo, em particular ao rasgar o odiado Tratado de Paz imposto à Alemanha em 1919. Seu objetivo não era a paz, mas a guerra, e, ao se preparar para o conflito, ele pensava em termos de uma guerra total, em que um front interno confiável se mantinha firme atrás dos soldados no front de batalha<sup>408</sup>.

---

<sup>403</sup> COLLOR, 1989, p. 284.

<sup>404</sup> COLLOR, 1989, p. 284-285.

<sup>405</sup> COLLOR, 1989, p. 285.

<sup>406</sup> EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1990, p. 10.

<sup>407</sup> COSTA, 1990, p. 62-63.

<sup>408</sup> GELLATELY, 2011, p. 121.

Entretanto o povo alemão não recebeu a chegada da guerra com entusiasmo, e “muitos ficaram tão chocados quanto Hitler e os nazistas pelo fato de a Grã-Bretanha e a França optarem pela guerra diante da invasão da Polônia pelos alemães”<sup>409</sup>. Havia em Berlim, um jornalista americano, William Shirer<sup>410</sup>, que estava cercado por mais 250 pessoas acompanhando pelo rádio em alto-falantes públicos, os acontecimentos, quando ouviu o anúncio da declaração de guerra pela Grã-Bretanha, a multidão ali presente reagiu com um silêncio atordoado, não havendo “sequer um murmúrio”<sup>411</sup>. Para contrapor o relato de Collor Gellately defendeu que “a maioria das pessoas em todas as demais capitais europeias e mundiais também ficaram chocadas, e com certeza ninguém em parte alguma recebeu a guerra da mesma forma que em 1914”. Em 1914 as multidões nutriam a expectativa de uma guerra curta e vitoriosa, em 1939 havia “uma consciência do potencial letal da guerra moderna e de que os civis provavelmente se veriam envolvidos devido à possibilidade muito debatida de bombardeios de longo alcance”<sup>412</sup>.

### **Retorno ao Brasil**

Em 1941, por intermédio dos amigos Batista Luzardo e João Daudt de Oliveira, Collor conseguiu uma autorização de Getúlio Vargas e retornou ao Brasil. De volta ao seu país manteve a escrita e publicação de seus artigos no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, agora descrevendo também novos cenários da Segunda Guerra Mundial, como por exemplo, o conflito entre Japão e Estados Unidos, a infiltração nazista na América Latina, especialmente no Brasil, personagens como o poeta Antero de Quental e Tiradentes, a Futura Liga das Nações, entre outros temas. Ressaltou também que seu objetivo de exílio, as abordagens sobre os regimes totalitários, os avanços territoriais e o contexto europeu continuaram em pauta. Um artigo representativo deste período que merece nossa análise foi escrito em 25 de setembro de 1941, presente na obra *Sinais dos Tempos*, recebeu como título *A “Nova Ordem” de Hitler*, onde Collor escreveu aos leitores os novos desígnios defendidos pelo partido

---

<sup>409</sup> GELLATELY, 2011, p. 122.

<sup>410</sup> SHIRER, William. *Diário de Berlim*. Rio de Janeiro: Record, 1941.

<sup>411</sup> SHIRER, 1941, p. 176.

<sup>412</sup> GELLATELY, 2011, p. 123.

nacional-socialista, mais reflexivo, o jornalista apresentou um embasamento histórico sobre a questão discutida:

Nada é neste mundo mais velho do que o despotismo. O poder absoluto e arbitrário, simbólico das cavernas, foi no seu máximo esplendor contemporâneo dos trogloditas. Toda a marcha da humanidade, através da poeira dos milênios, é um esforço continuado em demanda da perfeição do homem e da coletividade, pela conjugação cada vez mais estreita da liberdade individual e da disciplina social. [...] Graficamente, numa ponta da escala está o despotismo, noutra o que se convencionou chamar democracia. Sei que não digo novidade nem pretendo dar aqui uma lição de sociologia. Se repito como luminosa verdade um conceito que a antiguidade clássica já considerava lugar-comum, é para fixar melhor a síntese final da "nova ordem" que Hitler se esforçou por estabelecer na Europa e no mundo. [...] Enquanto os cidadãos de Atenas debatem na Ágora os negócios da cidade, e escutam as lições dos filósofos e os versos dos poetas nos jardins de Academos, a barbaria levantina sacrifica à trindade sanguissedenta de Moloch, de Tanit e de Eschmoun as vidas dos reféns miseráveis, ofuscados pelo poder incomparável de Baal e dos seus sacerdotes. A isto voltamos nos dias de hoje<sup>413</sup>.

Collor argumentou que comparar a "nova ordem" de Hitler à Idade-Media “seria fazer injúria à concepção cavalheiresca da vida, à humildade dos conventos, à piedade dos reis, à disciplina feudal da sociedade, à síntese religiosa do catolicismo”. Defendeu que a humanidade nunca “assistiu a um tão clamoroso empenho de retrogradação, a um tão sistemático e temível conluio de forças elementares em demanda da negação do primado espiritual do homem”. Para Collor a nova ordem de Hitler “é um retrocesso às formas morais mais primitivas da vida”<sup>414</sup>, comentou que “Hitler e seus comparsas” anunciaram ao mundo uma nova era de paz e de tranquilidade, mas para que isso fosse possível, bastaria que seus exércitos fossem vitoriosos em suas batalhas no continente europeu. Entretanto, “a uma vitória seguiu-se outra vitória. Uma a uma, todas as nações foram caindo sob o impulso irresistível das suas divisões motorizadas”. E agora o que se vê por toda parte é uma “irreprimível rebelião das massas, ainda ontem aterrorizadas pelo seu poder”<sup>415</sup>. Ante esse terror, Collor apresentou um panorama dos países que estão em revolta justamente por conta da nova ordem expansionista hitleriana:

Aqui temos, pois, a que se reduz a "nova ordem" com que Hitler e Mussolini pretendiam fazer a felicidade da Europa. Nos campos, nas cidades, a miséria, a insatisfação, a pilhagem, a desordem civil. "Nova ordem" do despotismo, velha como os contemporâneos da idade da pedra lascada. "Nova ordem" das

---

<sup>413</sup> COLLOR, 1942, p. 77.

<sup>414</sup> COLLOR, 1942, p. 77-78.

<sup>415</sup> COLLOR, 1942, p. 78.

delações, época de ouro da *Gestapo*, das caçadas policiais aos insubmissos. "Nova ordem" do fuzilamento em massa de inocentes, enclausurados, como reféns, tentativa de vencer pelo terror, brutalização sistemática de populações vencidas, erigida em método de regeneração política<sup>416</sup>.

Collor explicou que em algumas páginas do *Mein Kampf*, "Hitler fez apologia da propaganda, convencido de que foi ela, manejada por Paris e Londres, que levou a Alemanha à derrota na Grande Guerra", conseqüentemente, tal derrota levaria "o senhor absoluto do *Terceiro Reich*" a construir a mais poderosa máquina de guerra que o mundo já conheceu. Entretanto, ainda insatisfeito, seguiria adiante:

Trataria de envenenar a humanidade com as suas doutrinas liberticidas, apresentando-as como necessárias à salvação de uma concepção moral da vida entrada em decadência. A mentira, a hipocrisia, a impostura produziram resultados. Perdeu a palavra dos homens por completo o seu teor de dignidade. O sim e o não passaram a ser sinônimos. O de que se tratava em política, era de vencer. Os meios não importavam. Desde que a Alemanha ganhasse a guerra, todas as prepotências consideradas úteis à consecução da vitória estariam por si mesmas justificadas<sup>417</sup>.

Porém, chegamos ao final do segundo ano de guerra e "as blandícias da propaganda oficial de Berlim e de Roma no que se refere aos benefícios da "nova ordem" europeia naufragaram de encontro à insubmissão das populações subjugadas". Em decorrência deste panorama, os vencedores recorreram aos mais "abomináveis dos recursos", na expectativa de reduzir os resistentes, na tentativa de retroceder o "relógio dos tempos". Surgiu pela primeira vez, depois de esboçado o Direito das Gentes na história do mundo, a reconhecida e confessada infâmia de se responsabilizarem inocentes pelos atos praticados por terceiros. E ante essa situação o questionamento: "Qual a época da história, qual a latitude do mundo que já conheceu semelhante atrocidade?" Demonstrando sua percepção dos horrores vividos naquele momento e comparando-os à cenários da história, Collor articulou: "Por certo que não se poderia comparar a tal procedimento a instituição de reféns nas épocas de mais espessa barbárie na Antiguidade, na Idade-Media, no Oriente fanatizado e sanguinário"<sup>418</sup>. E questionou o posicionamento da propaganda hitlerista nos contextos presenciados: "Em face dessas cenas de terror que fazem estarrecer o mundo civilizado, a que montam as vozes da propaganda hitlerista, empenhadas na celebração das vantagens da "nova ordem"?" Chegando à seguinte conclusão:

---

<sup>416</sup> COLLOR, 1942, p. 78-79.

<sup>417</sup> COLLOR, 1942, p. 79.

<sup>418</sup> COLLOR, 1942, p. 79.



O *Terceiro Reich* de Hitler, não se iluda ninguém, está vencido, está vencido dentro da sua própria vitória. Se depois de subjugada a Europa pelas suas armas formidáveis, se depois das traições dos *Quisling*, dos *Mussert*, dos *Degrelle*, dos *Laval*, dos *Pavlevitch*, os seus generais necessitam de recorrer a tais extremos para vencer de novo os vencidos, é que com o fulgor das evidências solares a "nova ordem" se reconhece impotente para a missão sobrehumana a que a destinaram. Mas observe-se bem o panorama europeu em toda a sua extensão. Não são apenas os vencidos que se levantam nos protestos irreprimíveis da insubmissão: já agora os próprios regeneradores proclamam a inanidade das suas doutrinas e dos seus métodos políticos. É da Itália que parte o exemplo com o reconhecimento de que o fascismo faliu. Os porta-vozes mais autorizados do Sr. Mussolini já não escondem a verdade dos fatos. Se o fascismo admite e proclama o seu próprio malogro, como admitir que ele e o nacional-socialismo pudessem impor novos rumos à humanidade? A tragédia aproxima-se do fim<sup>419</sup>.

Entretanto as conclusões de Collor não se confirmaram, sabemos que a guerra se estenderia por mais quatro anos e muitos conflitos seriam ainda presenciados. Fora os artigos, Collor neste retorno ao Brasil dedicou-se também à atividades privadas, retomando a direção da Cia Sul América, atuou também como Presidente da Editora Pan-Americana (EPASA), segundo Ebe Reale, “fundada sob sua inspiração por um amigo e que mantinha uma linha de oposição à ditadura” do Estado Novo<sup>420</sup>. Porém, seu ponto de vista continuava causava desconforto à política brasileira e Collor foi preso algumas vezes no ano de 1942, acusado de criticar o governo.

### **Evitar que o mundo do futuro seja nazista**

Em julho de 1942 Lindolfo Collor concedeu entrevista ao repórter Francisco de Assis Barbosa, do jornal *Diretrizes*, comentando sua experiência no exílio e sua opinião sobre os regimes políticos estabelecidos na Europa. Por ser esclarecedora para muitos pontos confrontados nessa dissertação, e essencial para definir características teóricas e pessoais de Collor analiso aqui a entrevista, presente na 2ª Edição da obra *Europa 1939*, e disponível também na Hemeroteca Digital Brasileira. Vale inclusive ressaltar como foi curioso pesquisar as citações de Collor neste periódico *Diretrizes* e encontrar referências de seus envios no período de exílio, pude compreender melhor como eram recebidos em outros meios de

---

<sup>419</sup> COLLOR, 1942, p. 80.

<sup>420</sup> REALE, 1991, p. 93.

comunicação e de que forma suas impressões foram relatadas à sociedade brasileira. Como por exemplo, uma publicação de março de 1939, onde o *Diretrizes* declara que:

O Sr. Lindolfo Collor, em Berlim, com saudade da vida parlamentar, foi assistir à *Sessão do Reichstag* da Grande Alemanha, isto é, da Alemanha depois da conquista da Áustria e de um pedaço da Tchecoslováquia. E escreveu em torno do acontecimento uma crônica bastante objetiva, onde por vezes sentimos passar a leve sombra de uma intenção irônica<sup>421</sup>.

Outra ocorrência que vale ressaltar diz respeito ao artigo *Pontificem Habemus* onde o *Diretrizes* em abril de 1939 afirmou que Lindolfo Collor é positivista, “ou pelo menos esteve durante muitos anos sob a chefia do Papa Verde que era – será ainda? – o Sr. Borges de Medeiros”, o que não impediu que Collor escrevesse também sobre outros papas<sup>422</sup>. Por fim uma última citação do jornal *Diretrizes*, antes de seguirmos para a entrevista, apresentou um manifesto realizado por intelectuais brasileiros que se posicionaram frente aos acontecimentos mundiais contra a política fascista. Assinada por Lindolfo Collor e personalidades como: Afonso Arinos de Melo Franco, Aurélio Buarque de Holanda, Cândido Portinari, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Lacerda, Costa Rego, Francisco de Assis Barbosa, Graciliano Ramos, Guilherme Figueiredo, Homero Pires, Ivan Lins, José Cândido de Carvalho, José Honório Rodrigues, José Lins do Rego, Manuel Bandeira, Maurício Goulart, Oscar Niemeyer Soares Filho, Otavio Tarquinio de Souza, Procópio Ferreira, Prudente de Moraes Neto, Rachel de Queiroz, Roquette Pinto, Rubem Braga, Sérgio Buarque de Holanda, Viana Moog, Virgílio de Melo Franco, Vitor Espírito Santo, entre outros. Cito abaixo a íntegra da declaração:

#### DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Com o lançamento de um manifesto que é uma corajosa profissão de fé, os intelectuais do Brasil acabam de tomar decidida posição ante os acontecimentos mundiais. Principais vítimas da intransigência totalitária, coletividade diretamente atingida pela política do fascismo, os artistas, homens de letras e de cultura do país sentiram que não poderiam mais adiar o dever de vir de público manifestar seu repúdio à ação daqueles que, contrariando a tradição libertária da humanidade, pretendem apagar da face da terra tudo o que foi construído, através dos séculos, pela civilização, pela razão, liberdade e inteligência.

Apresentando-se ante o país como lutadores incondicionais em prol do ressurgimento no mundo inteiro da democracia que o fascismo tentou ferir de morte, os intelectuais do Brasil estão apenas seguindo uma diretriz que já se tornou programa e plataforma de todos os verdadeiros artistas e homens de cultura do Universo. Já está mais do que provado de que esta é uma

<sup>421</sup> DIRETRIZES. Rio de Janeiro, Ano 1942, Edição 00102, 11/06/1942, p. 9.

<sup>422</sup> DIRETRIZES. Rio de Janeiro, Ano 1942, Edição 00102, 11/06/1942, p. 9.

guerra entre a liberdade e a escravidão, entre a Razão e a Força. A posição do intelectual, portanto, no combate que agora chega ao auge não pode ser discutida: ele tem que ser uma sentinela avançada, de armas nas mãos, lutando por um futuro melhor onde seja possível a existência de um ambiente propício às manifestações do seu pensamento livre e de sua inteligência criadora.

Diante da atual confusão de ideias e doutrinas e em face de uma possível hesitação dos espíritos em contraste com a posição já definida do Brasil no conflito internacional, aqueles que defendem as conquistas da inteligência e a dignidade do espírito julgam oportuno reafirmar certos princípios que veem sustentando, afim de evitar uma desorientação de consciências e uma dispersão de esforços que seriam funestas ao destino da cultura mais do que nunca ameaçada hoje pela brutalidade dos acontecimentos.

A guerra atual nada mais é que o choque histórico decisivo entre as forças progressistas que visam ampliar e consolidar as liberdades democráticas, e as forças retrógradas empenhadas em manter e alargar no mundo inteiro os regimes de escravidão e opressão. Nela se decide a liberdade dos indivíduos, das nações e dos povos em que estão empenhados os dirigentes do Eixo.

Este, o sentido fundamental da luta entre a Democracia e o Fascismo.

A tradição invariável da política externa do Brasil tem sido no sentido da solidariedade e apoio dos países que lutam pela sua liberdade e independência. Dentro mesmo de nossas fronteiras lutamos sempre pelas liberdades democráticas. Assim foi nos tempos coloniais, no período da Independência, na Regência, no Segundo Reinado e na República. Nossa posição atual de unidade panamericana na repulsa ao fascismo obedece, por isso mesmo, aos imperativos de nossa tradição histórica, da qual não é possível fugir sem contrariar o próprio sentido de nossa formação.

A Nação Brasileira assumiu em face da guerra a posição reclamada pela quase totalidade de seus filhos. Desmascarando como vem sendo o plano de assalto contra a nossa soberania, plano há longo tempo e meticulosamente preparado pelos países do Eixo, evidenciou-se de modo concreto o perigo iminente que nos ameaça. A serviço desta sinistra empreitada colocaram-se, para vergonha nossa, alguns maus brasileiros que nos pretendiam entregar ao jugo totalitário, procurando arrastar à criminosa aventura certos homens de boa fé. É preciso prevenir-mos contra todos os que, persistindo ainda em seus desígnios monstruosos, continuam agindo como traidores da Pátria, em conivência com os que a querem ocupar e destruir, valendo-se para isso das manobras mais insidiosas, entre as quais cumpre destacar a de interpretar como tentativa de submissão aos Estados Unidos qualquer atividade em que os nossos esforços apareçam conjugados aos da grande Democracia Americana na repulsa continental aos invasores e aos seus regimes de opressão.

Tal é o quadro de ameaças e incertezas que defrontamos. Diante dele não cabem nem a inércia nem a dispersão. É o próprio caráter total da guerra que exige a mobilização de todas as inteligências e a coordenação de todas as energias sinceramente empenhadas no combate ao fascismo.

Aqueles que se ocupam das coisas do espírito, - escritores, publicitários, jornalistas, homens de pensamento e de ciência - reclamam para si os mesmos deveres de qualquer cidadão e colocam-se decididamente nas fileiras dos que lutam pela liberdade, certos de que ela é a condição essencial a toda e qualquer atividade intelectual. Nessa luta contra o fascismo, reconhecem que pensamento e ação devem, unidos, constituir uma só força - força que será igualmente imprescindível ao após-guerra, para a qual a Carta do Atlântico oferece a todos os povos e homens livres os elementos básicos de reconstrução.

Mais do que nunca o momento exige unidade de pensamento e de ação.  
Pensamento contra o fascismo. Ação contra o fascismo<sup>423</sup>.

Na 2ª Edição de *Europa 1939* lançada em 1989 por ocasião do centenário de nascimento de Collor, a entrevista foi novamente publicada como uma introdução à obra, antes mesmo do Prefácio escrito por Lindolfo Collor. Sob o título *Reminiscências* o jornalista Francisco de Assis Barbosa pôde reler a entrevista, quase cinquenta anos depois, e o que lhe chamou atenção, “logo de saída, foi que Collor recusou-se terminantemente a falar do passado”, de sua atuação como jornalista ou político brasileiro. Segundo Barbosa:

Collor foi taxativo: “O passado não me preocupa. Quero dizer que não me preocupa ainda, que não me preocupa por enquanto. Eu agora estou vivendo no presente e não tenho tempo a perder com o passado”. E rematou: “Nada de reminiscências. Vamos falar do presente e do futuro. Está feito?”<sup>424</sup>.

Francisco de Assis Barbosa disse que conseguiu essa entrevista por interferência de Vianna Moog, “sempre entusiasta do liberalismo de Collor”, declarava: “aquele sim é que era um espírito verdadeiramente democrático”. Segundo Barbosa, ambos estavam empolgados com a Editora Pan-Americana, que publicou a obra *Europa 1939* e publicaria *Sinais dos Tempos*. O jornalista explicou que a entrevista foi realizada em dois encontros, um no escritório de Collor, na empresa Sul América na Rua do Ouvidor no centro do Rio de Janeiro e o outro em seu apartamento no Bairro da Urca. A entrevista relata a chegada de Collor ao Rio de Janeiro e o início de sua vida jornalística já abordada no primeiro capítulo desta dissertação. Barbosa argumentou que “a vida política de Lindolfo Collor foi construída à margem do jornalismo” e tentou encaminhar a entrevista para a trajetória política de Collor, mas, como dito, Collor foi homem que não gostava de recordar: “O meu passado ficará para mais tarde, quando escrever as minhas memórias. Talvez venha a ser esse o meu grande livro, o meu livro definitivo”<sup>425</sup>. Entretanto Barbosa disse que “apesar de tudo, Lindolfo Collor é um homem essencialmente político” e explicou o que ouviu sobre suas convicções políticas:

A gente põe uma camisa de manhã, de tarde tem que trocá-la. Vai a uma festa, a um teatro, a camisa é diferente. As ideias acessórias, as ideias de forma são assim, como a camisa que a gente veste. Pode-se mudá-las à vontade, que não altera coisa alguma. Agora, o que não se pode mudar, ou trocar, são as convicções, que repousam sobre ideias fundamentais. Essas são como a pele do corpo<sup>426</sup>.

<sup>423</sup> DIRETRIZES. Rio de Janeiro, Ano 1942, Edição 00102, 11/06/1942, p. 9.

<sup>424</sup> COLLOR, 1989, p. 9.

<sup>425</sup> COLLOR, 1989, p. 12.

<sup>426</sup> COLLOR, 1989, p. 14.

Conforme Barbosa, Collor repetiu nesta entrevista, o que disse, embora com outras palavras, em seus inúmeros artigos de jornal:

Eu sou anti-totalitário, por excelência. Prezo a liberdade humana, acima de tudo. Por isso, só admito os regimes em que a liberdade do homem esteja estruturada na lei. A liberdade, para mim, em matéria de doutrinas políticas, é o que eu chamo uma convicção que está para o meu caráter como a pele para o meu corpo. Fora dela, é a morte do espírito<sup>427</sup>.

Os regimes totalitários marcam um ensaio de regressão política, absolutamente inoportável dentro da evolução orgânica da sociedade ocidental. Nova Ordem? Não há nada mais velho do mundo do que o despotismo. Os trogloditas eram despóticos por impulso de fatalidade biológica. Na América, esse fenômeno de regressão é muito nosso conhecido. Chama-se caudilhismo. Rosas, Oribe, Rivera, Lopez, mais recentemente Leguia, Gomez. Mas todos esses meios de repressão aparecem sempre passageiros. É de compreender que nos elãs totêmicos da África e da Austrália sejam eles mais duradouros. Bonaparte teve por si o fulgor do gênio cesáreo. Parou também. Passou com glória porque tinha gênio. Napoleão III, usurpador medíocre, afundou-se na ignomínia. Hitler e Mussolini estão no ocaso. Churchill e Roosevelt ainda não chegaram ao zênite. A época dos ditadores passou<sup>428</sup>.

A entrevista de Collor neste momento me pareceu um resumo de suas convicções. Quase como as considerações finais deste trabalho, muitas questões como suas definições políticas são aqui respondidas de forma direta. A condenação aos regimes totalitários, a defesa da “liberdade humana”, daqueles regimes em que a liberdade do homem esteja amparada em sua constituição. Apresentou contrapontos presentes na América, como por exemplo, o Caudilhismo, defendendo que esses movimentos foram aparentemente passageiros. Comparou ainda outros contextos históricos em regiões como o continente africano, ou ainda ditadores como Bonaparte e Napoleão III. Entretanto Collor defendeu que a época dos ditadores passou. Uma conclusão otimista, pois a história nos mostra, ainda hoje, a permanência de ditadores em determinados países. Contrapondo os regimes totalitários Collor explicou o que seria para ele a concepção de democracia naqueles dias:

Pergunta-se por aí o que quer dizer democracia. E argumenta-se que todos os chefes de Estado ou de governo, - o presidente dos Estados Unidos, por exemplo, ou o primeiro-ministro de S.M. Britânica - são mais ou menos ditadores. Argumentar assim significa fugir da questão. A noção de democracia não é hoje a mesma do tempo de Péricles, está visto. Hoje, independentemente de saber se o Estado é monárquico ou republicano, se aristocrático ou jacobino, o que se indaga é se nele coexistem estas duas condições, responsabilidade dos governantes e livre opinião dos governados. São estas características e não outras quaisquer que distinguem os regimes

---

<sup>427</sup> COLLOR, 1989, p. 14.

<sup>428</sup> COLLOR, 1989, p. 15.

democráticos dos totalitários. E quando digo totalitários, tanto me refiro aos extremistas da direita quanto aos da esquerda, tanto ponho em mira os fascismos quanto o bolchevismo. Para meu uso, não distingo entre uns e outros. Classifico-os ambos como "liberticidas". Eu sou adversário dos "liberticidas" de todas as proveniências, de todos os climas, de todos os matizes partidários. Sempre pensei assim e não tenho por que mudar de ideia agora<sup>429</sup>.

Novamente as declarações das convicções de Collor, onde independentemente do posicionamento político do Estado o que importa saber é se nele coexistem a responsabilidade dos governantes e a livre opinião dos governados. Para Collor são essas características de distinguem os países democráticos dos totalitários e justamente por isto não diferencia os extremistas de direita ou os da esquerda, fascismos ou bolchevismo, classificando-os como "liberticidas" e declarando-se seu adversário:

Eu sou contra o nazismo, contra o fascismo, contra os totalitarismos de qualquer espécie. O regime que Hitler implantou na Alemanha é um horror que pude observar com os meus próprios olhos. Basta que lhe diga que o *Führer*, com toda a sua onipotência, aboliu a própria publicação do orçamento. Não me admira que o poderio bélico do nazismo surpreenda hoje o mundo civilizado, pois, na verdade, os aviões e os tanques de Hitler surpreendiam aos próprios alemães, vítimas dos impostos mais extorsivos, das mais espantosas imposições governamentais. A Rússia está surpreendendo o mundo? Aí está a prova de que, na prática política, os dois regimes se equivalem<sup>430</sup>.

Lindolfo Collor citou também nesta entrevista os resultados do Pacto Anglo-Soviético ou Declaração das Nações Unidas, consequência natural da Carta do Atlântico:

Ninguém poderá negar a importância desse acordo. Quando a Carta do Atlântico estatuí que, dentro da paz futura, cada povo poderá governar-se como melhor lhe aprouver. Roosevelt tinha em vista a coexistência do Estado Soviético e das Democracias Unidas. Será isso possível? Demos tempo ao tempo. Agora, o de que se trata é de esmagar os Estados opressores e de evitar que o mundo do futuro seja nazista. Isto é que todo homem de sensibilidade normal e cultura humanística deve ter por primordialmente indispensável. Quaisquer querelas que ora se levantem entre os aliados equivaleria a fazer o jogo do adversário. É esse o ponto de vista de Londres e de Washington. E ainda para mim: quem se recusar à aceitação desta evidência solar das causas está fazendo obra de "quinta-coluna". Porque é impossível ser-se ao mesmo tempo a favor e contra, anglófilo no Ocidente europeu e germânico no Oriente<sup>431</sup>.

---

<sup>429</sup> COLLOR, 1989, p. 15.

<sup>430</sup> COLLOR, 1989, p. 16.

<sup>431</sup> COLLOR, 1989, p. 16.

O jornalista Francisco Assis Barbosa ressaltou neste ponto a resistência de Collor ao “epíteto de germanóphobo”. E Collor seguiu a entrevista falando sobre o futuro das democracias e quanto à ideia de que estas produzem governos frágeis:

Uma das necessidades mais repetidas por aí é que as democracias só produzem governos frágeis. Frágeis em relação a quê? Evidentemente em relação aos Estados que se dizem fortes porque suprimiram a liberdade de pensar. Mas na hora em que os Estados “liberticidas” houverem desaparecido, essa relação já não subsistirá. Todos os Estados estarão obrigados a agir dentro de idênticas pautas morais. As democracias são frágeis porque consultam a opinião do povo e porque os seus governos têm poderes limitados. Pois é precisamente para salvar esta "fragilidade" que o mundo está em guerra. Mas a prova de que essa alegada fraqueza é muito mais aparente do que real está na admirável, na sobre-humana resistência do império britânico aos embates de Hitler, na decisão com que o povo norte-americano se apresta para os lances decisivos da luta. E tudo isto sem que fossem suprimidos os parlamentos e sem que se opusessem pelas manifestações da opinião pública. Regimes frágeis, isto só para a argumentação de inteligências primárias ou deformadas ao contato dos despotismos<sup>432</sup>.

Observou que independentemente do resultado da guerra, “o mundo está no limiar de uma ideia homogênea”, se Hitler vencesse, esta homogeneidade seria expressa na escravidão do homem em face do Estado, vencido o nazismo o mundo seria homogêneo na estruturação política da liberdade do homem. Entretanto, ressaltou, “quem o diz não sou eu”, “o Presidente Roosevelt não se tem fartado de insistir sobre estas consequências da guerra”<sup>433</sup>. A guerra, para Lindolfo Collor, é uma grande revolução mundial que começou na Europa e se alastrou por todos os recantos do mundo, começou com a questão de Dantzig na Polônia, posteriormente não se falou mais nisso. O objetivo em 1942 foi aniquilar a Alemanha, entretanto, não pensam mais em reivindicações territoriais, conforme Collor “naquelas mesquinhas questiúnculas que infeccionaram a Europa séculos a fio”. O objetivo era “vencer os ditadores, recompor a ordem social e econômica” para após a guerra “dar à massa uma noção mais ampla e mais generosa de dignidade humana”, para o jornalista isso era o que realmente importava naquele momento, “tudo o mais é acessório”. Ainda concluiu dizendo: “se eu não visse a luta por esse prisma não teria por que preocupar-me com os resultados”<sup>434</sup>. Collor relatou que não tinha dúvidas de que a “a grande revolução social da qual foi ator ou espectador faria restabelecer os direitos do homem”, e declarava seguindo seu raciocínio histórico:

---

<sup>432</sup> COLLOR, 1989, p. 16-17.

<sup>433</sup> COLLOR, 1989, p. 17.

<sup>434</sup> COLLOR, 1989, p. 17.

No século XVIII, os enciclopedistas e os revolucionários se esforçaram em prol da liberdade humana. O século XIX foi um século essencialmente econômico, o século da máquina, do capitalismo, dos imperialismos. À primeira vista, as massas nada lucraram com isto. O século XX, o nosso século, é uma centúria eminentemente social. A verdade é que estamos vivendo um dos maiores momentos da história deste que o mundo é mundo<sup>435</sup>.

Para Collor a guerra se dividiu, ou se dividirá em três capítulos, o primeiro caracterizou-se pela vitória da Alemanha, sendo propriamente dito o período europeu. Estaria vivendo em 1942 o segundo capítulo, que para Collor foi a resistência do mundo contra a vitória alemã, “o mundo não se conformou e reagiu violentamente”. Encerrado o segundo capítulo – assim desejou Collor, “com o esmagamento do *Terceiro Reich* e dos seus lamentáveis satélites”, assistiremos ao terceiro capítulo: “o do reajustamento universal”<sup>436</sup>. Collor comentou, ainda, ao encerrar a entrevista:

Sou radicalmente, visceralmente, contra as guerras de qualquer natureza. O mundo está cansado de lutas. Eu estou certo de que no mundo novo, numa sociedade formada nos moldes das nações, sem a participação dos Estados Totalitários, francos ou disfarçados, poderemos viver uma era fecunda de paz, num mundo onde a vida seja digna de ser vivida. Esta sociedade marcaria a existência da grande Internacional das Democracias, porque as democracias serão solidárias entre si na defesa do padrão político do mundo civilizado. Os Estados da futura Liga das Nações se governarão de acordo com suas peculiaridades específicas. Mas há de estar subentendido que nela se encontrarão entrada aqueles Estados cujos governos, responsáveis e controlados, harmonizem a sua autoridade no expreso consentimento dos governados, e onde não seja limitada e dirigida a manifestação da opinião pública. Acredito que isso virá a ser assim. Mas, se não for, em verdade, lhe digo que terá sido, mais do que irremissível crime, estupidez inominável imporem-se ao mundo os horrores desta guerra<sup>437</sup>.

Esta foi a última entrevista dada por Lindolfo Collor. No dia seguinte à sua publicação foi novamente preso, convocado a prestar esclarecimentos sobre suas declarações, na Casa de Detenção na Rua Frei Caneca. Barbosa relatou que os artigos de Collor escritos naquele período despertaram grande interesse. Mas não soube explicar ao certo “por que o ex-ministro do Trabalho, que tanto falava de democracia e da era dos ditadores que estava chegando ao fim, acabou preso, ou talvez por isso mesmo: não se podia falar que a ditadura estava chegando ao fim”:

Estávamos em pleno Estado Novo. E a polícia do Major Felinto Muller, com a Polícia Especial e a tropa de choque dos “catarinás”, não era de

---

<sup>435</sup> COLLOR, 1989, p. 17.

<sup>436</sup> COLLOR, 1989, p. 18.

<sup>437</sup> COLLOR, 1989, p. 18-19.



brincadeira. Aqueles truculentos rapazes aquartelados ao pé do Morro de Santa Teresa eram capazes de tudo. Sem falar nos interrogatórios do mais terrível beleguim da polícia política da época, o sinistro Serafim Braga. É evidente que Collor estava na alça de mira da poderosa máquina de repressão revigorada em 1937<sup>438</sup>.

Na noite de 15 de agosto de 1942, o vapor brasileiro *Baependi* foi atacado na costa de Sergipe, “seus tripulantes e passageiros não imaginavam que entrariam para a história da pior forma possível: como vítimas de uma guerra que até então parecia distante”<sup>439</sup>. Nos dias seguintes, outros navios também foram atacados em águas brasileiras, à medida que a notícia chegava às principais cidades do país, e informavam sobre os ataques, contabilizavam os mortos, grupos saíam às ruas em protesto contra a agressão, pedindo, como resposta, declaração de guerra contra o Eixo. No dia 22 de agosto de 1942, Getúlio Vargas declarou estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália, oficialmente em 31 de agosto, declarava guerra a esses países<sup>440</sup>. A guerra em que os brasileiros estavam se envolvendo já era, por sua amplitude geográfica e pelo volume de recursos humanos e materiais envolvidos, a maior da história da humanidade, como fora defendido por Lindolfo Collor. Sua saúde mostrou-se debilitada após liberação da prisão, fora acometido por uma pneumonia, não resistiu à doença e exatamente dois meses após seu último período no cárcere, no dia 21 de setembro de 1942, Collor faleceu. No dia da sua morte chegava às livrarias sua última obra *Sinais dos Tempos*.

---

<sup>438</sup> BARBOSA, apud COLLOR, 1989, p. 10.

<sup>439</sup> FERRAZ, 2005, p. 7.

<sup>440</sup> FERRAZ, 2005, p. 8.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência e sobrevivência nos campos de concentração, pós Segunda Guerra Mundial, revelaram um novo método de registro: a “literatura de testemunho”. Márcio Seligmann-Silva<sup>441</sup> explicou que essa literatura articula-se, por um lado, como a necessidade premente de narrar a experiência vivida e por outro a percepção tanto da insuficiência da linguagem diante dos fatos, como também “do caráter inimaginável dos mesmos e da sua conseqüente inverosimilhança. Despertou uma necessidade de contar os acontecimentos vividos nos campos de concentração, mas faltavam palavras e mesmo que as tivesse, de tão absurdas, não pareceriam real, deparou-se com a “impossibilidade de recobrir o vivido (*o real*) com o verbal”<sup>442</sup>. Ainda segundo o autor, o conceito de testemunho deslocou o *real* para uma área de sombra: testemunhou-se algo de excepcional e que exigiu um relato, não apenas um relato jornalístico ou uma reportagem, era especialmente marcado pelo “elemento singular do *real*”<sup>443</sup>. Seligmann-Silva explicou: “quem testemunha *sobreviveu* – de modo incompreensível – à morte”<sup>444</sup>, e entre esses sobreviventes existe o sentimento de que sua experiência é tão *irreal* que não poderia ser contada, pois ninguém poderia entendê-la”<sup>445</sup>, sendo este talvez um dos piores sentimentos vividos pelos sobreviventes após a guerra.

Ao esclarecer as condições e conceitos da “literatura de testemunho” busco diferenciá-la dos relatos feitos por Lindolfo Collor, principal objeto de estudo desta dissertação. Nosso personagem não esteve em um campo de concentração, entretanto, estando exilado, não apenas observou, mas principalmente, narrou suas experiências e opiniões. Diferentemente da “literatura de testemunho” os olhares que apresentamos foram testemunhos intelectuais e jornalísticos. Mesmo que Collor demonstre sua inquietude ante os acontecimentos que se vislumbravam dia pós dia inacreditáveis e surreais, ele teve a sorte de não presenciar fisicamente os horrores desse genocídio. Jeanne Marie Gagnebin<sup>446</sup> observou que a experiência relatada na “literatura de testemunho, obriga a filosofia a pensar a realidade do mal e do sofrimento não apenas como parte da condição humana finita”, mas, especialmente,

---

<sup>441</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. P. 45-58.

<sup>442</sup> SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 46.

<sup>443</sup> SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 47.

<sup>444</sup> SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 52.

<sup>445</sup> SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 57.

<sup>446</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

“como mal e sofrimento que foram impostos por determinados homens a outros, mal e sofrimento vinculados a fenômenos históricos e políticos precisos, que devem ser investigados, passados no crivo, no intuito crítico de sua recusa ativa”<sup>447</sup>. Nos artigos analisados, investigamos os olhares de Collor durante seu exílio, compreendemos os fenômenos históricos, políticos, culturais, econômicos e religiosos que formaram o contexto deste período. Abordamos especialmente as visões e críticas sobre esses acontecimentos. Gagnebin nos apresentou a ideia de uma “memória ativa que transforma o presente”, em tempos de discussões e surgimentos de grupos neonazistas faz-se necessário compreender o passado, revelar suas nuances e torcer para que não aconteçam novamente. Esse é um dos objetivos da “literatura de testemunho” e também uma contribuição que gostaríamos de prestar com este estudo. Essa necessidade fica ainda mais evidente quando nos recordamos dos inúmeros livros de memória, obras de ficção e cinematografia publicadas e filmadas desde a tragédia da Segunda Guerra Mundial aos dias atuais, uma memória constantemente recordada, para que nunca seja repetida.

No primeiro capítulo conhecemos o processo de formação de Lindolfo Collor, compreendemos que Collor sempre defendeu os regimes democráticos e que adotassem a liberdade como base política. Como por exemplo, quando no Manifesto da Aliança Liberal, escrito em 1929, defendeu o fortalecimento da democracia representativa no Brasil, assegurando ao povo o direito e a liberdade de escolha dos seus representantes. Argumentou que “sem eleições honestas não existiria vida pública”<sup>448</sup>. Como jornalista nunca aceitou o cerceamento e a censura imposta à imprensa, defendendo valores e crenças nos quais acreditava, entretanto, nem sempre tais atitudes foram vistas com bons olhos pelo presidente Getúlio Vargas e por duas vezes foi exilado, justamente por discordar do regime político estabelecido, governo este que o próprio Collor ajudou a formar quando da sua atuação na Revolução de 1930.

No segundo capítulo compreendemos que mesmo contra a sua vontade, o exílio trouxe a oportunidade de vivenciar um momento importante da história mundial. Collor manteve sua ocupação jornalística e informou à sociedade brasileira impressões sobre o regime hitlerista. Ressalto que seus escritos apresentaram impressões e defesa de valores, foram relatos imediatos ante as transformações do constante cenário de guerra, sem possibilidade de

---

<sup>447</sup> GAGNEBIN, 2006, p. 59.

<sup>448</sup> COLLOR, Lindolfo. Manifesto da Aliança Liberal, apud, REALE, 1991, p. 49.

revisões ou correções. Havendo inclusive uma dúvida sobre publicar ou não a obra *Europa 1939*, visto que na sua opinião, e conforme apresentado no prefácio, haviam dúvidas e receios sobre sua publicação. Compreendemos o exílio como um deslocamento forçado ou a expatriação de uma pessoa, sendo voluntário ou coagido, o que nos levou a observar que mesmo obrigado a deixar seu país de origem, em um momento difícil para seus projetos e especialmente para sua família, Lindolfo Collor deixou uma grande contribuição social e histórica durante esse período. O próprio jornalista assumiu que este foi seu período de maior produção. Assim, exilado no continente europeu observou a formação desta que foi a maior guerra da história, aquela que mostraria ao mundo as essências dos regimes totalitários, os quais Collor veementemente criticou. A justificativa para sua ausência forçada era de que no Brasil ele incomodava, seu nome era uma bandeira, mas o governo não imaginou que exilado ele incomodaria ainda mais.

Foi curioso perceber como Collor utilizou dos termos “estados totalitários” e “totalitarismo”, pois historicamente, essa base teórica surgiria apenas em 1950 com os estudos da cientista política Hannah Arendt. O que nos levou à conclusão de que para Collor esses termos estavam relacionados aos sistemas políticos que cerceavam as liberdades da população e atuavam contra as democracias, o que para ele ainda eram considerados sistemas políticos equiparados; não enxergava diferenças entre os regimes totalitários, fossem eles comunistas, nazistas ou fascistas. Lindolfo Collor identificou e denunciou a censura presente no *Terceiro Reich*, o antissemitismo, bem como o fato de que nem todo alemão apoiava a política hitlerista. Collor demonstrou essa consciência, “a culpa não era do povo”, foi claro e evidente nessa dissociação. A culpa era do ditador totalitário e de seus “comparsas”, do excesso de poder dado a ele.

No terceiro capítulo Lindolfo Collor foi condenado pelo Ministério das Relações Exteriores como “inimigo da alemanidade”, com a justificativa de que teria escrito um artigo “no estilo da crítica liberal-democrática”; que não compreendeu o “fundamento ideológico mundial da economia nacional-socialista”; que transmitia a seu leitor a ideia de que a Alemanha estava ante um desmoronamento financeiro, métodos que não deveriam ser adotados em outros países, pois significaria o caos mundial; a afirmação de que a Alemanha tentou subjugar a liberdade das consciências; e por fim a acusação de “fanático socialdemocrata com incidência comunista”. Acusações que foram confirmadas ou colocadas à contraprova nos artigos analisados.

Lindolfo Collor buscou na democracia francesa, inglesa, norte-americana e na tradição católica, esperanças para o fim dessa contenda. Destes pontos vem seu otimismo em acreditar que o fim da guerra e dos regimes totalitários era possível e a liberdade pudesse retomar seu lugar. Como explicado, Collor defendia um sistema de democracia representativa para o Brasil, seu posicionamento não poderia ser diferente ao chegar ao continente europeu e observar um cenário político onde a população não tivesse direitos e suas liberdades fossem cerceadas.

Utilizando-se de fontes da imprensa internacional à conversas com cidadãos locais, embasamentos históricos e autores, como por exemplo Maquiavel, identificamos seu interesse pela leitura e a sua crítica às mídias manipuladas por seus representantes. Conhecer o contexto do nacional-socialismo alemão através dos olhares de Collor nos fez compreender as relações internacionais, as discussões diplomáticas, as configurações dos chamados “regimes totalitários”, saber que a sociedade brasileira contou com essas notícias em um período de contendas internacionais nos revelou que havia sim informações sobre o que acontecia do outro lado do continente. Observamos também tantos outros temas, países e conflitos citados nos artigos de Collor que não puderam ser apreciados nesta obra por sua profundidade e que podem ser utilizados como material para diferentes estudos e pesquisas, especialmente aos interessados em analisar as relações entre países, como por exemplo, os Estados Bálticos, ou a neutralidade Suíça, etc. Verdadeiramente são muitos os temas de trabalhos que podem ser incitados através da contribuição que Collor nos deixou, tanto de seu período em exílio como de sua própria vida. Fica o desejo de que eles possam ser realizados e tornem-se temas históricos de futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru – SP: EDUSC, 2007.

ALVES, Francisco das Neves. *O PRR, A Reação Republicana e a Revolta Militar de 1922*. Disponível em: [file:///C:/Users/Miqueline/Documents/Youcam/Downloads/BIBLOS-6\(1994-o\\_prr,\\_a\\_reacao\\_republicana\\_e\\_a\\_revolta\\_militar\\_de\\_1922.pdf](file:///C:/Users/Miqueline/Documents/Youcam/Downloads/BIBLOS-6(1994-o_prr,_a_reacao_republicana_e_a_revolta_militar_de_1922.pdf). Acesso em: 19 Jun 2014.

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. vol.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.215 a 288.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de.; COLLOR, Lindolfo. *O batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

BARBOSA, Francisco de Assis. Assim falou... Lindolfo Collor. In: *Diretrizes*. Edição 00105. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=163880&pasta=ano%20194&pesq=lindolfo%20collor>. Acesso em: 17 Fev 2014.

BORGES, Vavy Pacheco. O “eu” e o “outro” na relação biográfica: algumas reflexões. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel e BREPOHL, Marion (Orgs.). *Figurações do outro*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 225 a 238.

BOUDON, Raymond. *Os intelectuais e o liberalismo*. Lisboa, Portugal: Gradiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 183-191.

BRINKLEY, Alan. *Franklin Delano Roosevelt: o presidente que tirou os Estados Unidos do buraco*. Tradução: Carolina Barcelos. Barueri, SP: Amarelis, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. Nos porões do Estado Novo. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. P. 192 a 196.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/>

COLLOR, Lindolfo. *Sinais dos tempos*. Rio de Janeiro: Editora Panamericana S/A, 1942.

COLLOR, Lindolfo. *Europa 1939*. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1989.

COLLOR, Lindolfo. *Garibaldi e a guerra dos farrapos*. 4. ed. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1989.

COLLOR, Lindolfo. *Discursos e Manifestos: 1936-1937*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da LIVRARIA DO GLOBO, 1937.

COLLOR, Lindolfo. *No centenário de Solano Lopez*. São Paulo: Melhoramentos, 1926.

COLLOR, Lindolfo. *Brasil e a Liga das Nações*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

COLLOR, Lindolfo. *O Convênio de Montevideo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

COSTA, Licurgo. *Ensaio sobre a vida de Lindolfo Collor*. Florianópolis: Lunardelli, 1990.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, Domingo, 19 de Março de 1939. Ano IX, Número 5029. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_01](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_01). Acesso em: 11 Out 2013.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lindolfo\\_collor](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lindolfo_collor). Acesso em 02/06/2011.

DIRETRIZES. Rio de Janeiro, Abril de 1939. Ano II, Nº 13, p. 55/56. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=163880>. Acesso em: 17 Fev 2014.

DUROSELLE, Jean Baptiste. *A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*. São Paulo: Pioneira, 1992.

ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

EXPOSIÇÃO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 1990, Brasil. Centenário Lindolfo Collor 1890-1942. Brasil: Impressão Gráfica Colorama, 1990.

FERRAZ, Francisco César Alves. *Os brasileiros e a segunda guerra mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Os gaúchos e a perspectiva nacional: das fazendas ao Catete. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Org). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, p.157-161. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/nos-os-gauchos.pdf>. Acesso em 12/06/2011. p.159.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GARCIA, Bruno. Dossiê Alemães no Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 9, nº 102, p. 14 a 33, Março de 2014.

GELLATELY, Robert. *Apoiando Hitler: consentimento e coerção na Alemanha nazista*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GERTZ, René E. Nazismo Tropical. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. P. 187 a 191.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Um político entre dois mundos: transitando com desenvoltura entre as comunidades alemã e luso-brasileira*, Lindolfo Collor construiu sua carreira pública atuando como um mediador entre elas. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2007. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/um-politico-entre-dois-mundos>. Acesso em 15 Fev 2013.

GROSSMAN, Vassili. Vida e destino, apud, TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

IGREJA EPISCOPAL BRASILEIRA. Disponível em: <http://www.ieab.org.br/ieab/>. Acesso em 18 Jun 2014.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 141-184.

LOPES, Marcos Antônio. *Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.



MELLO, Leda Collor de. *Retrato de Lindolfo Collor: dados sobre sua vida e sua obra*. Rio de Janeiro, 1988.

NETO, Lira. *Getúlio: Dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

O ESTANDARTE CRISTÃO. Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Disponível em: <http://www.ieab.org.br/pmd/>. Acesso em: 18 Jun 2014.

PALHA, Américo. *Lindolfo Collor: um estadista da revolução*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do MTIC, 1956.

REALE, Ebe. *Lindolfo Collor: uma vida dedicada à questão social no Brasil*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 1991.

RÉMOND, René. *O Século XX: de 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 1974.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. P. 45-58.

SHIRER, William. *Diário de Berlim*. Rio de Janeiro: Record, 1941.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 231-270.

TILL, Rodrigues. *Lindolfo Collor e a verdade histórica: documentação do registro civil e da Igreja*. Porto Alegre: EVANGRAF, 1990.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Mudança de comando. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 177 a 180.

VOEGELIN, Eric. *Hitler e os alemães*. São Paulo: É Realizações, 2008.